
RESULTADO

CATEGORIA CRÔNICA

3ª EDIÇÃO

PRATA
DA CASA



CASA BRASILEIRA
DE LIVROS



CASA BRASILEIRA DE LIVROS

Categoria CRÔNICA

Os textos são apresentados em estado de pré-revisão e não passaram por revisão editorial. Eventuais adequações realizadas tiveram caráter exclusivamente técnico ou de formatação, preservando-se o conteúdo original das obras.

Semifinalistas

A carta de Virginia

Marcelle Lapini

Lembro-me até hoje do dia. Foi em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e cinco. Uma data tão sonora que parecia menos uma data do que um prenúncio.

Sentei-me para ler um romance, pois fazia mais de quatro anos que eu não conseguia terminar um livro e, por alguma razão, eu estava determinada a ler todas as páginas de Mrs. Dalloway.

Após mergulhar em algumas linhas, achei de bom tom investir em uma rápida pesquisa sobre a autora, Virginia Woolf. Um dos primeiros resultados trouxe à superfície a carta de despedida que ela deixou ao marido antes de se lançar ao rio, com os bolsos cheios de pedras.

Li aquele último ato de desespero, mais por ocasião do que por interesse genuíno, e me surpreendi com o efeito que produziu em mim.

Nunca imaginei que um dia eu me reconheceria nas linhas de uma nota suicida.

Felizmente, minha afinidade não dizia respeito ao timbre desesperado que ecoava do papel, mas ao relato íntimo da causa mortis: “tenho certeza de que vou enlouquecer de novo”, “não podemos passar por mais uma daquelas crises terríveis”, “começo a ouvir vozes e não consigo me concentrar”, “veja que nem consigo escrever direito”, “não consigo ler.”

Virginia sofria de um transtorno mental conhecido como Transtorno Afetivo Bipolar, doença contra a qual eu luto há alguns anos.

Ao ler a carta de Virginia, vivi o luto da sua luta e vivi o meu luto em reconhecer em mim, mais uma vez, o peso de um diagnóstico.

Recebi o diagnóstico de bipolaridade durante a pandemia da COVID-19, quando estava no segundo trimestre de gestação.

Confesso não ter dado muita importância ao que o médico disse, pois eu tinha certeza de que todas as oscilações pelas quais eu passava eram fruto dos hormônios da gravidez.

Assim que o bebê nasceu, parei de tomar os remédios.

Na ocasião, fui assolada por uma depressão silenciosa bem diferente das que se vê em filme, uma vez que eu conseguia fazer as coisas, mas elas tinham um custo muito grande, de forma que as pequenas tarefas pareciam ter o peso de um elefante.

Não houve tempo para compreender as nuances daquela tristeza, pois engravidei novamente e voltei a experimentar sintomas muito semelhantes aos da gestação anterior.

Ainda que eu estivesse em negação, um dos cinco passos para a superação do luto pelo diagnóstico, eu não tinha escolha senão procurar um novo médico para tratar os sintomas.

Encontrei outro psiquiatra que aparentava ser mais jovem e mais bem-informado.

Contudo, a inexperiência do novo profissional, somada à minha aparência doce e cordata, me rendeu um novo diagnóstico muito mais ameno, mas com resultado muito mais devastador, a longo prazo.

Colhi o fruto amargo do meu preconceito.

Diagnosticada com ansiedade, algo absolutamente esperado para quem está grávida, na opinião do novo médico, fui medicada com Sertralina, um antidepressivo.

Ocorre que, normalmente, o uso de antidepressivos deve ser ministrado com muita cautela em pessoas que têm o transtorno de humor, uma vez que sua ação pode provocar um ingresso no “Maravilhoso mundo de Alice”; em palavras menos gentis, pode provocar uma virada maníaca.

Tomei Sertralina a gestação inteira, mas, ao invés de melhorar, o quadro foi só se agravando.

Ao fim dos nove meses, eu dormia quatro horas por noite, fazia faxina de madrugada e exercício físico intenso.

Ouvia algumas vozes, via alguns vultos e pensava, com certo humor: o que esperar da madrugada além de se deparar com alguns fantasmas?

Passados quatro meses do nascimento da minha filha, eu já não conseguia mais compreender o que as pessoas diziam. Eu conhecia a palavra, mas ouvia apenas o som, sem conseguir fazer a conexão com o significado.

Pude vivenciar, na prática, a dissociação do Signo detalhada por Ferdinand Saussure.

Eu não conseguia ler, não conseguia me concentrar e, a certa altura, já não distinguia realidade de ficção.

Diante dos fatos, voltei a procurar o primeiro psiquiatra.

Ao ver a situação em que eu me encontrava, ele me acolheu gentilmente, me deu uma leve bronca e me tirou do episódio de mania pelo qual eu passava.

Vivenciei dificuldades cognitivas básicas, seguidas por uma espécie de crise existencial que vem logo após ter a consciência de que não se é tão confiável quanto se pensa.

Não poder confiar em si mesma faz com que falte um elemento essencial que nos torna pessoa, gente, ser humano mesmo. Um elemento sem o qual beiramos à miserabilidade.

É preciso um verdadeiro exercício de humildade, a contragosto, para admitir que minha bússola interna estará, algumas vezes, fora de mim; para admitir o quão vulnerável isso me torna e o quão vulnerável é entregar nas mãos de outra pessoa o meu senso de conduta, o meu código de valores.

É preciso, também, muita gratidão pelas pessoas queridas que se dispõem ao papel de guardiões dessa bússola. Pessoas que, não raro, são a lanterna da minha jornada, às vezes obscura.

E, sobretudo, é preciso ter fé de que existe algo maior que rege todos os acontecimentos e cuida dos menores detalhes.

Só assim as coisas fazem sentido e posso existir sem me perder de mim.

Na época de Virginia, não existia o lítio. O horror que ela atravessava a medicina não podia atenuar.

Além disso, é bem verdade que, quando se tem TAB, a cumplicidade com qualquer outra pessoa que tenha o mesmo diagnóstico é honesta demais para ser ignorada.

Dessa forma, ao ler a carta da autora, eu não tive escolha senão chorar pela sua confissão tão honesta, desesperada e sentida.

Ao mesmo tempo, não pude deixar de chorar pela medicina e por eu ter conseguido ler aquelas linhas.

Não sei se conseguirei terminar Mrs. Dalloway, mas irei um pouquinho por vez, uma vitória por vez, como acontece com as melhores coisas da vida.

O senhor cronista, que gentilmente nos cedeu, a nós do Centro de Monitoramento do Léxico, este e os demais parágrafos, voltava a Aracaju no último domingo à tarde, e, ao passar pelo Abaís, leu o seguinte numa placa indicativa às margens da rodovia estadual: “ACESSO Á PRAIA”.

A primeira coisa que lhe veio à cabeça foi escrever uma crônica sobre o desconhecimento das normas alusivas à crase, e estávamos presentes quando o anunciou, em tom indignado, a um grupo de pessoas no botequim que fica aqui ao lado da repartição; sim, estávamos lá, mas em horário de folga, que fique claro, pois temos responsabilidade, como bem sabem nossos chefes.

Ora, leitores fiéis que somos do senhor cronista, não ignorávamos que ele recentemente tratara do assunto. Explicamos-lhe o que de fato ocorrera. Agradecido, livre de uma eventual pecha de monotemático, pagou-nos uma rodada de cachaça e disponibilizou quantas laudas desejássemos para fins de esclarecimento ao público.

Passemos à placa. Respeitou-se a norma culta, ao contrário do que imaginou o artífice da palavra. Aliás, conhecemos o pintor do letreiro, homem suficientemente instruído para não cometer erros gramaticais infantis. A verdade, a prosaica verdade, é que uma rajada de vento girou a crase sessenta graus no sentido horário, deixando-a com o aspecto de um acento agudo. As letras não voaram, mas um ponto de exclamação, colocado ali a título de exortação ao desfrute das águas do Abaís, decolou e atingiu um dos travessões de um campo de futebol.

Não houve mortos nem feridos, só gente espantada. De outra parte, tomamos conhecimento de mais episódios de desarranjo climático aqui e alhures, com reflexos na comunicação falada e escrita. Citemos alguns.

Palavras ao vento.

Precipitações sem trégua. Águas pluviais arrastaram vários sinais de pontuação: sujeitos viraram vocativos, frases ganharam sentido oposto ao original. Reticências se esparramaram pelo chão feito granizo miúdo, tornando tudo escorregadio.

Expulsas de suas citações por redemoinhos, aspas encapsularam palavras alheias. (Esse itálico, a propósito, não foi obra nossa, mas sim de um repentino vento oeste enquanto escrevíamos.)

Deslizamentos prefixais represaram o fluxo da prosa. “Desculpar”, por exemplo, perdeu o *des* (itálico sem ação eólica), que, por sua vez, amalgamou-se com “entendimento”. Teve até filosofia por aluvião de substantivo composto: “Não se nasce porco-espinho, mulher; torna-se.”

Em decorrência de um sismo, construções sólidas vieram abaixo e soterraram polissemias e contextos, cujos corpos ainda são buscados.

Com a mudança do tempo, verbos abandonaram os modos. Concordâncias esgarçaram-se. Diálogos pegaram fogo, e a fuligem vocabular cerrou o horizonte.

Diante do exposto, leitores, recomendamos cautela ao expressar-se até que a massa de ar sufocante vá embora e o sol derroque o chumbo das nuvens. Seguimos monitorando.

Quanto ao arremedo de acento agudo na placa do Abaís, não se moveu um milímetro apesar de todo o frenesi de birutas.

Tudo isso informamos ao senhor cronista, que acatou nosso relato quase sem reservas. Digo *quase* porque, depois do segundo aperitivo, ele resvalou para uma reflexão absurda (deve ser mal de quem escreve o gênero menor de literatura). Reproduzo-a: “Penso que o vento girou a placa cento e oitenta graus. Vamos imaginá-la na posição anterior. À primeira vista, a crase deslocada é o rabicho de um A invertido, mas este, na verdade, é a letra final de um alfabeto que remete ao nosso de ponta-cabeça e de trás para frente. Trata-se de uma linguagem aparentemente indecifrável, sem sentido, essa do mundo de pernas para o alto. Mas basta uma rotação lateral do tronco, meus amigos, uma inversão axial da nossa cachola, ainda que por uns poucos momentos, para se enxergarem as coisas de um ângulo diferente, e tudo ficar compreensível.”

Logo em seguida, entretanto, o senhor cronista balançou a cabeça como quem diz “deixa pra lá”, e – provavelmente outro mal do ofício – empurrou a filosofia de botequim goela adentro com mais uma dose de cachaça.

A exuberância do subsolo

Bartolomeu Cremonesi

Confesso — e o confesso com a leve vertigem dos que já viram demasiados corredores repetirem-se — que o nome de Franz Kafka, repetido à exaustão em cafés-livrarias, em cada sala universitária ensimesmada, começa a soar-me como um trinco enferrujado: abre portas sempre para os mesmos corredores estreitos, os mesmos pesadelos administrativos, os mesmos homens miúdos esmagados por engrenagens que jamais ousam nomear. É um ranger recorrente, um roçar de ferrugem contra ferrugem, um ritual de reverência que já não reverbera — apenas ressoa. A obsessão com sua figura — tão desproporcional ao seu engenho — é, para mim, um dos sintomas mais evidentes da miséria estética da modernidade. Uma modernidade que prefere o mofo ao mistério, o método ao milagre, o diagnóstico ao delírio.

Quando percebi isso com nitidez? Foi numa manhã, tépida e imóvel, dessas em que a metrópole ainda boceja sob a luz oblíqua, que essa percepção amadureceu. Despejei o café lentamente na xícara, deixando que o fio escuro se derramasse com gravidade e silêncio, espesso, contínuo, quase solene. O líquido cascadeava em filigranas escuras, desfiando-se em eflúvios translúcidos de âmbar e névoa, formando no fundo da porcelana um redemoinho discreto — um pequeno vórtice doméstico onde o tempo parecia repousar. Subia dele um aroma terroso, com leve acento mineral, como se a própria raiz da terra se dissolvesse no ar, depositando uma memória antiga e subterrânea.

Apoiei a xícara sobre a mesa e observei, por um instante, o vapor elevar-se em espirais tênues — um avantesma doméstico dissolvendo-se na claridade dourada de janeiro — e só então tomei Bruno Schulz nas mãos. Belo Horizonte parecia suspensa naquela luz oblíqua, quase imóvel, como se a cidade respirasse em compasso lento. O calor pulsava nas paredes, como um coração oculto nas alvenarias, e eu sabia que, quando o sol baixasse um pouco, caminharia pelas ruas em silêncio, deixando que o pensamento se dilatasse como sombra no asfalto. Há rituais assim: breves pactos com o tempo para que ele não nos evapore. Pequenas cerimônias sem testemunhas, onde o mundo exterior se retrai e o interior começa, imperceptivelmente, a expandir-se.

Mal avancei algumas páginas, e já me senti discretamente extasiado. Não foi um entusiasmo ruidoso, mas uma espécie de reconhecimento súbito: a linguagem ali pulsava com uma densidade imagética e uma vitalidade sensorial que me capturaram de imediato. Havia

naquele tecido verbal uma exuberância orgânica — quase febril — que me ofereceu, sem alarde, um fascínio mais intenso do que qualquer obra de Kafka até então me proporcionara.

Não me acusem de heresia antes que terminem a leitura. Não nego a inteligência de Kafka, tampouco ignoro a relevância de sua linguagem rarefeita e da atmosfera que paira como neblina sobre suas páginas. No entanto, sua prosa, por mais que se pretenda abissal, opera num regime de contenção — ela asfixia, mas não transcende; angustia, mas não transforma. Trata-se de um universo árido, por vezes engenhoso, mas profundamente empobrecido em imaginação sensorial, em força metafórica, em delírio verbal. É uma arquitetura da falta: paredes nuas, corredores nus, consciências nuas. Tudo ali range, mas nada floresce.

O que me espanta é que, enquanto Franz Kafka se converteu em uma espécie de "santo padroeiro" da alienação burguesa, Bruno Schulz — seu gêmeo-siamês da misantropia, seu conterrâneo do infortúnio artístico — permaneça como um sussurro entre acadêmicos. E, no entanto, tudo o que falta ao tcheco sobra ao polonês: Schulz escreve como quem sonha, e sonha como quem invoca os mitos originais da infância, do parentesco e do tempo. Sua prosa é um organismo vivo — respira, reverbera, retorce-se; pulsa, precipita-se, petrifica-se e renasce. Onde Kafka oferece um labirinto plúmbeo, Schulz ergue uma catedral gótica em ruínas, com vitrais vibrantes, véus aveludados e recoberta de musgo e memória. E nessa catedral não há fiéis sentados em fileiras dóceis: há pássaros empoleirados nos altares, há insetos zumbindo sob as abóbadas, e um pó argênteo que dança no ar como se cada partícula fosse uma sílaba à espera de sentido.

Na literatura de Bruno Schulz, as ruas de Drohobych não são físicas: são nervuras de um cérebro onírico. O pai não é apenas pai: é pássaro, é mosca, é lagostim, é matéria em metamorfose. A cidade curva-se, contrai-se, cresce como um organismo febril. Há uma melancolia macerada, um erotismo sussurrado, uma fantasia judaica que se infiltra nas paredes e nos pombais como incenso antigo. Lê-lo é desacelerar deliberadamente — saborear sílaba por sílaba como quem sorve o último gole de café já frio, e o amargor revela, paradoxalmente, seu aspecto melífluo e denso. É aceitar que as casas têm pulmões, que os armários murmuram, que as escadas rangem reminiscências. É consentir que a infância não é passado, mas subsolo — um subterrâneo cálido onde ainda fervilham as formas primeiras do mundo.

Li sua obra como quem abre um grimório secreto — cada página um feitiço, cada metáfora uma blasfêmia delicada contra a lógica e os paradigmas. Schulz não escreve: ele transfigura. A realidade em sua pena torna-se um fluido espesso, carregado de simbolismo e

erotismo arcaico, como se o mundo físico fosse apenas o molde vazio de uma cosmogonia esquecida. Seus personagens não são arquétipos de ansiedade burocrática, mas entidades híbridas — metade homem, metade memória — que vagam por paisagens em colapso, como sonhos prestes a acordar. E nesse colapso há esplendor: as coisas desmancham-se não por decadência, mas por excesso — excesso de sentido, excesso de imaginação, excesso de vida.

Há em sua sintaxe uma síncope secreta, uma música subterrânea feita de sussurros e sopros, de silvos e sombras. As palavras se encadeiam como um colar de pérolas, criando uma cadência que exige do leitor não pressa, mas presença. É literatura que espessa o tempo — que o condensa até que cada segundo pese como um século. Cada frase parece cavar, com paciência quase litúrgica, um túnel na superfície banal do real, até que, do outro lado, irrompa uma luz oblíqua, fosforescente, quase orgânica.

Afirmar que Bruno Schulz é maior do que Franz Kafka pode soar como uma opinião dissimulada, proferida apenas para gerar curiosidade ou provocar reação imediata. Ainda assim, sustento a afirmação. No que concerne à alquimia das imagens, ao gênio verbal, à visão verdadeiramente cosmológica da linguagem, Schulz é superior — e sua obscuridade editorial é um escândalo que denuncia a preguiça dos leitores e a covardia dos críticos especializados. Kafka, domesticado, tornou-se palatável; Schulz, indomável, permanece à margem — e por isso mesmo, ainda intacto. Intacto como uma raiz que cresce na escuridão, longe dos jardins oficiais, longe das vitrines acadêmicas, longe do aplauso protocolar.

Vivemos numa época que confunde angústia com profundidade, cinismo com lucidez, e trauma com transcendência. É natural, portanto, que Kafka, com sua lógica claustrofóbica, encante tanto os filhos da sociedade de desempenho. Mas é precisamente por isso que precisamos de Schulz — para nos lembrar que a literatura é mais do que diagnóstico; é também feitiço, fulgor, febre e fábula. Mais do que espelho, é incêndio; mais do que relatório, é revelação.

E se a história literária insiste em exumar o mesmo cadáver ilustre para mais uma missa de corpo presente, eu — por desobediência, e por fé — continuo acendendo velas ao fantasma vivo de Bruno Schulz, cuja obra é um relicário de assombros e uma das poucas provas de que a linguagem, quando verdadeiramente livre, ainda pode ferir os deuses. Ferir — e ao mesmo tempo fecundar — como uma lâmina que sangra luz.

Duas portas abrem-se hoje, para quem desejar cruzar esse limiar: *Lojas de Canela e Outras Narrativas* e *Sanatório Sob o Signo da Clepsidra*, ambas publicadas pela Editora 34 com a tradução magistral de Henryk Siewierski. No primeiro, reencontramos a infância transfigurada em mito, o pai que levita, as casas que respiram, os pombos que anunciam o

delírio. No segundo, a tessitura se adensa: o tempo se curva, o espaço vacila, e a sanidade cede lugar a uma alegórica biografia. Ambos os volumes transbordam o lirismo telúrico, de pulsação visceral, que somente Schulz soube domar — e são, cada um à sua maneira, mapas não de territórios fixos, mas de vertigens; não de fronteiras, mas de fendas; não de certezas, mas de câmaras secretas onde a linguagem ainda pulsa — primordial, eternamente indomada.

A onça Sheila e o leão do Méier

Rogério Cardoso Machado

Na movimentada esquina das ruas Hermengarda e Dias da Cruz, no coração do tradicional bairro do Méier, a “Princesinha do Subúrbio” carioca, existe um monumento do *Lions Club*, uma organização internacional voltada para serviços humanitários. Trata-se de um grande “L” amarelo ladeado por um belíssimo e imponente leão em tamanho natural, que, brioso e sempre vigilante, guarda a entrada do bairro.

Mas, depois de instalada a estátua, não demorou muito para uns fanfarrões resolverem que seria muito engraçado pintar de vermelho as bolas do felino. Para muitos moradores, o ato foi motivo de grande indignação; para outros, foi pura diversão. Nas calçadas do bairro, indo à escola, ou voltando dela, as crianças apontavam e faziam perguntas constrangedoras, os adolescentes riam descontroladamente e só não tiravam selfies no local porque estávamos em mil novecentos e guaraná com rolha. Enfim. Até que alguém tomasse uma providência, o rei da selva foi assim desonrado e ridicularizado.

Os vândalos atacavam de novo e de novo. Por mais de ano, foi esta a batalha: na calada da noite, um “artista” vinha e coloria as partes do monumento; coisa de dias, funcionários do *Lions* apareciam e limpavam tudo; nem uma semana se passava e lá estavam elas rubras novamente. Só as bolas. Foi desse jeito infame que o Leão do Méier ganhou notoriedade. Felizmente, ou infelizmente, hoje a tormentosa questão está resolvida. Algum gênio administrativo percebeu que se tratava de batalha perdida e teve a brilhante ideia de mandar tingir o portento todo de vermelho. A cor não ficou lá essas coisas, mas a brincadeira perdeu a graça e o guardião do bairro ganhou de volta a sua dignidade.

Muito longe dali e muito tempo depois, num balão de acesso ao Guará, região administrativa do Distrito Federal, autoridades públicas resolveram homenagear a natureza com a figura de outro felídeo, este genuinamente tupiniquim. Uma bela onça pintada, também em tamanho natural, mas em cores vivas, postava-se ameaçadora no gramado da rotatória, exibindo suas enormes presas e lembrando a todos que é preciso respeitar a natureza. O fato de que o “bairro” se chama Guará por causa do lobo-guará, este sim, animal muito típico do bioma Cerrado e gravemente ameaçado de extinção — não apenas quase ameaçado, como a onça —, este detalhe foi solenemente desconsiderado, talvez porque a onça seja mais bonita que o lobo, talvez porque o escultor contratado pelo governo soubesse esculpir apenas onças. Jamais saberemos.

Por várias semanas, ela rugiu feroz e inviolada na rotatória, mas então veio a pandemia. Não demorou muito e uma “alma boa”, talvez preocupada com a saúde do animal, colocou-lhe no focinho uma máscara de proteção contra a covid. O lugar é dez vezes menos movimentado que a esquina carioca, mas a brincadeira rendeu boas risadas e viralizou nas redes sociais. Não demorou e, certo dia, tiraram-lhe a máscara; no dia seguinte, lá estava outra. O cabo de guerra continuou por algumas semanas. A “gangue” dos ordeiros desistiu, enfim, e a onça permaneceu mascarada por meses e meses.

Certo dia, porém, com a imagem já banalizada — embora certamente merecedora da aprovação da OMS e de todas as autoridades sanitárias —, a bela escultura amanheceu não só de máscara, mas com uma placa pendurada no pescoço, onde se lia em letras de forma: SHEILA.

Será que alguém entendeu que a onça já era de casa e precisava de um nome? Será que pregaram uma peça em alguma Sheila? Ou será que algum(a) namorado(a) da região viu semelhanças entre a onça e a “sua” Sheila? Eu gosto muito dessa última hipótese.

A placa foi retirada, mas, dias depois, outra apareceu no mesmo lugar. E foi assim por mais outras semanas: um funcionário da administração vinha e a desnomeava durante o dia; a noite caía no Cerrado, e a placa voltava. Aquela já era a Sheila. Então desistiram. E a onça Sheila continuou fazendo parte da paisagem por vários meses, até que um dia finalmente a levaram.

É engraçado e curioso ver esse fenômeno de apropriação e ressignificação de alguns monumentos pelo povo. Para além da simples galhofa, parece-me que existe nisso algo mais profundo, uma movimentação no sentido de tornar “nosso” aquilo que nos foi imposto por outrem. No último caso, pelos governantes; no caso do Leão do Méier, imposto com a autorização dos governantes.

Pintar as bolas do leão, colocar máscara na onça, o cone na cabeça do duque... como veremos adiante... é como se o povo dissesse ao Estado: vocês puseram esse monumento aí na praça e nós vamos ser obrigados a conviver com ele? Tá certo! Então, peraí, deixa a gente dar o nosso toque! Parece-me uma espécie de pedágio social. Pode ser, também, uma desforra popular pela intromissão na paisagem urbana, desforra que é dirigida, evidentemente, não ao monumento em si, que é apenas veículo, mas às autoridades públicas.

Ou simplesmente um jeito de se expressar, de se afirmar, de marcar posição e dizer: ei, nós estamos aqui, nós existimos! Como deve ter sido o caso dos nossos antepassados pré-históricos quando imprimiram suas mãos nas paredes das famosas cavernas de Lascaux, na França, descobertas só em 1940.

Nem sempre, porém, essas brincadeiras e registros são felizes. Às vezes, é algo de mau gosto, como em todas as vezes que roubaram os óculos da estátua do Carlos Drummond de Andrade, no calçadão da praia de Copacabana. Logo Drummond, tão manso, tão funcionário público, tão vovô aposentado que alimenta os pombos na praça.

Noutras vezes, porém, a interação social com o monumento é algo mais picante, como as visitas à estátua de Victor Noir no cemitério Père Lachaise, em Paris. A estátua fica deitada sobre o túmulo e é uma fiel reprodução do jovem que, em 1870, morreu estupidamente pelas mãos do impulsivo príncipe Pierre Bonaparte, evento que revoltou o povo francês à época, causando imensa comoção popular. Mais de cem mil pessoas compareceram ao enterro do ilustre desconhecido. Dizem até que o episódio foi um importante elemento desencadeador da Comuna de Paris, em 1871. Desde então, muitos e muitos anos se passaram. E, à indignação popular pelo fato histórico, curiosamente, sucedeu-se uma peregrinação, no mínimo, pitoresca. Há coisa de algumas décadas, diz a lenda que, intrigados com o volume genital da figura de impressionante realismo esculpida sobre a tumba, dois jovens estudantes espalharam o boato de que o ato de passar a mão ou, melhor ainda, outra parte do corpo no atributo viril do rapaz promoveria o aumento da fertilidade feminina. E hoje, passeando por lá, não é raro ver mulheres de várias idades alisando os “documentos” da estátua de Victor Noir como quem esfrega uma lâmpada mágica. Ou até mesmo sentadas sobre ele, simulando o ato sexual com o coração cheio de esperança, ou então às gargalhadas.

Mas há ocasiões em que os atos populares são bem mais inocentes, o que não lhes tira nem um pouco do bom humor. É o caso da garbosa estátua do Duque de Wellington, um dos heróis da cidade de Glasgow, na Escócia, que posa com galhardia sobre um belo cavalo, e que sempre amanhece coroadada por um cone de trânsito. Lá na terra do *whisky* e do Sean Connery, na intenção de dar um basta aos brincalhões, a prefeitura chegou a considerar a elevação do pedestal do monumento em seis metros, o que representaria uma despesa de 65 mil libras para a cidade!¹

Ao saberem da iminente medida governamental, mais de dez mil pessoas assinaram um manifesto para dissuadir as autoridades municipais de realizar tal despesa, descrevendo a prática do cone na cabeça do duque como uma “amada tradição cultural” da cidade. A certa altura do manifesto, pode-se ler a jocosa pergunta: “será que alguém realmente acredita que aumentar o pedestal vai impedir os bêbados de Glasgow?”. Diante de tamanho clamor

¹ Notícia de 2013.

popular e da perspectiva de mais despesas sem nenhum efeito, a prefeitura recuou, e parece que o duque permanece lá até hoje, ostentando diariamente um ridículo cone de trânsito na cabeça, para alegria e satisfação não só dos bêbados de Glasgow, mas também dos turistas e de todos os escoceses. Ou quase todos.

A remissão dos estereótipos

Rubens Chácara Miguez

O crime já cupiniza a república – sabemos faz tempo – ou, como queiram, a estrutura de espoliação em cadeia que sustenta nosso *way of life* – a começar pelo exemplo edificante dos supremos irmãos do norte, genuíno apogeu da civilização, cujo modelo de excelência moral se reproduz por meio do estabelecimento da democracia e da liberdade *made in west* aos países subdesenvolvidos e às nações primitivas que delas precisam.

Portanto, fiquemos apenas com o Brasil. Como em um TCC, é mister fazer um recorte. Fiquemos com o crime do momento: o escândalo do Banco Master.

De tudo aquilo que a cada dia descobrimos de novo, estarrece a pouca ênfase que as autoridades e analistas competentes dedicaram a um significativo par de detalhes.

Primeiro este:

Segundo relatório da PF, servidores do Banco Central forneciam informações estratégicas ao banqueiro bandido. Clássico caso de corrupção dentro da máquina pública envolvendo interesses privados.

Até aí, nada de novo. O espantoso é o objeto da propina.

Tudo indica que rolou uma mesadinha básica e, conforme se depreende das mensagens interceptadas, *uma viagem à Disney*.

Um momento.

Uma viagem de propina, ok. Entende-se.

Mas, à Disney? À DISNEY?

Senhores! A que ponto chegamos.

Será possível que funcionários de carreira do Banco Central, um dos concursos públicos mais difíceis e disputados, com estabilidade no emprego e aposentadoria encaminhada, com múltiplos benefícios e salários para lá de confortáveis – servidores de alto escalão que provavelmente têm condição de viajar ao exterior toda vez que o ano muda de estação sem a preocupação de pesar no bolso – será possível que essa gente aceitou como moeda pelos seus serviços uma reles, uma vulgar, uma ordinária viagem à Disney?

Que coisa mais jeca. Que cafonice.

Não que uma *Orlando trip* esteja ao alcance do orçamento da grande maioria dos brasileiros. Ou que um grande parque de diversões não seja um bom programa para crianças, adolescentes ou mesmo um domingo em família.

Mas, como colonizados culturais do grande império, é preciso reconhecer que há um certo exagero nesse fascínio desmesurado pela *Disneyland*. Sempre houve.

Na juventude, lembro-me que visitar a Disneylândia (era assim que se falava nos primórdios dos anos 80) evocava toda uma aura, um status, um halo mágico entre as crianças da classe média. Coleguinhas com pais endinheirados para enviá-los em uma excursão voltavam de lá transfigurados, olhos vazando orgulho, a face irradiando luz. Era um rito de passagem: sabiam que agora pertenciam a uma classe superior, seleta e distinta: a dos meninos que foram à Disney. Não sei se ainda é assim. Mas, à época, a Disney era a Meca, o grande Eldorado infantil, o sonho de consumo de 9 em 10 crianças da minha geração.

Voltando aos servidores do BC.

Não é complicado entender os apetites que levam adultos a se comportarem como crianças. Nelson já dizia: o adulto não existe, o ser humano é um menino perene. Mas, francamente.

Marmanjos barbados, bem de vida, provavelmente de bom nível cultural, deixando-se seduzir nessa altura do campeonato por Mickey, Minnie e Pateta? Por menus irresistíveis com oleosos *cheeseburgers*, batatas-fritas imorredouras e um copão de coca-cola *extra large*? Pela agradável maratona de filas gigantescas, disputando a cotoveladas cada polegada de espaço com uma multidão de turistas em um cenário artificial e o sol da Flórida castigando a lombeira de todos?

Lamentável, lamentável.

Já vão longe na memória os áureos tempos do bom gosto e da sofisticação. Em vez da exigência por uma *penthouse* em frente ao *Central Park*, ou um apartamento na Avenida Foch, em Paris, o que temos são passagens para a Disney, com direito a acompanhante e café-da-manhã incluso.

Eis a prova cabal de que a crise também é estética. Nossos corrompidos já foram muito melhores.

Senão, pensem comigo.

Do outro lado dessa equação se encontra o banqueiro bandido. Bandido e perdulário. É festinha regada a uísque escocês e prostitutas escandinavas em Trancoso. É festão de noivado de R\$220 milhões, palácio na Sicília “com cascata artificial e filhote de jacaré”, show do *Coldplay* e outros artistas internacionais, hotéis de fausto para convidados, tudo do bom e do melhor, sem economizar. É imóvel de R\$ 4 milhões de presentinho para a namorada. É jatinho particular para si e para os amigos. O sujeito provavelmente mama Havanas acesos em cédulas de US\$ 100.

E aí vem você se contentar com uma viagensinha à Disney? Faça-me o favor.

Estivesse eu à venda, ah... A Disney nunca, jamais seria meu preço.

Por meus préstimos, cobraria do banqueiro bandido um daqueles tíquetes aéreos de volta ao mundo, com duração de um mês. Ou um jantar no El Celler de Can Roca, em Girona. Ou um *terraço* com vista para o Tirreno, na iridescente costa de Amalfi ou nas íngremes encostas das *Cinque Terre*. Ou talvez uma suíte com o balcão abrindo para um píer no Lago Como. Ou, simplesmente, trocasse tudo por *une petite maison* ali nas franjas de Lourmarin ou de Cucuron, além de uma pequena aposentadoria em euros, generosa o suficiente para que eu possa meditar acerca da degenerescência moral da humanidade enquanto petisco uns queijinhos e beberico uma refrescante taça de rosé *terroir*.

O outro detalhe perturbador é o que eu chamaria de “A Remissão dos Estereótipos”. Me explico.

A gente cresceu vendo filmes de *Hollywood* com vilões manjadíssimos, canastrões, previsíveis, a um traço da caricatura.

Nos enredos, é o grande empresário respeitado pela sociedade que, por trás das cortinas, é um gângster sanguinário. Presidentes de corporações eleitos os homens do ano, mas que tomam decisões que impõem a fome a nações inteiras sem nem hesitar. O corrupto com contas em paraísos fiscais off-shore. Os racistas repugnantes, entre os declarados e os enrustidos, oprimindo e marginalizando de forma cruel. A elite global, que busca erradicar 2/3 da população mundial. Os veículos de imprensa e seu exército de especialistas que ostentam uma fachada de honestidade, mas na verdade são dissimuladas penas pagas, ventríloquos de interesses escusos. Os sepulcros caiados, religiosos sem escrúpulos, arrivistas da fé gananciosos e, quando não, diabólicos. O chefe da gangue que simplesmente é uma pessoa ruim, covarde abusador de mulheres. O mafioso que achaca a vizinhança e instrui seus capangas a presentear opositores com dentes quebrados ou fratura exposta.

Tudo, tudo manjado.

Repetido à exaustão, esse padrão vilanesco é tão batido que já não causa surpresas. Antecipamos suas ações e atos pérfidos. Adivinhamos quase tudo o que vai acontecer. Achamos a história fraquinha porque o vilão é superficial, simplório, cartunesco. Preguiçosamente elaborado pelos roteiristas.

No entanto, aí é que está. Dos Arquivos Epstein ao Banco Master, cada nova revelação ou desdobramento – rituais macabros, sacrifícios de inocentes, operações de *false flag*, pesquisas de antigravidade, perversões sexuais, pedofilia, harém privado, mortes convenientes e mais um sem-número de maracutaia envolvendo tudo quanto é figurão de todos os poderes – tudo isso reabilita os velhos clichês. Os clichês é que tinham razão!

Tudo o que a gente pensava sobre vilões e suas tramóias ocultas parecia paranóia delirante – “Bah, isso não pode ser” – porque ou era muito óbvio ou doido demais para ser verdade – pode de fato ser verdade! Ou ter um fundo de verdade.

Será o fim dos argumentos do “Veja bem”? Do “Não é tão simples assim”? A realidade vem dando cada vez mais mostras de que talvez seja simples assim, sim.

Será 2026 o ano do *Disclosure* geral?

Já estou revendo com outros olhos as minhas teorias da conspiração. E você?

Amor e ódio

Renata Fontes

Antônia chegou ao ateliê aos prantos, derrotada por mais uma agressão do marido Arturo.

— Aquele louco me empurrou, disse que ia embora de casa porque eu estava me dedicando demais ao trabalho, que eu era fútil, idiota, vaca...

Eu a acalmei como sempre fazia. Dei a ela um copo de água gelada seguido de um abraço acolhedor e quente. Eu estava numa ótima vibe naquele dia e, de certo modo, já acostumada aos arroubos de dor de Antônia. Era muito raro o dia em que ela não chegava ao ateliê carregada de ressentimento pelo marido.

Antônia amava sua profissão de arquiteta sensorial, em que cria espaços para despertar emoções por meio das cores, texturas, luzes etc. E tinha especial carinho pelos projetos que executava para pessoas do espectro autista e em hospitais infantis. Como sua expertise é grande na área, ela se tornou uma verdadeira referência nacional, era sempre convidada para realizar projetos não só em sua cidade como em todo o Brasil.

Sempre a admirei e me divertia com ela, mas sua maior e inaceitável marca eram os eternos relatos de brigas horrendas com o marido.

Segundo Antônia, ele costumava beber e a humilhava na frente de quem fosse, mesmo em restaurantes e lugares públicos. De porre, dizia que ia “procurar mulher de verdade na rua para foder” porque não aguentava mais “essa mulher gorda e velha”.

Um dia, Antônia acordou de madrugada para ir ao banheiro e ouviu barulhos na cozinha. Lá estava ele importunando uma cozinheira da casa que dormia no trabalho. Antônia o escutou dizendo para a moça que se ela não cedesse, perderia o emprego. A mulher só chorava.

Perguntei a Antônia qual fora sua reação diante da cena, e ela respondeu, sem jeito, que voltou para a cama e que, no dia seguinte, despediu a funcionária. Disse que se sentia muito mal, admitiu que devia ter se separado naquele dia, mas que preferiu permanecer com ele.

Certa vez, chegou mancando ao ateliê. A nova história era sobre um chute que levava do marido porque ele estava descontente com a comida. Desfiou mais uma vez o rosário de razões pelas quais não poderia largar o monstro naquela ocasião.

Pra completar, sem querer, testemunhei uma cena dentro do estacionamento do shopping. Eu estava indo pegar o meu carro e os vi perto da entrada. Quando estava indo cumprimentá-los sem ser vista, flagrei Arturo arrastando Antônio pelos cabelos. Ela berrava e esperneava. Fugi desconsertada, mas tomei uma decisão. Diante da minha inércia e da minha culpa por não ter ido até o carro e não ter interrompido a violência, prometi para mim mesma que, quando a encontrasse, a convenceria a ir até a Delegacia da Mulher para denunciá-lo. Eu sabia que, mais cedo ou mais tarde, ela voltaria ao ateliê novamente ferida por ele.

Tiro e queda. Ela chegou sem marcar, chorando. Contou que estava muito feliz ao retornar de uma viagem a São Paulo onde participara de uma conferência sobre arte e arquitetura sensorial, mas foi recebida em casa como uma vadia:

— Arturo exigiu cheirar minha calcinha para saber se eu não estava com outro. Recusei e ele puxou meus cabelos e me ameaçou com uma faca. Levantei e disse:

— Vamos agora à Delegacia da Mulher!

Para minha surpresa, ela enxugou as lágrimas e me acompanhou. Entramos no carro em silêncio e, no estacionamento da delegacia, ela disse:

— Não consigo, amiga, sinto muito. Simplesmente não consigo.

Tentei todos os argumentos, absolutamente todos. Nada a convenceu e voltamos para minha casa, mas ela nem entrou. Foi direto para o seu carro e partiu em silêncio.

Foram inúmeras as histórias de assédio envolvendo o marido, incluindo o de sobrinhas menores, os porres, o vício em pornografia e todo tipo de baixaria, a ponto de eu lhe pedir que me poupasse. Não queria mais ouvir. Não podia mais ouvir.

Junto aos relatos de Antônio sobre maus-tratos, ela dizia com ar de aliviada como seria feliz sem ele, o quanto era fraca por não conseguir se livrar daquele homem. E chegou a dizer que sua vida estaria resolvida se ele morresse, “não que desejasse a morte de ninguém”.

Não tive notícias de Antônio por muito tempo.

Até que encontrei Ana Lúcia, uma amiga em comum e, assim que perguntei por Antônio, ela me disse de pronto:

— Não soube? O marido dela morreu engasgado.

— Engasgado?! — exclamei.

Ana Lúcia prosseguiu:

— Eles viajaram para a praia, como sempre faziam, com os dois filhos. Arturo bebeu muito e comeu um peixe assado inteiro. À noite, reclamou de algo preso em sua garganta.

Antônia sugeriu que eles fossem ao hospital, pois poderia ser uma espinha. Ele estava bêbado e teimou com ela, dizendo que não ia “a porra de hospital nenhum”. Depois, deitou e dormiu. Pela manhã, acordou sem conseguir respirar, eles correram para a emergência, mas já era tarde. A espinha do peixe inflamou a glote e ele se foi.

Fui para o ateliê e passei o dia pensando na providência divina. Imaginei o quanto Antônia estaria... aliviada. É claro que uma morte por acidente é sempre um fato triste, um rompimento brusco, ainda mais uma morte inesperada como aquela causada por uma espinha de peixe atravessada na garganta, mas me pareceu oportuna.

O tempo passou, um bom tempo, aliás.

E eis que, em uma tarde, encontro Antônia no saguão do Memorial JK. Estava mais magra. Acompanhada de uma amiga italiana, foi efusiva e me pareceu feliz com o reencontro. Prestei minhas condolências, mas confesso que tive vontade de dizer algo do tipo: “Você está ótima, agora que se livrou do traste do seu marido!”.

No entanto, me limitei a elogiá-la, dizendo que estava mais magra, mais bonita, ao que ela respondeu abruptamente:

— Pois é, mais magra eu estou, mas mais bonita acho pouco provável. Não consigo superar a dor pela morte de Arturo, mesmo cinco anos depois. Nem tive mais vontade de ir até o meu ateliê fazer roupas. Minha vida acabou.

Eu simplesmente não soube o que dizer. Fiquei perplexa, atônita.

Ela, como fazia habitualmente, começou a falar sem pausa nem respiração. Contou o quanto ele era maravilhoso, que passeava com o cachorrinho do casal, que a levava aos lugares quando ela precisava, até mesmo na consulta médica, exclamou com emoção nos olhos. Por fim, mencionou as qualidades sexuais do marido, “um garanhão”, disse com um sorrisinho malicioso que me deu ânsia de vômito.

Quando minhas pernas começavam a doer e minha cabeça parecia que ia estourar, avisei que iria ao café. Então, ela concluiu, apontando a amiga que estava com ela:

— Hoje, depois de cinco anos, saí de casa porque Francesca me obrigou. Tenho uma depressão severa e sei que não terei cura, só a morte me aliviará, quando estarei ao lado do meu amor.

Não entendi nada. Aliás, aqui narrando e voltando àquele dia no museu, me sinto ainda mais confusa. Chego a pensar que o casal que vi no shopping não eram eles e que Antônia inventou tudo que me contou. Desconfio que ela tenha alguma doença psíquica que a faz distorcer totalmente a realidade.

Sei lá. Cansei de Antônio, de suas histórias e de sua relação post-mortem maluca com aquele infeliz. Retomo meu livro e me comprometo a não pensar mais nessa loucura, uma vez que não disponho de ferramentas psíquicas ou interesse em desvendar tamanha contradição existencial.

Balaio de gato

Juliana Vermelho Martins

Tudo começou com Aristóteles e seus inúmeros textos dedicados às classificações. O grande filósofo quis botar ordem no mundo e decretou que dali pra frente era cada um na sua, ou melhor, cada macaco (literalmente) no seu galho, já que, além da classificação de gêneros literários, uma das suas grandes contribuições foi justamente a classificação dos seres vivos. Mas, depois que o sábio comeu o pão que o diabo amassou pra conseguir categorizar até mesmo o que não tinha visto nem mais gordo nem mais magro, como a girafa, vieram muitos outros pra refazer o trabalho. Por quê? Provavelmente porque, um belo dia, toparam com um ornitorrinco pela frente e esse ser vivo (uma das poucas certezas que temos sobre ele) é, ao mesmo tempo, réptil, pássaro e mamífero. Nem Aristóteles podia imaginar essa!

O mesmo acontece em outras paragens. Podemos tentar de todas as formas classificar um conjunto de coisas. Sempre haverá no final uma inclassificável meia dúzia de gatos pingados que não pertencerá a nenhuma das categorias, ou que poderá pertencer a várias delas. Serão as moscas na sopa do grupo, os patinhos feios da família, os peixes fora d'água.

Assim é a crônica na literatura.

O que é uma crônica? O que cabe nela? Tudo cabe! Tudo aquilo que não cabe no romance, no conto, na poesia. O que não se encaixa no jornalismo, nem na autoajuda. Aquilo que não aparece em teses ou dissertações. O texto não tem para onde ir? Vai pra crônica que lá tem espaço pra ele, certamente.

A crônica será vista por seus amantes como coração de mãe. Já seus detratores dirão que ela nada mais é do que uma verdadeira casa da mãe Joana. Viu só? Cabe tudo numa crônica!

Passei anos tentando decidir se o que escrevo de vez em quando é ou não crônica. Às vezes achava que era conto. Em outras, uma dissertação quase colegial. Havia dias em que despencava na comédia deslavada para, em outros, mergulhar em profundas filosofias de botequim. E a dúvida sempre ali, me incomodando mais do que mala sem alça: afinal, é crônica ou não é?

Ler autores confirmados nesse gênero não me ajudou em nada! Como é que textos tão diferentes na forma, no conteúdo ou na extensão podem ser classificados da mesma maneira? Nem Aristóteles achou a resposta que, desconfio, é uma só: não podem!

Exatamente! Não podem. A crônica é o ornitorrinco da literatura. Ela é a caixinha que salva a pátria quando não conseguimos colocar o texto em nenhuma outra. É aquela pilha que fica nas mãos quando arrumamos a estante de livros por assunto, ou por gênero ou até por cor. Só não vai sobrar nada se a gente colocar os livros em ordem alfabética. Mas aí não se trata mais de classificação, é pura e simples ordenação. Vira tudo farinha do mesmo saco, só que arrumadinho. Se a gente tentar fazer aproximações, criar categorias, pronto: lá estará o restinho, o que não cabe em nenhuma caixinha ou que, ao contrário, poderia entrar em duas ou mais.

Assim é esse texto que não tem expressão do senso comum que o defina. Que nos foge por entre os dedos. Que é leve mesmo quando nos dá um soco no estômago. Que brinca de esconde-esconde entre a ficção e a realidade (será que o cronista realmente viveu aquela banal corrida de taxi que gerou uma crônica sobre as relações humanas? Ou será que imaginou...). Tem crônica feita de poesia e outras tantas feitas de pura crítica. A crônica é o vale-tudo da literatura. Ela pode ser efêmera como uma bolha de sabão ou eterna como uma esfinge. Aliás, esfinge é uma ótima lembrança: *decifra-me ou te devoro...*

Desisto! Devora-me da cabeça aos pés! Saber o que a crônica é ou não é não tem mais importância alguma pra mim. Tudo o que eu quero é que ela continue a existir para conter o inapreensível, o imponderável, em resumo, o inclassificável.

Bile negra

Alexandre Arbex

“El licenciado Vidriera”, uma das Novelas Exemplares, de Cervantes, narra a história de um homem que, certo dia, recuperando-se de uma severa convalescência, ficou “louco da mais estranha loucura que entre as loucuras até então se havia visto”: começou a imaginar que era feito de vidro “dos pés à cabeça”. Essa ilusão persistente, obrigando-o a permanecer deitado dias inteiros, inspirava-lhe uma sensação de lucidez absoluta. Mas, embora sua alma pudesse agir com mais prontidão através de uma matéria tão fina, apavorava-o a ideia de que o menor contato humano poderia despedaçá-lo. A loucura de Vidriera não era um caso isolado no tempo de Cervantes: Descartes, seu contemporâneo – nascido em 1596, vinte anos antes da morte do autor do Quixote –, alude, no início das Meditações Metafísicas, a certos homens loucos, “de tal modo perturbados pelos vapores da bile”, que acreditavam ter um corpo de vidro.

Como muitos amigos e conhecidos, tive, também, minha cota de depressão nos últimos meses. Num dia ruim, o relâmpago frio de uma alucinação me fez recordar o conto de Cervantes, mas em chave invertida: de um momento para o outro, eu me vi possuído pela certeza de que todas as coisas que compunham a realidade imediata e material ao meu redor eram feitas de vidro. O chão, a comida, o ar confinado da casa, tudo parecia frágil, tenso, prestes a se estilhaçar. Encolhido para dentro do corpo, eu sentia a minha presença no espaço pesar como um excesso incompressível. Ao contrário de Vidriera, eu não conseguia formar nenhuma ideia, nenhuma ilusão coerente sobre meu estado: os pensamentos giravam por fora da minha consciência, e uma vertigem sóbria, duradoura, de queda livre em câmera lenta, me fazia imaginar que tudo na casa flutuava além do meu alcance. No decorrer dos dias, essa sensação de alheamento deu forma a outros delírios: a certa altura, parecia que uma sucessão de camadas de vidro se interpunha entre mim e os objetos, e eu precisava quebrá-las – e não conseguia – para tocá-los, para restabelecer, pelo contato com eles, o sentimento da minha própria personalidade. Em outra miragem, eu tinha a impressão de submergir devagar num elemento nebuloso e fundo. Qualquer chamado à superfície – minha filha pedindo atenção, um amigo ao telefone – me custava um esforço brutal, exasperante: depois de subir à tona e despejar o resto da minha energia num sorriso ou numa resposta, eu tornava a mergulhar, com alívio, de olhos fechados.

Eu andava sozinho em casa como um fantasma num cenário: as coisas giravam nas suas posições como reflexos trêmulos e impalpáveis, e eu tinha vontade de dormir o tempo todo para sonhar que estava em outro lugar. O estado depressivo abala essa certeza essencial da existência: a crença no real (uma coisa, aliás, nada cartesiana). Entre a consciência adoecida e a realidade, parece estabelecer-se uma relação de negação recíproca. Sob esta condição, o exercício primário de simulação de sentido com que afirmamos reiteradamente a existência da realidade revela seu caráter artificial e precário, e deixa de ser uma tarefa espontânea e inconsciente, como beber água ou respirar, para se tornar um exaustivo empilhamento de ruínas sobre a agulha do instante. É como se, tendo percebido como fazemos alguma coisa que antes fazíamos sem pensar, já não pudéssemos fazê-la sem carregar o peso desse desencantamento, dessa desacreditação. Uma das verdades inoportunas da depressão consiste precisamente nisso: ela desnaturaliza a performance da normalidade.

Entretanto, eu conseguia atender às obrigações regulares do trabalho e, com um pouco menos de pontualidade, aos cuidados com a casa e a saúde. Suspeito que essas dimensões da rotina foram menos prejudicadas porque elas não demandavam nenhum engajamento afetivo, psíquico, além da mera funcionalidade. As minhas maiores dificuldades estavam nas relações mais próximas, na paternidade sobretudo – porque as crianças são criaturas radicalmente presenciais –, mas também na amizade – porque eu concebo a amizade como uma paixão.

Já vi quadros depressivos evoluírem muito mal. De modo geral, só nos damos conta de ter cruzado o ponto de não retorno quando já se tornou impossível distinguir o que ficou para trás. A depressão avança parecendo recuar: ela nos inclina a desejar coisas que agravam o nosso estado e, ao mesmo tempo, nos faz pensar que, ao desejá-las, estamos tentando melhorar. O desejo de afastamento, um clássico do gênero, não diz respeito – ao menos para mim – a uma necessidade de autopreservação: ele é, antes, o prenúncio insidioso de uma ruptura, de uma desconexão. No pesadelo político que atravessamos, o autoexílio doméstico é uma alienação tentadora, às vezes necessária.

O delírio narrado no conto de Cervantes foi, depois, identificado como uma espécie de melancolia, e acho que a correlação é acertada. Não me parece que a depressão seja propriamente uma doença política, embora ela tampouco seja, por certo, um fato psíquico particular, individualizado. Comentei uma vez, e fui repreendido por uma amiga, que cair em depressão neste país insalubre era quase um sintoma de saúde mental. Não é, por mais que o contexto político pareça normalizar esse estado. Já tive, como quase todo mundo, crises

dominicais de ansiedade, mas notei que o que se passava comigo dessa vez era algo diferente, e busquei ajuda clínica especializada. Foi o melhor que fiz, e creio que não há nada de melhor a fazer nesses casos. Isto tudo já faz um bom tempo: escrevo para não esquecer.

Cardápio rural

Marcos Meier

Comprei um casal de patos. Sim, patos. Há algo de hipnótico em vê-los nadando e correndo de um lado para outro, como se estivessem sempre atrasados para um compromisso que só eles conhecem, como se o mundo pudesse ser resolvido com água, penas e pressa. Morar numa chácara impõe um certo protocolo faunístico, uma espécie de cardápio implícito: cachorro para guarda, gansos como alarme, peixes no lago para o tédio dos domingos e galinhas garantindo o omelete diário. A fauna precisa ser funcional. Faltavam os patos.

Poderia comer os ovos, é claro, mas as galinhas são tão produtivas que dispensam concorrência. Botam com a convicção de quem nunca duvida do próprio papel no mundo. O destino dos novos moradores seria mais nobre e mais aromático: o tradicional pato com laranja, prato sagrado da minha família, capaz de reunir parentes que não se falam desde o último Natal.

Empolgado, avisei parentes e amigos: lá pelo fim do ano haverá banquete. Um aviso carinhoso, especialmente para quem ainda não aderiu aos movimentos espirituais de renúncia à carne, ou aos que aderiram, mas fraquejam diante de molhos cítricos.

Para recebê-los, comprei uma pequena casinha, arquitetura canina em versão rasteira. Nada de luxo: teto honesto, entrada humilde, sonho modesto. Instalei-a à beira do lago, facilitando o vaivém dos novos nadadores. Lembrei daquela frase injusta que compara o generalista a um pato — nada, voa, corre, anda... e não faz nada direito. Quem diz isso nunca viu um pato nadando. Eles deslizam com uma soberania líquida, como se a água fosse uma extensão natural do corpo. Flutuam com dignidade. E, convenhamos, são sublimes assados.

Logo terei muitos. Cada ninhada rende de oito a doze patinhos, garantiu o vendedor da cidade vizinha, equilibrando um balaio vivo e barulhento, onde penas, bicos e esperanças se misturavam.

— Casal baratinho! Logo tem filhote e o senhor recupera o investimento! Fiquei desconfiado daquela planilha aplicada à ave. Lembrei do Primo Rico, imaginei o pato palestrando sobre renda passiva enquanto grasnava.

Com tudo instalado, restava a espera: pelos ovos, pelos filhotes, pelo tempo necessário para crescerem e, naturalmente, pelos assados futuros. A espera é parte essencial da vida rural: tudo demora, menos a ilusão.

Quando minha esposa viu a cena, emocionou-se. Disse que eu era o melhor marido do mundo, por realizar seu sonho de ver o lago cheio de vida. Fiquei ali, inflado de orgulho, saboreando aquela sensação ancestral de provedor. O lago quieto. Os patos deslizando. O sol ajudando. Um instante perfeito, desses que a gente guarda como prova de que estava certo.

Durou até o caseiro chegar.

— Patrão... não é casal. São dois machos.

Revisei o cardápio.

Cinquentando à vera!

Paola Vanessa Gonçalves Dias

Brasileira; estatura mediana; nem rica, nem pobre; nem alegre, nem triste; cética moderada, sobrevivendo, aqui e ali, à dengue; às devastações do HIV; a uma pandemia de proporções globais; a um relacionamento abusivo; a uma gravidez de risco; à maternidade solo; ao ressurgimento de fantasmas políticos; ao medo de que alguma IA escreva um texto melhor que o meu. Eis-me às portas de meio século de existência, reproduzindo o clichê de todo cinquentenário raiz: a infame retrospectiva de vida. Proponho-me a fazer o saldo do longo percurso entre o agora e a primeira vez que mostrei minha cara, sem filtro (nem o solar, nem o digital), ao então Planeta Água. O objetivo de uma viagem ao passado? Celebrar a chegada desse marco com trilha sonora, temática e os “comes e bebes” apropriados.

Para começar, penso no *bufê*: olho de sogra, canudinho de frango, sacanagem, bolo com glacê colorido... Decido pedir um *delivery*. Não encontro no *iFood*. Procuo alguma “tia do Zap” que ainda saiba preparar essas guloseimas. Constatro que essa figura lendária sou eu mesma. Respiro, realinho os chacras e passo imediatamente aos drinques: gin tônica, cuba-libre, dry martini com cerejinha. Lembro da ressaca, da dor de cabeça, da boca amarga... Desisto! Chamo o DJ para animar a festa. Sou dessas que faz questão de Tím e Lulu. Eles traduziram as muitas fases da minha lua. O que me pega é a temática! Dedo no *play* do saudosismo; eu bem poderia escolher “Como uma onda no mar”. Renderia um belo luau! Mas, a verdade é que essa música nunca conquistou meu coração. Já “Tempos Modernos”... essa me deu o norte para encarar a jornada “Do Leme ao Pontal”. Foi na certeza de que a vida seria melhor no futuro que ignorei, pulei e, quando precisei, derrubei muros que vejo se reerguer com estúpida rapidez!

De muro em muro, traço uma linha segura: um rol de sonhos e realizações. Aposto certa. Elaboraria uma lista guiada pelo questionamento: o que eu queria ser ao crescer? Ignoro no caso de outros cinquentenários, mas, no meu, teria terminado o questionário na primeira pergunta. Eu queria ser cientista. Minha profissão: cientista social. Questão resolvida. Inventário concluído num microconto sem subtextos, que não renderia nem o confeito de bolinhas metálicas sobre o bolo.

Sabendo que a tal felicidade, mesmo que *fake*, é o *hit* do momento (qualquer dúvida, basta rolar o *feed* do *Insta*), um caminho promissor seria buscar, nos velhos álbuns de família, respostas para outra pergunta: qual era a cara da felicidade há cinquenta anos? Isso tomaria

algumas horas apreciando um *cheese-tudão* fotográfico. Um apanhado de monóculos e fotografias nove por nove, carregadas de magenta, tiradas com a Kodak 126 da minha tia Vera. Uma coleção de registros factuais da vida: formaturas, casamentos, batizados, aniversários, ocasiões nas quais familiares e amigos se espremiavam em volta de um bolo caseiro, confeitado pela vizinha. Tudo e todos comprimidos num mesmo enquadramento para não desperdiçar o *flash*.

Sim, porque, além do custo da máquina, do filme e da revelação, existia o *flash*, acessório caro e de uso limitado. Um cubinho cristalino, descartável, composto por quatro lâmpadas concebidas para queimar instantaneamente a cada clique. Cada foto, um *flash*; cada *flash*, uma luz que se apagava em homenagem ao momento vivido. Caso houvesse desafetos entre os convidados, o *flash* não se importava! “Olha o passarinho!” Diferenças lado a lado, dentes trincados, olhares de soslaio, sorrisos congelados. No centro da foto, uma criança perdida encara um bolo, besuntada de glacê. Muitas histórias, muitas entrelinhas, tudo num só fôlego. Era a vida registrada sem rascunhos. Revelada para a posteridade. Bocas abertas, olhos de gato, chifrinhos. Tudo à vera! Sem função *delete*, sem *edit*, sem filtro. Felicidade possível, sem *gourmetização*. Pensando bem, uma festa “não-instagramável”, sem as mil *selfies* em poses de beijinhos, certamente *flop*aria.

Assim-assim, na intuição, não querendo seguir regras rígidas, considero escolher a paleta de cores da decoração: laranja, verde, púrpura, amarelo-ouro. Puro psicodelismo! Novamente, dou-me conta de que minha festa não *bitaria*! Melhor seria usar cores e tons mais sóbrios, disponíveis nas prateleiras empoeiradas da minha memória afetiva. Estico-me um pouquinho. Ponho-me na ponta dos pés, tentando alcançar uma lembrança olfativa para nelala, inspirar-me. Neste ponto, imagino que o leitor 40+ esteja pensando no cheirinho de café passado no coador de pano; na broa de milho saindo do forno; no feijão preto sendo refogado. E não tiro sua razão. São os cheiros da infância que dão aquele quentinho no coração. Férias na casa da avó. Um bom tema!

No entanto, outro odor martela minha cabeça. Trago a vossas senhorias um cheiro de outro naipe. Incômodo. Esse não embalou doces sonhos, mas aterrorizou muitas donas de casa por décadas, quiçá por séculos. Como não se briga com uma ideia fixada a marteladas no cérebro... está escolhida a temática da festa: cheiro de ovo. Não do ovo podre, que nos faz ter a consciência da impiedosa finitude, mas o simples cheiro do ovo, nu e cru, clara e gema. Impregnando o ambiente. Durante minha infância e adolescência, o ovo foi o vilão da cozinha. Claras e gemas batidas separadamente e à exaustão, temendo transmitir o fedor do desditado à comida ou ao copo. Ah! Os infames copos com cheiro de ovo! Motivo de grandes

alvorços familiares, do tipo que não valia a imortalidade do momento nem o *flash* da tia Vera.

Aproximo-me dos cinquenta e constato, admirada, que já não suamos frio ao assistir, impotentes, a um ovo em sua frágil casca, rolando pela mesa rumo ao chão. Já não batemos a clara em neve; não separamos as louças sujas de ovo; não temos um siricutico quando alguém lava o prato da omelete antes, e com a mesma esponja que lavará os copos. Começo a pensar nesse vilão secular com certa ternura, saudosa do amarelo-ovo, de sua presença persistente em bolos, pudins, quindins. Olho por cima do muro, não para ver a minha vida no monóculo, mas a vida tal qual ela foi se moldando na última metade do século para caber no ideal de felicidade dos novos tempos. Vejo-me inventariando sentidos, experiências e emoções extintas, num extenso catálogo de saudades. Sou incapaz de vislumbrar a cara da tal felicidade. Pressinto que ela não tem sabor, cheiro ou a textura de outrora. Pressentimentos, percepções. Pura abstração. Pura subjetividade. Sinto-me como a anciã que insiste em vagar por becos escuros carregando tábuas, tentando trazer à luz nomes esquecidos. Ao som das ondas no mar, brindo só, com Coca, gelo e limão. Reaprendo que não se faz uma omelete sem quebrar alguns ovos, tampouco uma retrospectiva sem se lambuzar com uma boa dose de saudosismo. E, nisso, até o cheiro de ovo ganha contornos de "perfeição".

Tim-tim!

P.S.: Outro dia, a gente fala sobre chocolate, sossego e “um quilo do bom”!

Crônicas de um advogado gringo no Brasil

Antonio Blanco

Desde a minha chegada ao Brasil, uma coisa sempre me fascinou: a criatividade do idioma em ação, especialmente quando ele resolve ser formal em situações absolutamente informais ou até acidentais. No direito, onde milito com certa teimosia acadêmica, isso ganha contornos quase poéticos. Ou trágicos. Ou cômicos. Depende do dia.

No cotidiano forense, conversando certo dia no fórum com um colega, ele me espetou, com a naturalidade de quem pede um café: “Nobre doutor, essa lei não pegou.”

Fiquei paralisado. Nobre? Estaria ele me confundindo com algum aristocrata europeu de passagem pela corte dos Bragança?

Mas a inquietação maior não era a súbita nobreza. Era o resto da frase.

Essa lei não pegou? Pegou onde? A quem? Tentou pegar e escorregou? Houve resistência física? A lei correu atrás de alguém e foi repelida?

Para não parecer o estagiário do escritório, limitei-me a sorrir com a dignidade possível.

Mas a frase me perseguiu.

Ao chegar ao escritório, fiz o que todo advogado faz quando não quer perguntar o óbvio: fui pesquisar. Descobri que “lei que não pegou” refere-se àquelas normas que entram formalmente em vigor, mas são solenemente ignoradas pela sociedade ou pelo poder público. Leis que existem, mas ninguém leva a sério. Normas que nasceram para regular, mas acabaram em desuso pela indiferença coletiva.

Achei aquilo extraordinário. Então temos leis que pegam... e leis que não pegam.

Perguntei-me como se faz esse diagnóstico. Existe um exame clínico? Um boletim epidemiológico legislativo? Um site oficial com a lista das leis rejeitadas pela realidade? Algo como: “Lei nº X — Situação: Não pegou.”

Quem decide? A sociedade? O fiscal que resolve não fiscalizar? O juiz que aplica seletivamente? Ou o brasileiro médio, essa entidade sociológica soberana?

Fiquei imaginando o momento da promulgação. A lei nasce no Diário Oficial, pomposa, numerada, publicada, cheia de artigos e parágrafos. Formalmente perfeita. Mas, ao sair à rua, percebe que ninguém a cumprimenta. Não é reconhecida. Não tem legitimidade prática. Volta para casa frustrada.

Talvez as leis passem por uma espécie de estágio probatório social. Primeiro entram em vigor. Depois entram em teste. Se sobreviverem ao escárnio, às exceções e às interpretações criativas, então sim: “pegam”.

Caso contrário, tornam-se peças decorativas do ordenamento. Existem para fins acadêmicos, para concursos públicos e para indignação eventual.

Desde então, passei a ouvir com atenção redobrada essa expressão. Ela revela algo profundamente nacional: aqui, a validade formal não basta. É preciso aprovação popular tácita.

A lei não se impõe, ela precisa ser aceita. E, se não for simpática, simplesmente não pega.

No fundo, talvez sejamos o único país onde a eficácia normativa depende de carisma. Trata-se de um orgasmo democrático, sem dúvida alguma.

Comecei também a reparar, por exemplo, nos assaltos. Mais precisamente, no anúncio do assalto. Sim, porque no Brasil o crime vem com prefácio, é anunciado. Na imprensa, na TV, no rádio e na conversa de bar, o roteiro é sempre o mesmo: “Dois homens encapuzados e armados entraram no local e anunciaram o assalto”.

Anunciaram? Sempre me perguntei: precisava? Dois sujeitos encapuzados, armados até os dentes, invadem um salão... e ainda assim sentem a necessidade de esclarecer a finalidade da visita? Em que momento alguém pensaria: Ah, deve ser uma ação cultural? Pastoral da moradia? É um bloquinho de carnaval?

Continuei atento às notícias e às conversas populares, e o anúncio aparecia sempre, pontual, quase obrigatório como uma espécie de abertura solene: “Perdeu, brother” “Isto é um assalto”

Fiquei imaginando se existiria algum manual do ladrão, talvez uma apostila básica: Introdução ao Assalto I onde ensinasse as fórmulas consagradas, as variações linguísticas, o tom adequado, e, principalmente, como conjugar o verbo quando há vários assaltados “perderam”, “passaram”, “ninguém corre”.

Não encontrei o manual, busquei no YouTube, afinal, hoje aprende-se tudo lá, alguma aula gravada: “Como anunciar um assalto em 5 passos”, “Erros comuns do ladrão iniciante”, “Dicas de dicção para momentos de tensão”.

Nenhum tutorial. Nenhum webinar. Nenhum curso online com certificado.

Concluí que se trata de uma cultura oral, transmitida de geração em geração, de pais para filhos, como um saber tradicional da profissão, aprendido no estágio probatório das gangues.

Outra joia que me chamou a atenção foi a voz de prisão. Um ato formal, solene, verbal, previsto no Código de Processo Penal onde qualquer cidadão pode dar voz de prisão a uma pessoa que cometa flagrante delito. Qualquer cidadão? Peraí, como?

Isso sempre me pareceu um detalhe otimista do sistema penal, até um suicídio dependendo a envergadura do criminoso.

Passei a imaginar a cena.

Treinei até uma estrofe decorada, caso um crime surgisse no meu caminho ao trabalho, no metrô, ou até no supermercado. Algo clássico, cinematográfico, estilo xerife Will Kane em Matar ou Morrer: “Por ordem do Estado, o senhor está preso.” “Está arrestado. Entregue-se à lei.”

O problema prático nunca foi o texto, foi o sotaque. Sei exatamente como a cena se desenrolaria. Eu, solene, projetando a voz institucional. Ele, perplexo: “Hã?” Eu repetindo, com ainda mais autoridade: “Entregue-se à lei!”

Ele, agora irritado: “Não entendi”

E a cena se tornaria patética: eu pedindo várias vezes que se entregue, ele respondendo que não compreende, e o flagrante se dissolvendo numa crise de fonética comparada.

Percebendo o risco linguístico, resolvi simplificar. Reduzi o discurso. Cortei os floreios republicanos. Encurtei a proclamação para algo mais direto, menos sujeito a ambiguidades fonéticas: “Cadeia, já!”

Ainda assim, com cautela: evitando interpor uma s/ss/z ou ç entre mim e o bandido que pudesse enturvar nossa relação fonética naquele momento delicado.

Porque no Brasil, descobri, até a autoridade precisa de legenda.

Depois sobreveio a minha cabeça o *timing*. Pensei longamente em como dar voz de prisão sem levar um soco do ladrão.

Ou pior, receber as atenções do bandido, e ser assaltado na sequência para só então ouvir, com certo alívio institucional, o esperado anúncio:

“Perdeu, irmão, isto é um assalto”

Dois lugares

Daniela dos Santos Souza

- Como assim um aneurisma?
- Assim mesmo... Um aneurisma cerebral.
- Como? O que aconteceu?
- Ela estava no banheiro e se sentiu mal... Caiu... Dizem que a dor é forte como se estourasse uma trovoadas na cabeça... Insuportável!
- Como assim? Tinha alguém por perto? Quem socorreu?
- As crianças estavam lá. Chamaram por ela... Ela não respondeu, então ligaram para mim.
- Não... Não... Não... Onde ela está? Quero vê-la.
- Impossível. Está na UTI. Se prepare para o pior!
- O que é “o pior?”
- Sequelas... Morte...
- ...
- ...

Ela e eu voltamos de viagem há poucos dias, antes de estourar o aneurisma. Que loucura! Podia ter acontecido enquanto estávamos no avião!

No início da viagem ficamos em Sacavém, ao lado de Lisboa. Ela tinha trabalho ainda pendurado para enviar à Editora. Da sacada do apartamento víamos o Tejo, mas não dava para ficar ali por muito tempo porque a sacada era o território da gata, a Morgana, que da sua almofada olhava na nossa direção. Mas se olhássemos para ela, desviava o olhar, rápido, fingindo que não estava nos observando.

Ela tinha medo da Morgana e acho que a Morgana tinha medo dela. Por isso se respeitavam: uma não invadia o espaço da outra. A almofada e a sacada eram da Morgana, o computador e a mesa eram dela. Eu fui correr até o Tejo, aproveitar um solzinho de fim de inverno e comprar um vinho.

Sabia que precisava conversar com alguém porque as coisas não estavam bem. Acho que por isso estou aqui no teu consultório, não sei... Eu acho que eu não devia ter ido para Portugal! Foi ideia dela, mas acabei concordando... Eu até tinha um sonho de conhecer a terra do meu avô... O que deve ter levado o cara a ir para o Brasil em 1911? Ainda tinha gente da família por lá, em Águeda... Mas, na verdade, eu estava meio confuso e não pretendia ir até lá: estávamos com o roteiro feito para conhecer lugares incríveis e não

queria pensar nesse desvio. E, sério, para que mexer com isso? Mais de 100 anos... Todos já deviam ter se mudado ou nem se lembrariam do meu avô! Também podiam estar todos mortos, sei lá.

– Morte?

– Sim, foi muito violento. Ela está respirando por aparelhos e...

– Eu não estou conseguindo respirar! É um tormento!

– Vamos lá fora, está ventando, vai ajudar um pouco.

O vento forte que vinha do Tejo embaralhava minhas ideias: eu não devia estar em Portugal. Estava de férias? Havia deixado o filho no Brasil com dinheiro suficiente para dois meses, mas só iria ficar fora por uns 15 dias. Eu me torturava e repetia em pensamento: “eu passeando e ele lá, nunca saiu do Brasil. Eu na beira do Tejo e ele sacolejando no ônibus até a escola”. Pensar era um tormento. Era?

– O vento podia levar esse tormento para longe e...

– Você sempre achou que o vento podia resolver tudo!

– Quase tudo!

– É... O resto você podia resolver com um bom vinho!

– ...

Enquanto corria, lembrei do vinho! Ela e a amiga já deviam estar preocupadas me esperando. A amiga era a dona da Morgana, já te contei isso? Resolvi levar mais coisas: uma torrada, patê. E meus pensamentos voltavam: “Será que ela já terminou o trabalho infinito”? Porque, eu não sei se você sabe, mas isso de escrever livro é assim: nunca está bom, nunca fica daquele jeito desejado. Se for reler, ela encontra um ponto, um parágrafo todo que devia estar em outro lugar; uma explicação que não devia estar antes do fato; um fato que apareceu antes do tempo; um tempo indicado fora do período; uma consequência sem causa.

– Qual a causa do aneurisma?

– Não sei, ela poderia ter isso há muito tempo, fazendo pressão na veia. Uma hora estourou, podia nunca ter estourado...

– E as consequências?

– ...

– Qual o horário da visita?

– Não pode entrar ainda. Ela está muito agitada, arrancando os fios, as roupas. Está sem controle dos movimentos.

– Se eu falar com ela se acalma, eu sei. Posso contar dos vasilhinhos na janela... dos livros que chegaram...

– Não faz assim! Só aumenta seu sofrimento!

– E o dela? Tem alguém pensando nela? No medo que ela deve estar sentindo cheia de aparelhos, de gente desconhecida, de corpo que não reconhece?

– Vai para casa. Amanhã é outro dia, pode ter novidade...

A novidade eram os intrusos em casa. Morgana soltava pelos, muitos pelos. A amiga avisou para não deixarmos a porta do quarto aberta porque a gata entendia como um convite para se enroscar nas roupas, entrar nas malas. E, um dia, entrou! O casaco preto, pronto para desbravar Lisboa no dia seguinte, já era! Impossível usar, pelos por dentro e por fora. Os olhos felinos pareciam satisfeitos: era a doce vingança contra os invasores! Enquanto eu resolvia os pelos, ela escrevia. E, além de escrever, soltava gargalhadas, muitas. Conhecía a história de Portugal, sabia o que queria conhecer em Lisboa, no Porto, em Belmonte, em Covilhã, em Leiria, em Sagres, em Nazaré, na Serra da Estrela, em Sintra, em Óbidos, em Batalha, em Évora. Minha cabeça rodava pelo mapa. Ela falava que iríamos à Águeda e que lá encontraríamos a família do meu avô. Mas não iríamos na primeira semana porque tínhamos que respeitar essa questão do tempo, quando nada acontecia antes de nada. E havia os lugares antes desse tempo, porque os lugares, às vezes, eram tão importantes quanto o tempo.

– O que importa o lugar onde estou, aqui ou em casa? O tempo não passa de qualquer jeito!

– Ao menos você pode descansar um pouco.

– Descansar? Você está brincando comigo? Perdeu a noção? Não me conhece?

– Estou tentando te ajudar!

– Se bobear, vai dizer para eu passear um pouco!

– ...

Lembro que fomos passear em um museu, no centro de Lisboa, com azulejos pintados em diferentes épocas, por influência de mouros, de holandeses, coloridos ou apenas azul e branco. Paisagens de Lisboa antes do terremoto ou depois dele. E ela via beleza em tudo, nas escadas, nas colunas, no piso hidráulico, no claustro, nos restauradores, na capela, nos bancos de madeira (e se perguntava se aquela madeira havia sido levada para lá, nas caravelas). Eu me sentia sufocado por ela, pelos azulejos, pelos mouros, pelos portugueses. Por que eu não reclamei, não disse a ela? Não sei o que acontece comigo! Depois de umas horas, percebi que estávamos voltando aos mesmos locais e comecei a procurar a saída. Havia outros museus para ver, ruas para andar, paisagens para desfrutar e eu estava com fome. Eu estava com muita fome! E havíamos combinado com a amiga de comer arroz de pato acompanhado de cerveja. Também por isso o que eu mais queria era sair dali.

– Acha que vou conseguir sair? Quero estar aqui quando ela acordar!

– Ela não vai acordar. Está sedada. Os médicos estão controlando isso, aplicando os remédios, observando a tomografia, as alterações e as reações.

– Ela vai acordar e não vai entender nada. Quem vai explicar sobre o lado que o Sol nasce na UTI ou quanto tempo já passou?

– Do que você está falando?

– Quero estar lá para explicar as coisas que são importantes para ela.

– Ela não vai acordar. Coloque os pés no chão. Ela não vai acordar enquanto estiver sedada e, se acordar, ninguém sabe quais serão as reações, nem se vai ter reações.

– O que eu vou fazer? Ela sempre explicava o que eu devia fazer!

– Molhe as plantas. Ela gostaria que você fizesse isso. E, por favor, descanse. São 5 horas! O médico pediu para estarmos às 14 na porta da UTI.

Às 14 horas o arroz de pato foi servido com rodela de calabresa por cima. Estávamos em uma tasquinha, bebendo uma cerveja gelada acompanhada de gargalhadas depois de azulejos inspiradores. Na rua em frente, passavam os tuc tuc, cheios de turistas que falavam muitas línguas. Iam para o Panteão Nacional, onde estavam os restos mortais dos heróis da pátria. Lembro que tinha muito Sol e que vi o Tejo logo abaixo.

– Desligaram os aparelhos, mas ela não reagiu.

– Então, ela não viu o Sol?

– ...

Dois olhos e uma tela

Bruna de Araujo Rossetti

Não sei se o leitor já reparou que o século, esse cavalheiro apressado, ensinou-nos a grande arte de estar em toda parte, exceto onde estamos.

É um progresso notável! Veja que, antigamente, para ausentar-se, era preciso sair, hoje, basta inclinar o pescoço.

Faço tal reflexão porque, há dias, sentei-me num café com a única intenção de não pensar em nada, propósito nobre e raramente alcançado, e foi quando meus olhos, desocupados, portanto, perigosos, detiveram-se num casal à mesa vizinha.

Eram duas pessoas honestamente dispostas a conversar. A disposição via-se no modo como se sentaram, frente a frente, sem barreiras físicas, como manda o antigo protocolo dos afetos. Entre eles, duas xícaras e uma promessa.

— Preciso te contar uma coisa — disse ela.

Ora, leitor, não há frase mais grave! “Preciso te contar” é o prelúdio das confissões, das revelações que alteram destinos ou, ao menos, tardes.

Ele compôs no rosto a expressão adequada, mistura de interesse e ligeira apreensão. Estava pronto.

Foi quando o telefone dele, pousado sobre a mesa como um animal doméstico mal-educado, acendeu-se. Não vibrou apenas, insinuou-se. E ele lançou-lhe um olhar breve, desses que pretendem dizer “agora não”, mas a modernidade não aceita negativas tão suaves. O brilho persistiu.

— Só um segundo — pediu ele.

O segundo, leitor, é hoje a unidade oficial da eternidade.

Ela aguardou com paciência civilizada, não cruzou os braços nem suspirou. A educação, já disse alguém, é a forma social da renúncia.

Quando ele voltou, pediu desculpas com um sorriso contrito, o sorriso dos que sabem estar errados e, ainda assim, repetirão o erro.

— Como eu dizia... — retomou ela.

Mas a justiça tecnológica é imparcial. O telefone dela resolveu manifestar-se também, talvez ofendido por tamanha precedência concedida ao rival. Vibrou com autoridade, sabendo que seria atendido pela insistência.

— É rápido — murmurou ela, repetindo a fórmula mágica que absolve todas as ausências.

E assim se estabeleceu entre ambos uma alternância curiosa: falavam em capítulos curtos, interrompidos por consultas ao oráculo digital. A conversa parecia um romance publicado em folhetins, sempre à mercê do próximo anúncio.

Observei o fenômeno com interesse científico. Não se tratava de desamor. Havia carinho nos gestos, leveza no tom, nos sorrisos e até risadas ocasionais. O que faltava era continuidade, essa linha invisível que liga um pensamento ao outro como quem atravessa uma ponte sem cair no rio.

Em dado momento, a conexão do café falhou, e o mundo virtual retirou-se, como um ator ofendido. Foi, então, que vi algo comovente, os dois ficaram a sós. Não a sós como quem escolhe, mas como quem é surpreendido.

Ele olhou em volta, talvez na esperança de que o sinal estivesse escondido atrás do açucareiro. Ela mexeu na xícara, estudando o fundo como se ali estivesse a resposta para a condição humana.

O silêncio que se instalou não era cúmplice, era órfão.

— Caiu a internet — constatou ele, como quem anuncia uma tragédia doméstica.

— Que estranho — respondeu ela.

Estranho, sim. Ficar apenas um diante do outro, sem a plateia invisível do mundo, tornou-se experiência exótica.

Quando a conexão voltou, e voltou com a pontualidade dos deuses que gostam de ser implorados, houve nos dois um alívio quase imperceptível, mas real. As telas reacenderam-se e o assunto urgente que ela precisava contar dissolveu-se na abundância de assuntos alheios.

Pagaram a conta, levantaram-se e abraçaram-se com afeto sincero; não lhes nego sentimento. Caminharam lado a lado, cada qual com a cabeça levemente inclinada para o próprio retângulo luminoso.

Pareciam unidos por um laço invisível e separados por um hábito visível.

Fiquei pensando se o futuro escreverá tratados sobre esta nova forma de presença intercalada. Talvez digam que evoluímos, que agora somos capazes de amar alguém e, simultaneamente, o mundo inteiro.

Não discuto a façanha, apenas observo o custo.

Antigamente, quando duas pessoas conversavam, o universo reduzia-se ao tamanho da mesa. Hoje, o universo inteiro cabe na palma da mão e a mesa é que se torna pequena.

Não afirmo que a conversa tenha morrido, sou avesso a obituários precipitados, mas suspeito que ela esteja sendo praticada em regime de meio expediente, e temo que, um dia, alguém diga “preciso te contar uma coisa” e a coisa, cansada de esperar, desista.

Esses maus tempos

João Paulo Parisio

Já há muitos dias, talvez mais de uma semana, a rã instalada no ralo da varanda chamava chuva. *Croac, croac, cró-cró-cró*. Rã, xamã, cumpriu-se a profecia: o sertão não se fez mar, mas a rua se fez rio. Está parecendo uma imagem do encontro do Negro com o Solimões, que a gente conhece das reportagens ufanistas. Só que aqui as águas que se encontram são as da fossa com as da lama, e a piracema é de ratos: carentes da técnica dos castores, primos distantes, para construir diques e barragens, abandonam seus covis agora submersos e, carregando as ninhadas cegas nas costas, refugiam-se nas restingas, essa última uma palavra que recordamos das aulas de geografia física mas cujo sentido poucos retiveram, tendo se evolido da maioria de nós em vez de passar para o lençol freático da memória. Eu, por exemplo, acabo de consultar o dicionário.

Essas terras emersas culminam junto aos muros em vicejantes matagais, em meio aos quais a passagem constante abre trilhas, e onde jazem, semissoterradas, as manilhas que seriam usadas para o saneamento e subsequente calçamento da rua, se a verba não tivesse sido desviada pela quarta vez, no mínimo. Um dia serão desenterradas por arqueólogos maravilhados. A placa da obra foi removida mas o buraco no limiar da via principal, cuja escavação desastrada já cortara os cabos de telefonia e nos deixara incomunicáveis por um dia inteiro, só foi tapado depois que uma mulher grávida de oito meses caiu nele à noite, mercê da iluminação precária. Sem embargo dessas minudências, a prefeitura ameaça tomar os imóveis dos que não estão com o iptu em dia.

Os terrenos baldios tornaram-se brejos onde os sapos se congregam numa seresta dionisiaca. Pela manhã serão berçários de girinos. Não se sabe de onde surgiram tão rápido e em tal número. É perfeitamente compreensível que até um dia desses nas longas trevas da história a geração espontânea tenha sido a doutrina científica. Do contrário teriam que atribuir o fenômeno a um ser divino. Os trovões, que também já foram atribuídos aos deuses, começaram às cinco da manhã, calando as alvíssaras dos passarinhos, e agora mesmo ribombam. Confesso que de trovões tão altos não me recordo. Os telhados flutuam e os carros boiam, o sol sequestrado, metido num saco de nuvens, em plena abertura de veraneio. Talvez os meteorologistas devessem convocar a imprensa para explicar o que são monções à população perplexa, agora que temos terremotos no interior e tufões na costa, sinais dos tempos, prenúncios da besta.

Sei, sei que isso está parecendo livro de Jorge Amado ou Gabriel García Márquez, mas que fazer, se a realidade é prodigiosa? Os realistas é que eram uns mentirosos. Com efeito, qualquer um desses dois poderia ambientar nesta cidade de Jabotão dos Guararapes uma de suas histórias. São daqui os tubarões internacionalmente notórios que quase vêm dar à praia para abocanhar os banhistas, que por sua vez insistem em frequentar o lugar onde os ataques se deram, numa lacuna dos arrecifes, assomando tão numerosos aos domingos que sua visão ao longe faz pensar numa colônia de pinguins dividida entre a água e a terra. Aqui um leão de circo faminto puxou para dentro da jaula um menino que se aproximara para olhá-lo de perto. Aqui um edifício chamado *Areia branca*, justamente o material indevidamente misturado ao cimento em sua construção, caiu de uma hora para outra; os ex-moradores continuam a esperar indenização, e pode-se supor que o mesmo acontece com a mulher grávida de oito meses que caiu no buraco da minha rua. Aqui o mar está engolindo a orla, solapando os prédios. Não obstante tudo isso, uma onda neorrealista varre o mundo quase sem encontrar resistência, ainda mais agora com as mortes de Saramago e Gabo.

Há pessoas que se aventuram lá fora, desdenhando o risco tão remoto quanto real dos raios e o mais real que remoto da leptospirose, uma vez que a chuva recrudescer a cada hora, como se caísse de rachaduras no céu, e cada relâmpago parece um piscar de olhos do universo, como os do atirador no exato instante em que abre fogo. Temporal é uma convulsão do tempo. É possível que mais tarde se perceba a influência que o regime das marés exerce sobre o nível dessas águas, como se fosse um canal a céu aberto, fenômeno que meu irmão mais velho teve oportunidade de detectar por ocasião de dilúvios menores. E caso a musa dos apaixonados se reflita na superfície da lagoa, o cenário, embalado pelos hinos amorosos dos anfíbios, será fétido e poético. Quem diria que a lua interviria em minha rua sem ser rima de mau gosto? É até provável, a experiência nos ensina, que dois fios de poste encostem, um transformador estoure e fiquemos à luz de velas, o firmamento tanto mais claro quanto aqui embaixo se fizer escuro. Mas se a chuva não der trégua nem de dia nem de noite, as provisões vão escassear sem demora. Talvez tenhamos que recorrer aos ratos, se não forem eles a nos tomar de assalto. E se essa mensagem que agora insiro numa garrafa e solto nas águas chegar a suas mãos, caro leitor, toda ajuda será bem-vinda, mas, por favor, não contate as autoridades. Elas estão do lado dos roedores.

Fala sério, vó

Marina Cyrino Leonel

– Eu vi. Tenho certeza. Vi a Maricotinha na TV com o Papa.

Faz alguns minutos que minha família está absorta em uma discussão acalorada. De um lado da mesa, meus pais e minha tia. Do outro, minha avó. Puxou uma cadeira:

– Quem é Maricotinha?

– É uma senhora que aparece na missa de vez em quando e senta lá na cara do padre. Tem um cabelinho bem branquinho, curto – explica minha mãe, com um aceno displicente.
– Você não vai saber quem é.

– Eu tenho certeza que era ela! A Maricotinha do lado do Papa, eu vi.

– Mãe... – Meu pai sustenta a cabeça com o cotovelo apoiado na mesa, ao lado da xícara de café. – Essa veiarada tem tudo a mesma cara. Você se confundiu.

– Com certeza passou uma velhinha de cabelo branco na TV, miudinha, e você achou que era ela – completa minha tia, cortando uma fatia de pão francês.

– Não confundi! Vocês que estão duvidando de mim, achando que sou velha caduca. Eu vi. Vi a Maricotinha com o Papa.

Nem preciso pensar em qual partido tomar. Quais são as chances de a câmera registrar a franzina Dona Maricotinha no meio do mar devocional da Praça de São Pedro? Minha avó deve mesmo estar ficando confusa. Coitada. Tento entender o que ela viu na televisão:

– Como era esse programa? Mostrou aquela benção pública lá na Praça?

Minha tia larga o pão e cruza os braços.

– Marina. Você acha que a Dona Maricotinha tem dinheiro para ir até a Itália? – diz, revirando os olhos azuis para o teto. – Ela é humilde de tudo, judiação. Mal pode comprar uma passagem de ônibus para Carapicuíba.

– Não foi na benção! – Esganiça minha avó, se empertigando na cadeira de madeira.
– Foi um evento chique. Um evento particular! Ela estava dentro do Vaticano, numa sala cheia de cônegos e gente importante. Tirou foto ao lado do Papa e tudo.

Nos entreolhamos.

Caímos na risada.

Minha tia me passa a manteiga e meu pai confere o placar do jogo do Palmeiras no celular. Mas minha avó não está pronta para deixar o assunto morrer em paz.

– Vocês são uns tontos! Quanto vocês querem apostar? Aposto mil reais cada um, vai.

– Quer saber, vou pesquisar no Google. – Meu pai coloca os óculos de leitura e digita com o dedo indicador. – Ma-ri-co-ti-nha e o Pa-pa

Minha vez de revirar os olhos. É cada uma. Prefiro me concentrar no pão francês com queijo prato.

– Achei.

– Achou o quê?

– “Maricotinha encontra o Papa no Vaticano”.

– QUÊ?! – Minha mãe se inclina na cadeira para espiar a tela. Seus olhos se arregalam tanto que engasgo com o lanche.

– Não é possível. Deixa eu ver! – digo, e me debruço sobre a mesa para pegar o celular do meu pai.

A reportagem é estampada pela foto de uma senhorinha toda sorrisos, vestindo a protocolar roupa preta e posando ao lado dele.

O Papa.

“Maricela Sousa de Jesus, mais conhecida como Maricotinha, esteve em uma conferência particular com o Papa no último final de semana. Essa já é a décima visita da vice-presidente da Rádio Som da Paz ao Vaticano, onde se reúne com a Vossa Santidade...”

– Ela é vice-presidente da Rádio! – Tenho que gritar em meio as gargalhadas que tomaram conta da mesa do café.

– Eu falei para vocês! Devia ter apostado um dinheirão, agora estava rica.

É, vó. Falou mesmo.

Toda vez que vou à missa procuro a Dona Maricotinha. Mas ela nunca mais apareceu.

Horas de visita

Ana Amélia Carneiro da Cunha Moreira de Carvalho

Hospital Unimed de Laranjeiras. Mamãe continua ali, com aquele tubo duro de plástico na boca. Os pés quentes e agora protegidos por uma espuma amarela que deixa um ligeiro espaço entre os dedos. Mamãe tem os pés grandes, largos, parecem duas patas.

O doutor José Lobato sai do CTI com um pequeno recipiente de plástico, como esses destinados a exame de fezes, e me entrega dizendo que é preciso deixar no laboratório antes do meio-dia. Dentro daquele potinho tem um pedaço da minha mãe. Esse pedacinho da minha mãe vai esclarecer qual bactéria atacou aquela mulher de um metro e oitenta e setenta e um anos de vida.

Encontro-me então andando pela Rua das Laranjeiras entre o hospital e algum laboratório da redondeza. Estou em plena quarta-feira de carnaval. Eu e aquele pedacinho da minha mãe dentro de um pote de exame de fezes, andando pelo Largo do Machado, lotado de foliões, bêbados, alegres, cantando. As fantasias que, em outros carnavais, me divertiriam demais, naquele dia me assustavam, me angustiavam, me davam um medo enorme, infantil. Um pânico. Estava numa cena que tratava o futuro com um filtro mergulhado nas cores tradicionais do meu país.

O tempo ia passando. A multidão se esbarrava em mim e eu protegia, com todo meu afeto e cuidado, aquele pedacinho de dentro da minha mãe coletado por um senhor simpático.

Finalmente chego ao prédio onde tem um laboratório. O elevador está enguiçado. Subo, suando, os cinco andares. Abro a porta de vidro. Sento-me. Aguardo. Finalmente uma moça me atende. Quando mostro o cartão do plano de saúde da minha mãe, a moça me diz:

“Acho que esse plano não cobre esse tipo de análise, não.”

Nó na garganta, mandíbula travada, dor na barriga, vontade de fazer cocô e de bater muito naquela funcionária.

“Mas você não está entendendo... minha mãe está no CTI, esse material não pode ficar tanto tempo nas minhas mãos. Isso vai perder a validade daqui a poucas horas e eu não posso pegar uma nova curetagem do pulmão da minha mãe.”

“Ah, meu amor, eu sei”, me diz a moça, “mas não posso fazer nada.”

“Meu amor” é o caralho. Penso, mas não me descontrolo. Mantenho a calma, saio dali. Ligo para minha irmã, que me dá o endereço de outro laboratório.

Lá vou eu com aquele potinho na mão.

Entro na sala de espera. Tomo um, dois, três copos de água. Atende-me uma moça muito simpática e franca.

“Vamos dar um jeito”, ela fala.

Saio de mãos vazias.

O horário de visitas acabou. Vou ao Largo do Machado.

Sempre amei o Largo do Machado. Um lugar de vida, de encontros, de gente e de gerações variadas. Sempre senti, andando por ali, a sensação de estar no coração de algum lugar e, ao mesmo tempo, num lugar estrangeiro. Montevideú, talvez. Apesar de nunca ter estado em Montevideú, na minha lembrança imaginativa, se parece com aquela praça. E a igreja, bem centrada, sempre escancarada. As velas ao lado, dentro, sempre acesas.

Eu tinha acabado de chegar ao Rio, vindo de Paris, para ver mamãe, que tinha entrado no CTI havia doze dias. Deixei minha mochila em casa e fui para o hospital, mas como ainda não era hora de visitas, fui para a Praça do Largo do Machado. Parei bem no centro dela. Olhei para o meio da grande porta de entrada da igreja. Peguei uma linha reta, subi os degraus e entrei.

Entre na igreja e fiquei andando. Como que buscando um sinal. Uma direção. Vou dizer: como que buscando uma luz.

Sentei-me. Apoiei minha testa em minhas mãos e desabei. Chorei aos prantos sem fazer nenhum barulho. Via a poça se formando entre meus pés. Saí dali com a sensação de ter sido lavada calmamente por Iemanjá.

Mamãe ainda em coma, entubada. O som do respirador passando pelo tubo, pelo cano.

Estou ao pé da cama e massagueio os pés de minha mãe. Seus pés são fortes e grandes. Vejo uma bolha bem grande entre dois artelhos de mamãe, no pé direito. Não é possível mamãe ficar assim. Procuro um creme ou óleo dentro de minha bolsa. Peço para a enfermeira colocar algo ali, para proteger. Minha missão, a partir de aí, é não deixar que essa bolha piore.

O médico me explica, como se eu já não soubesse, que é por conta da fricção dos dois dedos. Pede-me licença. Chegam mais três ajudantes. É hora de mudar minha mãe de posição para não criar escaras nas costas. Pergunto se posso ajudar.

“Prefiro que não”, me responde o médico.

Saio do CTI e vou tomar um café dentro mesmo do hospital.

Quando eu volto ao leito de minha mãe, minha irmã está lá. Tinha acabado de lhe fazer um rabo de cavalo.

Mamãe estava linda. Mesmo ali naquele leito de CTI. Mesmo com aquela boca aberta, com o tubo dentro. Tão agressivo aquele tubo. Mas mamãe continuava linda. Às vezes me parecia que ela estava um pouco contrariada.

Vou para a cabeceira da cama, aproximo-me da cabeça de minha mãe. Não é fácil o acesso à parte de cima. Tem muitos fios, o respirador e uma grande máquina que controla todas as suas funções. O som da respiração, amplificado, não para nunca. Como o som de alguém que dorme um sono de sesta bem profunda, quase roncando.

Enfim, chego à cabeça de mamãe, tiro o seu rabo de cavalo e passo dez minutos fazendo cafuné na cabeça dela. Massageando o couro cabeludo, dou-me conta de que a tinta de cabelo começa a sair, deixando aparecer o cabelo branco. Assim que mamãe sair do hospital, faremos nossa tradicional “sessão de beleza”.

Dia Internacional da Mulher no ano de 2019: eu me despeço de mamãe.

Eu peço:

“Mãezinha, coragem! Força, mãezinha, força! Hoje é nosso dia, mãe! Hoje é dia da mulher!”

Mamãe, saindo aos poucos do coma induzido, tenta com muito esforço abrir os olhos, mas não consegue. Eu saio do hospital, pego um táxi. O taxista me assegura que tudo vai ficar bem.

No dia seguinte: Laranjeiras, ainda carnaval, eu ainda na recepção do hospital esperando a hora de visita para o CTI. As pessoas entram de chinelos, bermudas, camiseta regata e latinhas de cerveja em sacolas plásticas, vindas provavelmente de algum camelô do Largo do Machado. Vou até a lanchonete no final do corredor, como um pão de queijo e tomo um Mate Leão com limão diet. Cada passo que dou penso na minha mãe e em como ela gosta dessas peripécias mundanas. Tudo vira aventura aos olhos da minha mãe.

Chega a hora de visita. Subo as escadas e encontro o médico, que passou horas tentando acelerar a possível transferência de mamãe para um hospital consideravelmente melhor, do outro lado da cidade, na Barra da Tijuca.

Minha mãe tem um plano de saúde básico. Básico do básico. Sua transferência para outro hospital implica que ela tenha um quadro estabilizado, uma ambulância especialmente equipada com respirador e uma vaga liberada no famoso “Hospital Unimed da Barra”. Lá temos certeza — eu, minha irmã e meu irmão — de que mamãe terá os melhores tratamentos e condições para ser curada e recuperada.

Finalmente conseguimos.

Estou na garagem do hospital. Não posso ter um segundo de descuido e deixar mamãe partir na ambulância sem eu estar com ela. Chega a ambulância entrando de ré na garagem. Alguns minutos depois chega uma maca com mamãe em cima, respirador ao lado e aquele tubo de plástico duro ligando minha mãe à vida, como um cordão umbilical ao avesso.

Pergunto se entro atrás ou na frente. Na frente, me dizem, ao lado do motorista. Antes de subir na ambulância, verifico que estão colocando mamãe direitinha ali, naquele quarto ambulante. Três pessoas estão com ela.

Subo na ambulância, que leva quinze minutos para conseguir pegar a Rua das Laranjeiras, que está muito animada. Olho para trás para ver minha mãe. Para averiguar que tudo vai bem. Percebo que sua mão esquerda está pendurada para fora da maca, balançando como morta com o movimento do carro. Uma moça bronzeada segura a mão de mamãe com carinho e a guarda com cuidado embaixo do lençol azul hospitalar. Agradeço sem falar nada e sigo olhando para frente.

Me lembro que minha mãe uma vez compartilhou comigo a dor que sentiu ao perder o seu pai. Ela me contou sobre um momento especial em que foi visitá-lo, quando ele já estava doente. Ao se despedirem, ela o viu pelo retrovisor do carro e, naquele instante, sentiu que seria a última vez que o veria vivo. E foi.

Dia 18 de fevereiro de 2019, mamãe passava dias na França entre minha casa e a casa de meu irmão, que também morava aqui. Ele nos chamou para almoçar na casa dele, já que mamãe estava voltando para o Brasil depois de passar um mês aqui com a gente, num dos invernos mais rigorosos que vivi desde que moro aqui.

Almoçamos na cozinha, gostoso, mas com aquele nó no estômago que eu sentia na véspera de me despedir de mamãe. Tivemos uma discussão. Na hora de fechar a mala, ela me chamou para ajudar.

Mamãe reclamou da falta de ar:

“Parece que vou morrer.”

E eu não suportei a ideia de minha mãe morrer. Fiquei irritada e disse, agressiva:

“Ai mãe, que saco, para de falar isso.”

Era insuportável para mim a ideia de perder minha mãe. Ela estava ali, viva, bem viva. E ela disse:

“Ai, filha, não fala assim, poxa.”

Pedi desculpa. Dei um abraço.

Depois descemos pelo elevador e andamos até o carro do meu irmão, que a levaria ao aeroporto. Ele colocou as malas no carro, entrou. Perguntou se eu não queria mesmo ir até o aeroporto com ele e eu disse que não, tinha coisas para fazer.

Mamãe e eu nos abraçamos apertado e ela disse:

“Daqui a pouco estou de volta para ficar com a minha neta!”

Sorrimos. Ela entrou no carro. Eu fechei a porta dizendo boa viagem, mas não ousei olhar pelo retrovisor.

Agora eu estou na cozinha da minha casa, com meu amor perto de mim e nossa filha dormindo no quarto ao lado da cozinha. Quase meia-noite. Dia 21 de março de 2019.

Estamos aguardando ansiosos a chamada da minha irmã, que está no hospital com mamãe. Meu irmão viajou para o Rio para estar lá com elas. Levou o violão para tocar para mamãe enquanto ela faz sua reeducação, ou enquanto dorme, simplesmente. Meu irmão levou o violão dele para estar perto de mamãe de corpo e alma inteiros.

Minha irmã finalmente liga. Eu atendo rápido. Toda palavra que busco aqui para escrever e contar esse momento me parece insuficiente e falsa.

Como descrever o momento em que a vida retrocede e você precisa voltar para um lugar que não existe mais? Como descrever o momento em que o chão desaparece debaixo dos pés? Como descrever o momento em que eu morro de ser filha?

Sem mãe a partir de aí. Sem pai e sem mãe a partir de aí.

Preciso apertar os olhos ainda hoje para lembrar desse momento. A dor é perpétua. A insuficiência das palavras é real. Mas vou insistir, vou apertar mais os olhos e tentar escrever de olhos apertados para descrever esse contratempo. Essa suspensão do tempo e do chão.

Volto lá atrás.

Minha irmã finalmente liga. Eu atendo rápido. Ela está chorando e começa a falar, e antes que continue eu já entendo. Ao mesmo tempo ela me diz:

“Ah, meu irmão está chegando ali...”

Eu vejo (mesmo se estou do outro lado do Atlântico) meu irmão de camisa rosa, mala numa mão e violão na outra, passando pela porta para o saguão do hospital.

Ele se aproxima de nós, minha irmã e eu (que estou do outro lado do telefone). Estamos os três juntos nesse momento. Finalmente estamos os três juntos. Por acaso, mas estamos os três juntos.

Ouçô pela voz do meu irmão:

Mamãe morreu.

Ingá

Lídia Nara Peixoto de Lima

Há uma semana, experimentei, pela primeira vez, um ingá. Não sei se você conhece. É uma frutinha curiosa que nasce dentro de uma espécie de vagem comprida, quase como se fosse uma surpresa guardada pela árvore. Do lado de fora, parece discreta; por dentro, é doce, com aquela pontinha de azedo que faz a gente querer provar de novo.

O mais inquietante, porém, não foi o sabor. Foi descobrir que, durante anos (mais precisamente dois), passei pelo pé de ingá sem saber que ele era um pé de ingá.

Ele estava lá todos os dias, no mesmo lugar do caminho. Eu também. E, ainda assim, nunca o vi de verdade.

Durante muito tempo, aquela árvore foi apenas “mais uma” entre tantas outras. Nunca reparei no desenho das suas folhas, nem no jeito como a luz atravessava os galhos, nem nas mudanças silenciosas que cada estação devia produzir nela. Muito menos imaginei que dali pendiam frutos. Frutos que, um dia, acabariam nas minhas mãos.

Perceber isso agora me dá uma sensação estranha, quase uma saudade do que não vivi. Fico pensando quantos outros “ingás” passaram por mim sem que eu percebesse. Quantas pequenas presenças ficaram invisíveis na pressa dos dias. Em que momento fui perdendo (ou deixando adormecer) essa curiosidade de olhar o mundo com mais demora?

Porque viver, eu vivi. Mas às vezes parece que vivi como quem atravessa uma rua olhando apenas para o outro lado.

O curioso é que tudo mudou num gesto muito simples: estender a mão e colher um fruto.

Ali estava ele, pendurado com uma modéstia quase silenciosa. Peguei-o pela primeira vez, observando aquela casca bem amarronzada, áspera, guardando um segredo doce por dentro. Havia um contraste bonito entre a dureza da vagem e o perfume suave que escapava quando ela se abria.

Rompi a casca com cuidado, como quem quebra um silêncio antigo. E ali estava: a polpa branca, macia, quase tímida, esperando apenas ser descoberta. Quando provei, senti aquele gosto delicado se espalhando devagar: doce, levemente ácido, completamente novo para mim.

Era só um ingá. E, ao mesmo tempo, parecia um pequeno reencontro com algo dentro de mim.

Desde então, tenho desejado viver assim: experimentando a vida como quem prova uma fruta pela primeira vez. Com curiosidade de criança, com calma suficiente para perceber o que existe dentro das coisas.

Nem sempre é fácil abandonar o velho hábito de querer enxergar o destino lá na frente, como se o caminho fosse apenas um intervalo entre um ponto e outro. Às vezes ainda me pego andando depressa demais.

Mas tenho tentado aprender outro ritmo. Um pouquinho hoje. Mais um pouquinho amanhã. Algumas pausas aqui e ali. Pequenos recuos, outros passos adiante. E, de repente, o caminho começa a ganhar importância.

Quem diria: tudo isso por causa de um ingá.

Espero que, por aí, você também esteja encontrando - e percebendo - os seus ingás pelo caminho.

Instalado – estrategicamente – bem no centro do ônibus biarticulado, ele podia ser ouvido por todos os passageiros. Chamou-me a atenção a desenvoltura com que se comunicava. Ele era jovem, uns trinta anos talvez, e não enxergava (os olhos esbranquiçados corroboravam-lhe a fala). Faz alguns anos que o vi pela primeira vez. Narrava a própria história sem pressa, muito mais interessado em descrever todos os detalhes de como enfrentara a cegueira, de como continuara a viver apesar dela, do que propriamente em convencer as pessoas a lhe cederem algum pequeno valor. Na narrativa, havia dor. Havia mágoa. Mas também dignidade e amor ao próximo.

Preocupava-me o passar das estações de desembarque sem que ele se mobilizasse efetivamente a receber as doações. Fazia questão de aconselhar os diabéticos, como ele, a tomarem cuidados que ele próprio não tomara. A cegueira o atingira aos poucos e não o impedira de se casar e de ter a filha, Lourdes Maria, de quem falava como quem exibe um troféu à multidão. Só depois de muitas estações percorridas, passava a se locomover pelo coletivo e a recolher as moedas que lhe eram oferecidas.

A palavra possivelmente fosse o instrumento com que ele aliviava a angústia, e o ônibus, o divã a que ele tinha acesso. Lembrei-me de Borges, de Andrea Bocelli, de Ray Charles e fiquei imaginando outros destinos possíveis para aquele homem que falava com tanta propriedade. A arte como caminho. Como saída redentora que tantos encontram. Lembrei-me de Saramago e de seu “Ensaio sobre a cegueira” e desejei que, como no romance, a escuridão vivida por esse homem, que me provocava grande compaixão, voltasse a ser luz.

Voltei a vê-lo ontem. Embora os olhos alvacentos agora estivessem cobertos por óculos escuros, reconheci-o imediatamente. Nas pernas, expostas por uma surrada bermuda, cicatrizes muito visíveis, recentes – sinal de que o diabetes permanecia implacável. Percebi, logo ao entrar no biarticulado, que o relato já estava em andamento. Era o mesmo de anos atrás. A forma de conseguir os trocados, porém, havia mudado. Agora ele vendia capinhas de celular e outras pequenas bugigangas, e o pagamento podia ser feito por pix, cujo número constava em um papelzinho afixado nos objetos. Continuava com a mesma calma: primeiro a narrativa, depois, bem depois, a mobilização para a venda. Era o que mais me impressionava.

O que daria sentido àquela vida fatigante, que precisa se valer das próprias feridas para obter a sobrevivência? Mas qual é mesmo o sentido da vida? O que nos motiva a sair da cama todos os dias, em situações muitas vezes adversas como aquela? E a engolir sapos, bois, rinocerontes?

Desta vez, não peguei a narrativa a tempo de ouvir a menção à filha. Sim, a filha! Talvez a chave para decifrar o enigma que agora me atormentava. “Qualquer amor já é um pouquinho de descanso na loucura” afirma a sabedoria roseana expressa pelo matuto Riobaldo e se aplicava com perfeição ao caso. Conforta-me um pouco saber que o jovem privado de enxergar tem a quem amar e que provavelmente é amado. Senti vontade de perguntar de Lourdes Maria. Se estava bem. Com quantos anos. Senti vontade de fazer algo por aquele ser humano. Minha estação, entretanto, já se aproximava e eu precisava, de fato, desembarcar. Comprei uma capinha de celular e saltei.

Uma chuva abundante criava sobre Curitiba o mesmo véu cinzento que os moradores conhecemos bem. Observei, porém, de modo que talvez nunca o tenha feito, os guarda-chuvas coloridos que passavam – azuis, amarelos..., as roupas de variados tons – vermelhas, marrons...

Ver era um privilégio. Como amar e ser amado.

Maltrapilha

Aline Brandalise

Sentada à mesa do lado de fora de um café no centro da cidade, daqueles em que o café custa o preço do bolo, o bolo custa o preço do prato feito, e o prato feito custa o preço de um apartamento de três quartos, vejo uma cena que, de tão rotineira, me dá medo.

Um homem maltrapilho, malvestido, barbado, de cabelo desgrenhado e chinelos, se aproxima rapidamente de uma senhora de cabelo escovado e topete, salto que faz TEC-TEC e roupa de alguma loja em que a blusinha custa o preço de dois apartamentos de três quartos.

Tá. O que eu faço?

Queria ajudar de alguma forma, mas sou cagona demais pra me meter. Deveria pedir socorro pro moço do café? Gritar: “SE AFASTE DESSA MULHER DE TOPETE, SENHOR MALTRAPILHO!”? Eu podia só me aproximar e fingir que ela é minha mãe. Ou podia continuar quieta tomando meu café caro, enquanto observo a cena, que, pra mim, já era um desastre.

Ele deve ser drogado. Vai roubar essa bolsa caríssima aí. Tomara que seja rápido. Tomara que ela consiga bloquear os cartões. Tomara que os anéis sejam bijuteria. Tomara que ele seja gentil. Um ladrão gentil, sabe? Não custa nada, poxa. Um pouco de gentileza pra não traumatizar a pobre senhora rica.

Só que... SÓ QUE... eles estão sorrindo!

COMO ASSIM ELES ESTÃO SORRINDO?

Cadê o roubo, o choro, o medo? Cadê a emoção? Um café tão caro pra assistir eles sorrindo?

O sorriso de ambos me faz repensar a cena. A anterior estava cheia de estereótipos absurdos. Até a gente, que se acha muito esclarecido e descoladinho, cai nessas armadilhas. Né? Eu caio.

Mas tá... então o cara maltrapilho, malvestido, barbado, de cabelo desgrenhado e chinelos não é bandido. Até nem acho mais o cabelo tão desgrenhado, sabe? Parece mais estiloso. O sorriso tem todos os dentes e, pra falar bem a verdade... até que ele é bonito.

E CARACA! Eles se parecem. O moço estiloso e a senhora de salto que faz TEC-TEC! Mãe e filho, certeza! Se amam muito, mas se veem pouco.

Ele preferiu abrir mão de ser herdeiro da empresa hoteleira que leva o nome da família há quatro gerações para viver livre, conhecendo o mundo e dormindo em albergues,

barracas e colchões de ar por aí. Ela, embora muito puta com a decisão do filho, o ama. O sorriso me diz isso. Lindo sorriso do moço. Pegaria fácil.

Até que pagar o preço de uma moto nessa torta de cranberry com pistache valeu a pena, afinal. Amo histórias de amor.

Calma... mas quem foi que disse que ela, a senhora, é essa paz toda? Essa princesa intocada pela maldade? Eu hein!

E se a maltrapilha for ela?

Falida e com problemas psicológicos gravíssimos depois de uma péssima gestão nos negócios da família e um caráter bem questionável, ela sai por aí com suas últimas roupas de marca, que ainda não foram vendidas em algum brechó em troca de trocados, e as últimas joias, ainda não penhoradas, pedindo dinheiro aos transeuntes.

Chega toda sorridente como quem não quer nada, com essa fantasia de boa senhora, ex-boia-moça, e depois ameaça a pessoa com uma pequena faquinha de aço puro. Esse topete bonito não me engana, minha senhora. Aqui não. Tô ligada no seu lance. Tem muita maltrapilha por aí se fazendo de madame TEC-TEC que eu bem sei.

Talvez a drogada seja ela... por que não? E ele seja apenas uma vítima.

Ele tem mesmo cara de guru espiritual dessas religiões diferentonas. Às vezes ele tá tentando salvar a alma dela da degradação ou apoiando-a com uma ajuda de custo, já que o vício em heroína deixou ela nesse estado, morando de favor na casa dos outros.

Mas esse sorriso aí... esse sorriso... caramba...

E se fossem amantes?

Ai, sei lá. Uma coroa linda dessa com esse moço todo moderno? Já ame! Ele deve ser o piscineiro da família e, um dia, eles se esbarraram no jardim. Os dois suaram um pouco, porque a combustão da energia sexual foi imediata.

Durante o dia, ele acabou cortando o dedo, distraído e nervoso que estava; ela viu. Claro que viu! Ela viu cada movimento dele naquele dia. Fez-se de preocupada e fez questão de aplicar um curativo. Levou ele pela mão para dentro da mansão.

Viúva há sete anos, ela não sentia essa quentura há uns vinte anos.

Aí ele teve que tirar a camisa suja de sangue e...

Espera...

Se despediram. Se afastaram. Um pra cada lado.

Sem abraço materno.

Sem beijo de língua.

Sem furto.

Sem faca no bucho.

Ai, poxa vida, sabe? Se eu soubesse, não teria pedido as bruschettas, que me custaram uma passagem pra Paris.

Talvez a verdadeira maltrapilha por aqui... seja eu.

Hora de pagar a conta.

Metamorfose

José Carlos Santana da Silva

“Quando eu era menino, falava como menino, pensava como menino e raciocinava como menino. Quando me tornei homem, deixei para trás as coisas de menino.”

— 1 Coríntios 13:11

Os dias de Educação Física eram os mais esperados da semana. Às seis da manhã já havia alunos na rua da escola.

As aulas começariam às sete horas, e aproveitávamos o tempo que tínhamos para jogar bola em frente ao Dezenove ou andar pelas ruas do bairro. Alguns preferiam apenas caminhar em grupo, conversando sobre coisas simples: o time do coração, a prova da semana, histórias que ouvíamos dos mais velhos. Havia uma sensação de liberdade, como se aquele pequeno pedaço da manhã nos pertencesse.

Saíamos eu, o Tibiriça e o Mané até a casa do Edi e do Marco Aurélio, que moravam ali perto e ainda não haviam chegado.

Íamos devagar, subindo e descendo ruas. Eu fazia questão de passar em frente à casa da Verinha e imaginava o que ela estaria fazendo àquela hora da manhã.

Diminuía o passo sem que os outros percebessem. Às vezes fingia amarrar o tênis; outras vezes apenas olhava de canto, esperando, quem sabe, vê-la na janela ou no portão. Bastava um vislumbre para que o dia ganhasse outro brilho.

Ela, obviamente, não sabia da importância que tinha na minha rotina. Mas, para mim, aquele pequeno desvio no caminho era indispensável.

Eu imaginava se ela já estava acordada, se iria para a escola mais tarde, se pensava em mim alguma vez, ainda que por um segundo. Eram pensamentos simples, ingênuos, mas intensos o suficiente para acelerar meu coração mais do que qualquer partida de futebol.

Os meninos seguiam conversando e brincando, alegres, enquanto eu caminhava um pouco distante, perdido em devaneios que só a juventude permite.

Antes de chegar à rua da casa do Edi, encontrávamos com ele na esquina, montado em sua bicicleta Monark amarela, equipada com santantônio.

A bike se destacava de longe. Alta, firme, mas sem o brilho próprio das coisas bem cuidadas. O amarelo já não era tão vivo; o tempo havia deixado suas marcas no quadro e nas rodas.

O Edi era um dos garotos mais humildes entre nós. Sua bicicleta era velha e já tinha enfrentado muitos caminhos antes daqueles. Uma corda servia para amarrar o santantônio ao cano, um improviso que revelava mais necessidade do que estilo.

Alguns viam apenas uma bicicleta simples. Eu enxergava esforço.

Aquela Monark carregava sinais de uso, de cuidado possível dentro do que se tinha. Não havia luxo, mas havia resistência.

Edi pedalava com naturalidade, como se não houvesse diferença entre a sua bicicleta e qualquer outra mais nova. No fundo, ele sabia algo que nós ainda estávamos aprendendo: o valor não está no brilho, mas na capacidade de seguir em frente.

A corda segurando o santantônio era mais do que um improviso. Era símbolo de adaptação. De fazer dar certo. De não desistir.

Eu não sabia andar de bicicleta. Nunca tive uma. E evitava ficar muito próximo quando o assunto era pedalar, com medo de que me pedissem para dar uma volta.

Passaria vergonha.

Eles comentavam sobre freios, descidas e manobras. Eu permanecia mais quieto. Ria junto, opinava quando dava, mas sempre calculando uma distância segura entre mim e o guidão.

O medo não era apenas de cair. Era de ser exposto. De revelar algo que, para mim, parecia atraso.

Como podia um garoto daquela idade não saber andar de bicicleta?

Eu criava justificativas. Dizia a mim mesmo que não gostava muito. Que preferia futebol. Que bicicleta nem era tão importante assim.

Mas era.

Era um baita símbolo de liberdade. E eu ainda não o dominava.

A casa do Edi era menor ainda que a minha, a mais simples daquela rua. Apenas dois cômodos onde moravam ele, sua mãe e seu pai, que àquela altura já haviam saído para o trabalho.

A porta quase sempre ficava encostada, e o interior escuro contrastava com a luz da manhã que tomava a rua.

Não havia luxo. Não havia varanda ampla, nem portão alto. Havia o essencial. Havia esforço.

Eu observava quieto, sem surpresa. Mesmo menino, já percebia que existiam diferenças — algumas gritantes, outras sutis.

A casa do Edi não tinha espaço sobrando, mas tinha vida. Tinha dignidade.

Ele colocou o uniforme da aula, ajeitou a camisa branca por dentro da calça de agasalho azul com três listras laterais e saiu apressado, como se não quisesse nos fazer esperar.

A bicicleta ficou encostada na parede, e seguimos os cinco em direção à casa do Marco Aurélio.

Descíamos a rua em grupo, ocupando a calçada como se fôssemos maiores do que realmente éramos. Cada um com seu jeito, sua história, suas pequenas inseguranças escondidas atrás de risadas e empurrões.

Eu caminhava entre eles, sentindo ao mesmo tempo pertencimento e reserva.

Talvez fossem esses momentos, simples, repetidos, cotidianos, que mais me moldaram.

Não foram grandes acontecimentos.

Foram pequenos trajetos.

A surpresa foi grande quando me deparei com a casa do Marco.

Era um sobrado enorme, com um belo jardim na frente e na lateral.

As paredes altas, a pintura bem conservada, o portão imponente. Tudo ali transmitia estabilidade, segurança, conforto.

Fiquei alguns segundos parado, apenas admirando aquela casa.

Marco, até então, para mim, parecia um dos garotos mais humildes. Não ostentava roupas de marca nem calçados chamativos. Andava simples, falava simples, se misturava como qualquer um de nós.

Nada nele anunciava aquele casarão.

Enquanto aguardávamos ele sair, meus olhos percorriam o jardim bem cuidado, as janelas amplas, a varanda superior.

Eu comparava.

Comparava com a casa do Edi.

Comparava com a minha.

Sem inveja.

Era descoberta.

Descoberta de que o mundo era maior e mais desigual do que eu imaginava.

Descoberta de que as aparências nem sempre dizem a verdade.

Faltavam poucos minutos para abrir o portão da escola.

Então corremos todos para não chegar atrasados e ter que pagar castigo.

O castigo era dar dez voltas na quadra enquanto os outros jogavam futebol.

Para nós, aquilo era uma enorme punição.

Não era apenas correr.

Era correr vendo os outros se divertirem.

Cada volta parecia mais longa do que realmente era, e a sensação de estar de fora do jogo pesava mais do que o cansaço nas pernas.

Por isso, quando percebíamos o horário apertado, ninguém pensava duas vezes.
As conversas paravam.
Os passos viravam corrida.
Cada um tentava chegar primeiro ao portão da escola.
Nossas manhãs de Educação Física eram sempre assim, dinâmicas desde o início.
Todos reunidos por um único propósito: jogar futebol.
E naquele dia havia algo especial no ar.
Seriam escolhidos os times para o campeonato interclasses.
A quadra estava lotada. Todas as classes da terceira série estavam ali reunidas.
Uma atmosfera de decisão pairava no ambiente.
Os grupos se espalhavam pelas laterais da quadra. Alguns sentados no chão, outros em pé, todos atentos ao que estava para acontecer.
A bola corria de um lado para o outro enquanto alguns tentavam mostrar habilidade, como se cada toque pudesse influenciar na escolha que viria.
As conversas eram rápidas, ansiosas.
— Quem vai escolher os times?
— Quantos jogadores vão entrar?
— Será que vai ter reserva?
Cada pergunta aumentava ainda mais a expectativa.
O barulho da quadra misturava risadas, provocações e gritos de incentivo.
Todos queriam ser escolhidos.
E, de preferência, o quanto antes.
Não seria apenas mais uma aula.
Seria uma convocação.
Os mais habilidosos caminhavam pela quadra com certa confiança, como se soubessem que seus nomes seriam chamados cedo. Alguns até brincavam, fazendo embaixadinhas e exibindo malabarismos com a bola.
Eu era apenas mais um no meio da multidão, esperando minha vez.
Meu time era o mesmo que treinava nas ruas antes das aulas:
Tibiriça no gol, eu, Toru, Edi e Marco.
Mané e os outros ficavam na reserva.
Chegou a nossa vez.
A bola, naquele ambiente, parecia exercer uma força magnética. Chamava nossos passos, prendia nossos olhos.
Não havia timidez quando eu estava em quadra com a bola nos pés.

O menino que muitas vezes observava mais do que falava desaparecia completamente.

No lugar dele surgia alguém mais solto, mais confiante, guiado apenas pelo movimento do jogo.

Da noite para o dia, algo parecia ter mudado em mim.

Eu me sentia mais rápido, mais forte.

Raciocinava em segundos quando a bola chegava aos meus pés.

Dominava, tirava o marcador do caminho e avançava sem hesitar.

Às vezes chutava forte em direção ao gol de qualquer lugar da quadra, confiando mais no instinto do que na técnica.

Os gritos dos colegas, o som da bola batendo no chão e nas traves, tudo parecia me empurrar para frente.

Naquele momento, dentro da quadra, eu não era o menino cheio de dúvidas que caminhava pelas ruas pensando demais.

Ali eu me sentia capaz.

O futebol revelava uma parte de mim que eu mesmo ainda estava descobrindo.

Talvez fosse coragem.

Talvez fosse apenas a liberdade de jogar.

Os pés respondiam rápido, o corpo se movia quase sem pensar.

A bola colada aos meus passos parecia entender para onde eu queria ir.

Defendia, roubava a bola, tabelava com Marco.

Tocava para Toru, recebia de volta e batia de canhota para o gol.

Certeiro.

Os gritos aumentavam a cada lance.

— Boal

— Toca!

— Chuta!

E eu chutava.

A cada jogada bem feita, minha confiança crescia.

Eu mesmo me perguntava:

De onde estava vindo tudo aquilo?

Era como se algo dentro de mim tivesse despertado naquele dia.

Pela primeira vez eu sentia que não estava apenas participando do jogo.

Eu estava fazendo diferença.

Estava liderando o time naquele momento.

As jogadas passavam por mim naturalmente.

Eu pedia a bola, organizava o ataque, voltava para ajudar na defesa.
Tudo parecia se encaixar.
Os colegas começaram a confiar.
Chamavam meu nome, esperavam minha decisão, seguiam minhas orientações.
Pouco tempo antes eu era apenas mais um entre muitos.
Agora, literalmente, eu conduzia o ritmo do jogo.
E todo lance bem executado parecia confirmar algo que eu ainda tentava entender:
Havia uma força dentro de mim começando a aparecer.
Ganhamos o jogo de goleada.
Eu corria pela quadra com o peito cheio de alegria.
Os passes, os dribles, os chutes a gol, tudo havia funcionado.
Saí da quadra com a sensação de ter vivido algo especial.
Nosso time foi escolhido para representar a terceira série D no campeonato interclasses.
Para muitos, talvez fosse apenas um jogo de escola.
Para mim, era mais do que isso.
Era a descoberta de que, em algum lugar dentro de mim, existia uma coragem que eu ainda estava aprendendo a reconhecer.
No caminho de volta para casa, eu revivia cada jogada.
Os passes, as tabelinhas com Marco, as defesas do Tibiriça, o chute forte do meu pé esquerdo.
Ganhamos de seis a três.
Fiz dois gols.
Marco fez dois também.
Toru e Mané completaram o placar.
Na volta para casa, eu caminhava pelas mesmas ruas de sempre, mas algo dentro de mim estava diferente.
As casas eram as mesmas.
Os muros, as calçadas, tudo permanecia igual.
Só eu havia mudado.
Por dentro eu carregava uma sensação nova: alegria, surpresa e orgulho.
Naquela manhã, eu estava descobrindo uma versão de mim que ainda não conhecia.
Como leitor apaixonado por gibis, era natural que eu fosse fã de super-heróis.
Na minha imaginação de menino, eu me sentia um pouco como Steve Rogers depois de receber o supersoro, ou como Peter Parker depois da picada da aranha.
Claro que nenhum poder extraordinário estava surgindo de verdade.

Não havia laboratório secreto.
Mas algo realmente tinha mudado.
Eu já tinha visto isso acontecer com alguns colegas.
Mudanças que pareciam surgir de um fim de semana para o outro.
De repente, alguns voltavam na segunda-feira com a voz mais grossa.
Outros apareciam com pelos no rosto.
Alguns já exibiam pelos na barriga.
Estávamos todos atravessando uma espécie de metamorfose.
O corpo mudava, a voz mudava e até a maneira de pensar começava a tomar novos caminhos.

Era um tempo de transformação sutil no início, mas inevitável.
Alguns amadureciam para mais.
Outros, infelizmente, para menos.
Cada um começava a descobrir, à sua própria maneira, quem estava se tornando.
Pouco a pouco, o menino que existia em cada um de nós começava a dar lugar a algo novo.

Era apenas o começo da puberdade.
Ou talvez fosse apenas a descoberta de que, às vezes, os maiores poderes aparecem quando começamos a acreditar em nós mesmos.

Hoje entendo que aquele período da vida chega trazendo novas sensações.
O corpo cresce.
A mente se transforma.
O mundo passa a ser percebido de outra forma.
A infância começa a ficar para trás.
E, quase sem perceber, damos os primeiros passos em direção a algo novo:
a adolescência.

“Meu nome não é Inaldo!”

Heldio Pereira Villar

Qualquer pessoa irá colocar o telefone entre as grandes invenções. (As mulheres especialmente, pois são as grandes usuárias do aparelho criado por Graham Bell e dramaticamente aperfeiçoado e ampliado por Steve Jobs.) Eu também acho que o telefone foi uma grande invenção, que com o tempo passou de interessante para útil, de útil para indispensável e de indispensável para crucial. Ao mesmo tempo, tenho uma série de restrições contra o aparelhinho. As pessoas abusam dele, ele incomoda bastante e por aí vai. Em consequência, reconheço que não tenho “traquejo” para usar o telefone, o que será reconhecido por muitos daqueles que me tiveram como interlocutor.

Essa característica eu certamente herdei do meu pai, que era outro lacônico usuário do telefone. O que, por outro lado, não mexeu com sua proverbial presença de espírito.

Os da minha geração (já passei dos 70) vão lembrar-se de que, no Brasil, os telefones só se tornaram realmente populares com a privatização, ao final dos anos 1990. Nós só tivemos telefone próprio em casa em 1967, quando morávamos no Rio de Janeiro e adquirimos, por Cr\$ 1.500,00 (uma pequena fortuna, equivalente a mais de um salário do meu pai, que era major do Exército) a linha 26-01-72. No prédio em que morávamos, éramos dos raros (talvez 10%) que tinham telefone em casa.

Logo depois que compramos esse telefone, que ficava no quarto em que meu pai e minha mãe dormiam, o aparelho tocou de madrugada. Meu pai acordou, meio zozinho, e atendeu.

– Alô?

– Olha – alguém falou – prenderam o Zé!

Meu pai, aí, acordou de vez. Afinal, seu cunhado, José de Medeiros, era, obviamente, conhecido como Zé.

– Meu Deus! O que foi que ele fez?

– Sabe como é, – foi a resposta – o de sempre. Eu já tinha avisado pra ele que um dia a polícia ia pegar. Ele deu moleza, e não deu outra.

Aí meu pai percebeu que, evidentemente, tratava-se de outro Zé.

– Onde é que você está? – ele perguntou.

– Naquele lugar de sempre, na Lapa.

– Perfeito. Espere aí que eu chego em menos de meia hora.

– ‘Tá legal – o homem respondeu, mais tranquilo. Meu pai desligou, virou-se para o outro lado e voltou a dormir.

Mais de uma década e meia depois, já no Recife, o alvo de um engano semelhante fui eu. Na época, meu telefone era o 326-7098. Numa tarde, o telefone tocou. Eu estava exatamente ao lado e atendi.

– Quem fala é Inaldo...

Achei esquisita essa introdução, mas respondi: – Pois não, pode falar.

– Eu estou com um cheque sem fundos seu – meu interlocutor anunciou.

Aí eu fiquei sobressaltado. Àquela altura dos acontecimentos, tendo sido correntista bancário havia mais de 20 anos, orgulhava-me de nunca ter passado um cheque sem fundos.

– Cheque sem fundos? Meu?

– Exatamente – o homem respondeu. – E nós já pensamos em executar, mas antes queríamos falar com você.

Eu estava estarrecido. – Você trabalha onde? – perguntei.

– No Supermercado Bompreço – foi a resposta. Aí o caso se tornava mais complicado. Era muito raro eu pagar alguma coisa no Bompreço com cheque.

– Podia aguardar um instante? – inquirei.

– Perfeitamente – foi a resposta. Peguei meu talão de cheques e conferi os canhotos. Pelo menos até uns bons dois meses antes eu não tinha pagado qualquer cheque ao Bompreço.

– Meu amigo, esse cheque é de que banco? – perguntei.

– Do Banco Itaú.

– Rapaz, isso me deixa mais aliviado. Não tenho nem nunca tive conta no Banco Itaú. Logo, o cheque não é meu.

– Inaldo, eu já vi que não temos acordo – o homem retrucou, já mal-humorado. Foi aí que eu percebi que quando ele começou nossa conversação, ao invés de afirmar “quem fala é Inaldo”, ele tinha questionado “quem fala, é Inaldo?” O que aconteceu foi que sua intonação tinha sido tão ruim que eu entendera a pergunta como uma afirmativa.

– Meu rapaz, meu nome não é Inaldo – declarei.

– Inaldo, das outras vezes você demorava a fazer acordo, mas não negava que era você. O que está acontecendo agora?

– Cara, eu nunca passei cheques sem fundos na minha vida e, de uma vez por todas, meu nome não é Inaldo!

– Inaldo, eu acho que desta vez nós vamos ter de cobrar judicialmente, já que você não quer colaborar.

– Meu amigo, eu já disse que meu nome não é Inaldo. A propósito, você ligou para que telefone?

O homem respondeu com um número que começava com 326, mas cuja terminação era ligeiramente diferente de 7098.

– Eis aí! – respondi. – Meu número é 326-7098, e não esse que você falou!

– Inaldo – meu interlocutor insistiu – eu não liguei errado.

– Claro que ligou. Eu já disse que meu número é 326-7098. Faça o seguinte, ligue 326-7098 e você vai ver que eu vou atender.

– Inaldo, eu não vou ligar de novo. Já que não temos acordo, vou fazer a cobrança judicial.

– Você pode fazer o que você quiser – respondi, desta feita falando alto. – Mas eu quero que você saiba que meu nome *não é Inaldo!*

– Bem, Inaldo, você é testemunha de que eu tentei de tudo e você não quis colaborar. Prepare-se para receber o oficial de justiça.

– Perfeito. Mas antes você podia me fazer um favor?

– Pois não?

– Ligue pra Inaldo!

O homem bateu o telefone.

Modesto saber

Renato Moura

Eram tempos de pandemia e, naquela manhã abafada de abril, eu voltava das compras sem nenhuma pressa. Um vento quente soprava nas ruas de Copacabana, levantando poeira e folhas amareladas, cheias de carunchos. Encostado à grade da grande loja de lingerie que tenho por vizinha, junto a um cachorro tão esquálido que se viam os ossos, um pedinte estendeu-me a mão, mas eu não tinha nenhuma moeda para lhe dar. A última, dera-lhe antes de ir ao mercado. Ou não? Já não conseguia me lembrar.

Quando entrei no meu prédio e fiquei à espera do elevador, vi um homem, aparentemente sessentão como eu, em frente ao painel luminoso azinhavrado e já quase submerso num mar de ladrilhos verdes. Tinha nas mãos um jornal cuja manchete destacava o aumento vertiginoso do número de casos da Covid-19 no país. Vez por outra, olhava diretamente para o painel, constatando o mesmo que eu: o único elevador em funcionamento teimava em permanecer parado no décimo andar. Eu o conhecia? E ele? Já tinha me visto antes? Enquanto me perguntava isso, falou comigo:

— Não moro aqui, mas conheço o senhor de algum lugar, não conheço?

— Pode ser. Na verdade, só sei que nada sei.

Ele ficou em silêncio, observando-me. Uma curiosidade infantil transbordava dos seus olhos. No hall social do edifício, além de nós dois, só estava o porteiro, um homem gordo, de mais ou menos cinquenta anos, devidamente uniformizado, que não desgrudava os olhos do celular. Plasmado em sua cadeira, suava muito. Sobre a mesa escura, na qual apoiava os cotovelos, um pequeno, velho e barulhento ventilador parecia não dar conta do enorme calor que fazia. Talvez tenha se passado mais um minuto sem que o elevador, esquecido de mim e do homem que me dirigiu a palavra, desse qualquer sinal perceptível de que se moveria.

— Engraçado — disse o homem, quebrando finalmente a quietude alucinante em que estávamos mergulhados — também tive essa mesma impressão quando acordei hoje.

— Só hoje? — perguntei — Estou tendo essa impressão todos os dias.

— Sério?

— Claro! Nessa pandemia, os dias são todos iguais, não são?

— Acho que são...

De novo, o silêncio se estabeleceu entre nós. O homem, então, voltou o olhar para o porteiro, que estava mais suado, mais entretido com o celular e quase não se mexia. Aliás, seu corpo largo quase não cabia na cadeira munida de rodízios brancos que se movia bem pouco sobre o piso há muito carente de uma boa limpeza. Ao menos, ela minimamente se movia, pensei, mas o elevador... O porteiro saberia dizer por que não descia?

Talvez o porteiro esperasse que eu ou o homem lhe fizéssemos tal pergunta. Até cogitei fazê-la, mas hesitei. Naqueles dias, eu era uma espécie de refém das mais diferentes hesitações, era alguém cheio de conjecturas. Aí, passou-me pela cabeça que mesmo que o porteiro soubesse o motivo, sua resposta não poria fim ao meu não-saber sobre o resto. E eu também não sabia se poria fim ao não-saber do homem, tampouco se, para este, o não-saber era assim tão inquietante. Diante disso, valeria a pena perguntar pela demora do elevador? Sinceramente, eu não conseguia decidir se era melhor perguntar ou continuar indefinidamente à espera de que algum deus *ex machina* fizesse o elevador se mover. Na verdade, tudo nas proximidades exibia ares de espera: o homem, o pedinte, o porteiro, o piso encardido... Talvez até o cachorro do pedinte esperasse por algum imprevisto e bem-vindo osso para o estômago. E quem havia contraído a Covid? Esperava por dias melhores? Ou, com a morte brandindo a foice, já tinha se cansado de esperar? Felizmente para mim, o vírus ainda não batera a minha porta. Mas que garantia eu tinha de que, mais cedo ou mais tarde, não iria bater? Eram tantas notícias cinzentas nos jornais... Quando chegariam as vacinas? Quando seus adversários deixariam de fazer pouco delas ou de inventar que continham algum tipo de chip para controlar as pessoas? Quando iria acabar todo aquele non sense? Quando? Como Sócrates, cada vez mais eu só sabia que nada sabia. Nisso, o homem tornou a falar:

- O elevador não vem e o porteiro não se mexe — disse, um pouco irritado.
- Não se mexe porque sabe de tudo — observei com ar um pouco jocoso.
- Sabe? Ah, se eu também soubesse... Essa sensação de não-saber me angustia.
- A mim, também.
- Se ele sabe de tudo, será que sabe por que a gente não sabe nada?

Não lhe respondi, indo em direção às escadas de serviço. Não me seguiu, preferindo permanecer em frente ao elevador e pousar novamente os olhos no jornal. Por quanto tempo ainda ficaria ali? Eu não fazia a menor ideia, mas, em meio a tanto desconhecimento, pelo menos saboreei um modesto saber: aquele homem — que eu conhecia ou não, pouco importava — se sentia tão incomodado com o não-saber quanto eu.

No braço do Potengi

Carlos Olavo Lima

A Ribeira nasceu no braço do Potengi, um braço que hoje não existe mais.

Durante o período colonial e boa parte do regime escravista, o rio avançava por ali como passagem estreita, rota de trabalho e circulação cotidiana. Não era o Potengi largo, aberto e contínuo que hoje se observa à distância, mas um desdobramento menor, quase discreto, que se infiltrava no território e organizava a vida prática da cidade que ainda estava sendo formada.

Esse braço não apenas sustentava a cidade: ele a separava. A água funcionava como fronteira social. De um lado, a Ribeira e as Rocas, territórios do trabalho, do comércio, da circulação popular e da presença negra. Do outro, a Cidade Alta, planejada para abrigar o poder administrativo, religioso e político. A divisão era clara, física e intencional. Para sair da Ribeira ou das Rocas em direção à Cidade Alta, era preciso atravessar o braço do rio. O percurso não era apenas geográfico; era social.

Foi nesse contexto que a Ribeira começou a existir. Antes de ser bairro, foi mangue, foi função. Antes de ser endereço, foi serviço. Armazéns, trapiches, depósitos, pequenas embarcações atracadas com regularidade. A cidade crescia apoiada nesse trecho de água que não tinha prestígio simbólico, mas tinha utilidade constante. O chão trabalhava antes mesmo de ser reconhecido como cidade.

Nada disso existiu sem gente. O braço do rio não operava sozinho. Foram braços humanos, sobretudo braços negros, trazidos à força da África, que sustentaram a construção da cidade. Quando os portugueses consolidaram o domínio do território, expulsaram os holandeses e ergueram o forte que marcaria definitivamente a posse da Coroa, não foram eles que carregaram pedra, madeira ou cal. A cidade foi construída por mãos escravizadas. O poder apenas assinou a posse do que já estava de pé.

Antes de ser Rio Grande do Norte, o território era conhecido como Rio Grande. Antes disso, integrava a lógica administrativa de Pernambuco. Os nomes mudavam conforme os interesses da metrópole, mas a estrutura permanecia. A cidade se organizava sobre o esforço contínuo de quem não tinha nome nos registros, nem voz nas decisões, nem memória preservada nos livros oficiais. A Ribeira e as Rocas faziam parte desse sistema: lugares de trabalho intenso, circulação constante e vigilância permanente.

A cidade se estruturava a partir de pontos estratégicos. Na foz do rio, o Forte dos Reis Magos garantia a proteção militar do território. Mais ao alto, onde hoje se assenta Mãe

Luiza, um farol orientava a navegação. Do mar aberto, era aquela luz que anunciava o continente. Era ali que os navegantes se guiavam, ontem e hoje. O forte defendia. O farol orientava. Ambos serviam a quem vinha de fora.

Já o braço do Potengi organizava quem ficava. Era ele que sustentava o cotidiano, o trabalho e a circulação interna da cidade. Enquanto a elite olhava para o mar, para o horizonte e para as rotas internacionais, a cidade se resolvia no braço do rio, entre a Ribeira e as Rocas, no vaivém silencioso do trabalho diário.

O Brasil se construiu assim. Por braços. Braços de rio e braços humanos. O que parecia periférico sustentava o essencial. O que ficava à margem fazia o centro funcionar. A Ribeira não foi exceção. Foi regra. Foi método.

Com o crescimento da cidade, o braço do Potengi passou a ser visto como obstáculo. Dificultava o tráfego, impunha limites visíveis à circulação e tornava incômoda uma divisão social que sempre existiu, mas que começava a atrapalhar o fluxo econômico. A solução encontrada não foi repensar a cidade, mas alterar o território.

O braço do rio foi sendo contido, depois coberto e, por fim, aterrado.

Onde havia água, passou a haver chão firme. Onde havia fronteira, abriu-se passagem. O aterramento facilitou o trânsito entre Ribeira, Rocas e Cidade Alta. A circulação aumentou, o comércio se expandiu, as distâncias diminuíram. Mas essa aproximação teve um efeito imediato e previsível: a elite, percebendo a perda da separação simbólica, decidiu se afastar novamente.

Foi assim que surgiu Petrópolis. Não como consequência natural do crescimento urbano, mas como deslocamento estratégico. A elite moveu-se para o interior, afastando-se da beira do rio e da beira do mar. Buscou altitude, distância e controle. Enquanto isso, os territórios populares permaneceram. A Ribeira, as Rocas e, mais adiante, Mãe Luiza se consolidaram como espaços de permanência, trabalho e resistência cotidiana.

Durante um período de trabalho em uma instituição naval instalada justamente na entrada do antigo braço do Potengi, o território passou a se revelar de outra forma. Estar diariamente naquele ponto — onde hoje há terra firme — tornava visível o que os mapas atuais escondem. Ali, por muito tempo, estiveram fundeadas embarcações que garantiam o domínio do território. A função era vigiar, ordenar e controlar a circulação.

Mas não era apenas o espaço que se impunha. Inserido naquele ambiente institucional, a presença negra parecia sempre deslocada. O racismo não se apresentava de forma aberta, mas se manifestava nos silêncios, nas expectativas contidas e nas resistências

invisíveis. Era o mesmo racismo estrutural que apagou os braços negros da história e que segue operando, de modo discreto, nos lugares de poder.

Foi nesse ponto que a sobreposição se tornou clara. O braço do Potengi havia sido aterrado. As mãos negras que construíram a cidade haviam sido retiradas da narrativa. E, no presente, o desconforto com certas presenças em determinados espaços continuava obedecendo à mesma lógica: silenciar, deslocar, apagar.

Essa percepção levou aos mapas antigos. Um deles, do início do século XVI, ainda desenha com clareza o braço do rio avançando para dentro da cidade. A cartografia confirmava o que o cotidiano já indicava. Onde hoje se pisa, antes corria água. Onde hoje se ocupa espaço, antes se tentou apagar presenças.

Hoje, quem caminha pela Ribeira talvez não perceba, mas pisa sobre camadas de água e de gente.

Mãe Luiza surge nesse mesmo eixo de orientação. O farol, instalado em ponto alto, continuou guiando a navegação ao longo do tempo. A luz que orientava quem vinha do mar também passou a marcar um território de quem ficava. O farol permaneceu aceso. O braço do rio, já aterrado, tornou-se invisível.

O apagamento muda de nome conforme a época. Já foi progresso, depois modernização. Hoje atende pelo nome de revitalização. O abandono prepara o terreno para que outros ocupem o que foi esvaziado. A Ribeira corre o risco de ser reconstruída mais uma vez sem memória, como se nunca tivesse sido chão de trabalho, de escravidão e de vida.

Foi desse acúmulo de território, de história e de vivência que nasceu uma escrita que se recusa ao silêncio. Porque o silêncio sempre foi parte do projeto. O rio foi silenciado. Os braços foram silenciados. As presenças foram silenciadas.

A Ribeira permanece como evidência incômoda de que nenhuma cidade nasce neutra e de que nenhuma divisão urbana é inocente. O rio foi aterrado. Os braços foram apagados. Mas tudo aquilo que se tentou esconder continua sustentando a cidade. E sustentar, no Brasil, quase sempre foi a função daquilo que se tentou calar.

O dia em que meu pai voltou

Roger Laureano

Quando meu pai morreu, eu fiz o que qualquer filho razoavelmente funcional faria: tentei não pensar muito no assunto. A vida continuou — expressão indecente, aliás. Como se a vida tivesse sido consultada e tivesse respondido: “Sim, tudo certo, prossigam”. O enterro aconteceu, houve abraços constrangidos, houve aquele café morno servido em copos descartáveis. O luto, que no começo tinha uma solenidade quase teatral, logo se converteu em silêncio. Um silêncio doméstico, desses que se sentam à mesa e comem junto com a gente. Era assim com minha mãe, com minha irmã, com os amigos, com os colegas. No início parecia provisório. Algo como: “Que tal não falar disso por enquanto, mãe?”. O “por enquanto” é uma das maiores mentiras da língua portuguesa. Ele se estende com facilidade: vira semana, mês, ano. Meu pai estava lá, enterrado, literal e simbolicamente. E ainda que seu corpo nunca mais fosse levantar e sair andando por aí, eu sabia que a memória que tenho dele — do rosto, do cheiro, da voz — ainda voltaria em algum momento. Mas, enquanto isso, silêncio.

E, para dizer a verdade, não foi tão difícil assim não pensar. Alguns dias depois do evento tudo parecia igual, apesar da subtração. Eu continuava indo à escola. Toda manhã descia um dos morros mais íngremes da cidade para sentar distraído numa sala de aula. No almoço era ainda pior, especialmente no verão, pois eu precisava *subir* o mesmo morro, agora, além de tudo, sob um sol que parecia pessoalmente ofendido comigo. Eu chegava em casa encharcado, publicamente cozido, urbanisticamente tostado. Como é que alguém vai refletir sobre perdas metafísicas se está ocupado tentando não desmaiar no asfalto? A juventude, nesse sentido, ajuda: ela acredita que sobreviver já é um projeto suficiente.

Mas a ausência tem efeitos práticos. Meu pai não era apenas meu pai, era a fonte de renda da casa. E, junto com ele, começou a desaparecer também a tranquilidade financeira, esse espírito invisível, percebido apenas quando vai embora. Havia uma ironia quase cruel nessa correspondência entre o mundo material e o psíquico: a dor não trazia apenas ausências, mas também novas perdas. Os quadros e porta-retratos ficaram. Objetos pequenos são fiéis. Mas outras coisas foram sendo vendidas ou sumindo discretamente, entre elas, o carro do meu pai: um Ford preto, bem escuro, com películas igualmente escuras e calotas prateadas. Um dia acordei e ele não estava mais lá. Não houve despedida formal. Só o espaço vazio, que é o modo mais honesto que as coisas sem alma têm de dizer adeus.

Quando somos pequenos, sabemos pouco sobre os pais, e eu fui me dando conta disso muito lentamente. Eu sabia o essencial: ele gostava de esportes, especialmente de futebol e automobilismo. Tinha inclinação pela tecnologia, sempre curioso por celulares e computadores, e adorava trazer algumas bugigangas novas para casa. Hoje percebo, no entanto, que a visão que tenho dele parece ser apenas uma sombra dos meus próprios interesses. Por todos esses anos, prestei atenção somente no que tínhamos em comum, subtraindo todos os apêndices e chatices, de modo que seus interesses pareciam exatamente os meus. A única exceção, até cômica, é que, durante muito tempo, achei que ele gostava de contabilidade porque era contador. Isso é o tipo de raciocínio que uma criança produz com absoluta confiança. Se alguém faz algo o dia inteiro, certamente ama aquilo. E tanto isso parecia verdade que, por um momento, eu também quis ser contador; ia poder passar oito horas por dia fazendo isso, igualzinho. Hoje sei, é claro, que o amor por planilhas é uma impossibilidade ontológica. Criança boba. Mas, apesar de todos esses poréns, de uma coisa tenho absoluta certeza: ele gostava de carros.

Trocava de carro com frequência, quase todo ano. Não eram carros extravagantes; eram carros novos, mais modernos, e ele fazia questão de me apresentar cada detalhe do último modelo. Uma vez até me deixou dirigir. Está bem, essa frase não descreve perfeitamente a situação: ele fez eu me sentar no colo dele, num bairro de ruas quase vazias, com as mãos no volante e disse algo como “agora você vai dirigir”. Eu acreditava que exatamente isso que eu estava fazendo, e isso é mais importante do que dirigir de fato. Tenho quase certeza de que ele sorria atrás de mim, divertido com a minha convicção, enquanto segurava o volante por baixo e corrigia discretamente o rumo. Descobri por acaso, numa curva, que era isso estava acontecendo. Puxei o volante cedo demais, cheio de confiança. O carro não obedeceu. Só alguns segundos depois, no tempo certo, a curva foi feita com elegância. E eu continuei fingindo que tinha sido eu, mas algo se instalou no fundo do meu inconsciente. “Talvez eu não esteja dirigindo de verdade”, pensei por alguns segundos. “Opa, espera, outra curva”, era o pensamento seguinte, deixando a ilusão viva. A infância é esse belo teatro em que a gente acredita ser motorista, quando na verdade está apoiada no colo dos pais. Aos poucos eu teria de aprender a fazer as curvas sozinho. Mas não naquela época.

Seria agora, então?

A rotina continuou, como eu ia dizendo. Descer morros, subir morros, entrar e sair de salas de aula. Até que houve o dia; o dia em que meu pai voltou. É isso que venho tentando contar desde o início. Eu estava quase no fim do ensino médio. Não lembro a data, nem o dia da semana. A memória guarda o que quer. Lembro apenas que eu descia o morro de casa

com a lentidão que me era possível, apesar de a gravidade conspirar contra mim. Era um sol feroz, desses que empurram o olhar para o chão. Eu ia distraído, com a mente vazia, quando escutei um carro se aproximando e, depois, passar ao meu lado com certa pressa. Era um Ford preto, escuro, de películas escuras. E, por alguns segundos, eu sorri e cheguei a levantar os braços para acenar para o meu pai enquanto ele passava. Demorou algum tempo para a minha cabeça realmente conceber o que eu tinha feito, cheio de atraso cognitivo. Meu pai estava morto; eu sabia disso. Morto de maneira definitiva, como as pessoas costumam ficar. Ainda assim, ali estava o carro e, ao lado, também ali mesmo estava o meu corpo, com o braço levantado, como um idiota sentimental que acredita não apenas em aparições, mas até mesmo aparições automotivas, fantasmas motorizados. Uma memória materializada em aço e pneu. Naqueles poucos segundos, vi, levemente, a silhueta do homem que dirigia, meio relaxado, distante do volante. Poderia ser ele, com essa postura. Eu poderia facilmente acreditar nisso: que um dia meu pai voltou do mundo dos mortos só para me ver, meio de longe, mais uma vez — a última, uma despedida. E que ele passou por mim dirigindo, igual tantas outras vezes no passado. Depois de mais de um ano de ausência, eu aceitava, ainda que momentaneamente, ainda que em confusão, o seu retorno. Ele morreu, é claro, eu sabia disso, mas não necessariamente para sempre.

Ainda sem entender totalmente o que tinha acontecido, fiquei parado, olhando a traseira do carro se afastar com rapidez, esperando não sei exatamente o quê. Talvez que ele parasse. Talvez que me olhasse, pelo retrovisor, uma última vez, que desse um último sorriso, um último olhar ou soltasse uma última palavra. Nada aconteceu naqueles curtos segundos. Com a sinaleira aberta no fim da rua, o carro virou à direita e desapareceu na avenida.

Meu pai sempre gostou de dirigir rápido mesmo.

O som da saudade

Vera Lúcia de Athayde

Tantos anos ouvindo as vozes, os risos e, vez ou outra, o chorinho matinal das crianças na escola, que o silêncio, agora, me incomoda.

Sentada em minha sala, sempre tão próxima ao pátio ou ao playground, acostumei-me àquela sinfonia infantil que preenchia os dias com música e movimento. Era como viver cercada por borboletinhas tagarelas, que dançavam em bando pela escola, em revoadas de cores e sons.

A aposentadoria é boa, não nego. É um prêmio por tantos anos de dedicação. Com ela vieram viagens sem pressa, cochilos sem culpa e tardes com amigas queridas. Mas também veio ele: o silêncio. Esse companheiro teimoso que, mesmo após oito anos, ainda me estranha — ou sou eu que ainda estranho a presença dele?

Talvez, já prevendo esse vazio sonoro, eu tenha escolhido morar exatamente onde moro: em frente a uma grande escola de Educação Infantil. Coincidência? Nada. Foi intuição de alma educadora, que pressente a falta antes mesmo que ela se instale.

Nos dias em que a casa está silenciosa demais — quando os netos já voltaram para suas rotinas e os cantos infantis se esvaem pelos corredores da lembrança — eu me sento na varanda. Basta isso. Em pouco tempo, algum som familiar me alcança: uma professora conduzindo seus pequenos pelo jardim, parecendo liderar um bando de passarinhos animados; ou o eco alegre que vem do ginásio, onde alguém comanda uma brincadeira que termina em coro e gargalhadas.

Há também o outro lado dessa rotina tão minha: o choro de quem não quer entrar na escola, seguido da voz paciente da mãe tentando convencê-lo. Tão familiar... tão íntimo. Esses sons, que outrora faziam parte do meu cotidiano profissional, hoje são bálsamo para minha alma de ex-diretora, ex-professora — mas eterna apaixonada por esse universo de descobertas e afeto.

Em julho, meus netos estiveram por aqui, enchendo a casa de risos, brinquedos espalhados e muitos abraços. Mas, como tudo o que é bom, passou depressa. E o silêncio, sempre à espreita, voltou a se instalar.

Felizmente, ele nunca fica por muito tempo. Logo as férias escolares terminam e a vida ao redor da escola recomeça. Os sons voltam. Os risos, os passinhos apressados, os cantos improvisados... E eu respiro aliviada, porque sei: enquanto houver uma escola por perto, jamais estarei totalmente só.

O voo enclausurado do nosso coração de ouro: entre o vilipêndio e a busca da luz

Adeilson Alves Barros

Em minha mesa de trabalho, em Garanhuns, o passado e o presente se confrontam. Sobre ela, não busco o brilho das aeronaves em exposição, nem narrativas idealizadas, mas o peso de papéis, cópias de laudos e registros que parecem clamar por uma justiça que o Estado brasileiro, há décadas, tenta postergar. A luz que atravessa a vidraça da janela e banha esta sala parece instigar-me: reclama por claridade onde insistem em manter a obscuridade. Não precisei pisar no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, para sentir a força do que investigo; a distância física não diminui a gravidade dos fatos. Pelo contrário, a barreira burocrática e o silêncio que encontrei ao longo da pesquisa para o meu livro, *O Coração de Santos-Dumont: Do Vilipêndio à Obscuridade*², funcionam como uma lente de aumento para a escuridão que denuncio. Chamo aquela relíquia de "nosso" coração porque ela pertence à história de cada brasileiro. Ele é nosso porque representa o pulsar da nossa engenhosidade e, hoje, o silêncio da nossa memória sequestrada.

A trajetória deste coração não é uma epopeia de glória, mas uma sucessão de violações iniciada no quarto 152 do *Grand Hôtel La Plage*, no Guarujá. Em 23 de julho de 1932, enquanto o Brasil se incendiava na Revolução Constitucionalista, Alberto Santos-Dumont via seu ideal pacifista ser bombardeado por suas próprias invenções; os aviões que sobrevoavam a Praia de Pitangueiras, no litoral paulista, chamavam o inventor à inquietude, agudizando sua angústia. O que se seguiu à sua morte suicida foi um ato que o Código Penal Brasileiro da época, no seu Artigo 212, definia com clareza como vilipêndio a cadáver, mas que a narrativa oficial tenta higienizar sob o rótulo de "preservação". O médico Walther Haberfeld, movido por uma audácia que atropelou a ética médica e o amparo legal, extraiu o órgão vital do gênio sem autorização de seus herdeiros, intrigado ao notar que o coração de Dumont era demasiado grande, semelhante ao tamanho de um coração bovino. Como médico, o rigor ético e o compromisso com a dignidade humana impedir-me-iam de tal ato sem o consentimento familiar; entretanto, Haberfeld, em sua ousadia, acabou por nos legar a materialidade desse símbolo: o coração agigantado do nosso maior inventor foi acondicionado em um frasco, inicialmente contendo uma solução de *Kaiserling III*, e preservado em seu laboratório por cerca de doze anos. Agiu sob a lógica, quase

¹ Crônica ensaística baseada na obra: **O Coração de Santos-Dumont: Do Vilipêndio à Obscuridade**. Maceió: Clube de Autores, 2025.

incompreensível, de que o corpo sob seus cuidados técnicos pertencia a um futuro sem dono, ignorando que o direito à integridade *post-mortem* é um pilar inalienável da dignidade humana. No rótulo manuscrito para o frasco, lê-se: “Coração do Sr. Santos Dumont. Embalsamado em 24 de julho de 1932.” O embalsamamento ocorreu um dia após a sua morte.

O coração de Dumont, que deveria ter tido o descanso respeitoso em seu túmulo — por ele mesmo projetado e encimado por uma réplica do *Ícaro de Saint-Cloud*, cujas asas abertas sobre a rocha simbolizam o sonho nutrido desde a infância —, tornou-se nosso por direito de herança. Contudo, sua trajetória institucional foi marcada por uma conduta não transparente adotada ao longo dos anos pelo MUSAL e pelo comando da Aeronáutica. Minha pesquisa detalha como ele atravessou décadas em uma custódia juridicamente frágil, passando pela Panair do Brasil em 1944 até ser entregue à Aeronáutica. Ao avaliar a tutela exercida pelo Museu Aeroespacial (MUSAL), percebo um anacronismo insustentável. O museu apropriou-se da relíquia como se Santos-Dumont fosse um patrimônio exclusivo da caserna. Onde está o suporte jurídico para essa exclusividade? Por que a guarda não é compartilhada com órgãos civis como o IBRAM ou o IPHAN? A administração de um símbolo desta magnitude deve ser uma responsabilidade republicana; o coração é nosso, e não um segredo guardado atrás de muros institucionais.

As justificativas para a não exposição do órgão são tênues. Alegam-se riscos de radiação UV, instabilidade química do conservante e o fato de a instituição não ser um museu científico. Ora, como médico e pesquisador, confronto esses argumentos com a ciência museológica contemporânea e a própria legislação brasileira, que não faz distinção entre museus científicos e históricos no que tange à possibilidade de conservação e exposição de órgãos e restos mortais. Se o coração de Frédéric Chopin é venerado em Varsóvia, e o de Dom Pedro I pôde ser transladado com segurança e exposto, em agosto de 2022, nas comemorações do Bicentenário da Independência, por que o de Santos-Dumont deve permanecer na obscuridade? Manter o coração escondido não é proteção; é a manutenção de uma redoma de silêncio para que não se discuta a fragilidade e as dores reais do inventor e também se opacifique sua gigantesca importância: “a relíquia é, nada menos, que o coração do inventor que realizou os primeiros voos autopropulsados, homologados e testemunhados com o ‘mais pesado que o ar’ da história da humanidade”.

Um dos pontos culminantes da minha investigação é a publicação de uma fotografia inédita do coração de Santos-Dumont em seu relicário aberto. Sem filtros, essa imagem revela a materialidade visceral do órgão. Ver essa foto é confrontar a verdade nua: o que está ali não é um símbolo abstrato, mas a bomba muscular que dava vida e permitia realizações a

um homem que sofreu e sonhou — o "coração voador pioneiro" que permitiu ao homem ver a Terra lá do alto, em seus balões, em seus dirigíveis, em seu 14-bis e em seu *Demoiselle*, o verdadeiro precursor dos aviões modernos. Quando vi pela primeira vez essa imagem, repassada por uma fonte sigilosa, a emoção transbordou e meus olhos ficaram marejados. Lembro-me de caminhar em idas e vindas pela minha casa, tentando processar a magnitude daquela revelação que pulsava diante de mim em silêncio. Comparei aquela imagem a uma belíssima flor aberta, a exalar o perfume da verdade, da grandiosidade e da humanidade contida naquele semióforo.

A construção de uma nação se dá, entre outros aspectos, através da reverência aos seus ícones em várias áreas. No Brasil, negligenciamos o potencial pedagógico de nossas relíquias e da nossa própria história, contada e construída por eles. O coração de Alberto, em vez de inspirar o brio nacional nas escolas e universidades, permanece sob um véu retrógrado que impede o desenvolvimento de nossa memória coletiva. Valorizar nossos vultos repercute em orgulho, investimentos futuros e, conseqüentemente, progresso.

A verdadeira prata da casa não reside no metal da esfera dourada fechada, com seu Ícaro a sustentá-la, mas em seu interior. É mister, então, que se abra o baú da mais preciosa relíquia em um momento de pompa, solenidade, respeito e orgulho jamais vistos na história deste país. O céu nunca teve donos, como os irmãos Wright julgaram erroneamente ser, e o coração de quem o conquistou tampouco deveria ter, pois Alberto foi um dos precursores da ciência aberta, realizando seus feitos sob a luz do dia e sob os olhares do mundo. Santos-Dumont vive hoje uma "segunda morte": a morte de sua história real, substituída por um mito controlado. Ser a prata da casa deveria significar o brilho de um herói que ilumina a todos, e não um tesouro isolado por uma tutela que o trata como segredo de gabinete. Nosso maior gênio só poderá, enfim, descansar sob a luz da verdade quando seu coração deixar de ser um item de inventário para se tornar o orgulho exposto no centro da mesa brasileira, honrado como a alma de um Brasil que ousa sonhar alto e em conjunto.

Olhinhos

Ivar César Oliveira de Vasconcelos

Olho ao redor da sala de estar, e a mala pronta sobre o sofá, encostado na parede que dá para a janela da rua semiescura, parece maior do que realmente é. Em pé, de costas e a um passo da porta da frente da casa — por onde sairei —, vejo, à esquerda, os três cômodos que guardam o sono desprevenido dos meus seis irmãos, do meu pai e da minha prima. Eles dormem fácil, mas esta madrugada pesa mais que todas as outras sobre mim.

Mais adiante, abre-se a passagem para a copa e a cozinha; à direita, quase escondido na penumbra, fica o único banheiro. Ao fundo, uma porta estreita conduz ao pequeno quintal — um retângulo de céu aprisionado entre paredes.

No canto da sala, meu gatinho Guto dorme — um olho aberto, acompanhando meus movimentos; o outro perdido noutro mundo. Acima dele, dependurada na parede, repousa a espingarda do papai, calibre 32, dois canos alinhados como uma promessa silenciosa. Ele é bom de tiro. Gosta tanto dela que a trouxe da nossa cidade — aquela que até hoje me faz lembrar um castelo erguido de carnaúbas, tantas eram as que havia nos campos — quando viemos morar aqui, na capital.

Por que meu pai escolheu uma arma de dois canos? Talvez seja o seu jeito de mostrar que não admite hesitação. Já a minha batalha, minha jornada de foco, veio quando estudei para o concurso do banco. Meses de silêncio, de cadernos abertos pela madrugada, de renúncias que ninguém viu. A aprovação me trouxe a este momento em que vou partir em viagem para uma cidade longe — minha chance de apertar o gatilho e não olhar para trás.

A bagagem agora está no porta-malas do táxi, contratado ontem à noite por telefone. Sento-me no banco da frente e, na penumbra do bairro — sob a luz fraca dos postes da quadra de esportes em frente —, vejo mamãe de pé à porta.

Seu olhar parece me dizer que deseja me carregar nos braços — o menino-homem que agora se afasta da casa onde vivemos os últimos seis anos. Eu vou partir; ela vai ficar. Cada instante pesa: a luz amarelada vinda da quadra e um silêncio espesso ampliam a distância entre nós dois. O vento que sopra fininho pela rua sussurra despedidas que não ousamos pronunciar. Olha-me nos olhos; depois, fita o motorista, como se quisesse dizer algo que ficou preso na garganta — um último gesto de cuidado que ela não se atreveu a transformar em palavras.

Não serão palavras para mim. Ontem à noite, ela já me fez recomendações e até me mostrou o conteúdo da mala que preparou — e ali parecia que eu também estava: um corpo de dezenove anos e apenas cinquenta e oito quilos; um rosto imberbe, sem sinais de mudança iminente na fisionomia.

Talvez queira falar com o homem ao volante, pedir que cuide de mim até a rodoviária e que providencie o embarque. Quem sabe esteja se lembrando do tempo em que me colocava num ônibus, lá na nossa cidade, e eu, aos dez anos, seguia sozinho para a capital distante, a fim de pagar as contas na loja que abastecia a nossa quitanda.

Mas não há mais tempo. O motor do Opala treme e ronca sob o peso do pé decidido do homem grande, e o carro arranca. Para trás restam aqueles olhinhos miúdos, que passarão a conversar apenas com o vento assobiando, com a quadra e com as árvores ao redor.

Mais algumas horas, e o bairro ficará quente. Quente também é o olhar que, certamente, ela lança sobre a rua vazia que sobe em direção à avenida que leva à rodoviária.

Chegamos; desço do táxi e pego a mala.

Entro no ônibus — antigo, malcheiroso — que vai arrastar-se por duzentos e sessenta quilômetros. Terei de me arrastar junto, preso ao banco duro em que acabo de me sentar.

São cinco horas da manhã. O ar cheira a mofo e ao suor de viajantes que dormem; o mundo lá fora é escuro e indiferente. Lá vou eu, sozinho comigo mesmo, pouco ou nada sabendo sobre o que me espera.

Dentro da lata velha, passageiros conversam alto, ignorando quem tenta dormir, enquanto se remexem nas poltronas, procurando um lugar para apoiar a cabeça. Um sujeito pequeno, de rosto largo e adornado por um bigodinho fino dá ordens ao motorista, pegando passageiros pelo caminho e cobrando-lhes cada centavo da passagem. Parece o dono de tudo enquanto continua a receber viajantes, indiferente ao cansaço alheio e à pressa de chegarmos ao destino.

Nas paradas, galinhas cacarejam alto, misturando-se aos gritos de garotos e garotas que vendem produtos de toda espécie à gente que passa.

— Óia a cocada! Espiga de miii! Laranja doce!

O barulho invade o veículo, entra pelas janelas recém-abertas e me empurra ainda mais para dentro do assento.

Em meio àquele estrupício, vamos nós, abandonando a estrada de asfalto para entrar numa de terra. Aos sacolejos que maltratam e entortam a coluna, aproximamo-nos de L. A

cada parada, aumenta a poeira, que antes se agarrava ao rabo do transporte e agora sobe, sugada pelo vácuo deixado pelo monstro de ferro quando o motorista pisa no freio.

O corpo já pesa, os ossos reclamam. E, enfim, chegamos.

Tudo é estranho, diferente do que deixei há algumas horas. Uma sensação de abandono me invade, enquanto o bafafá da viagem — o ônibus chacoalhando, os passageiros, a poeira — permanece comigo. Parece que um ciclo de vida se fecha para mim, e outro se abre, como a concretizar a fala da minha mãe:

— Pra frente, meu filho!

Minha mãe, por um lado, é a energia que, somada à do meu pai, me impulsiona a enfrentar o mundo; por outro, é a força silenciosa que me ancora ao lar — embora não seja daquelas que passam horas afagando a cabeça do filho. Seu carinho é diferente: atento, cuidadoso, voltado à saúde e ao futuro dos filhos.

Desço na rodoviária às dez horas, com pensamentos e sensações tumultuados. O barulho deste novo lugar mistura-se à zoadá que ainda carrego de casa. Meus pais e irmãos, imersos na luta diária, parecem sobrevoar-me em fios invisíveis, prendendo-me a eles enquanto caminho entre rostos desconhecidos. Volto a lembrar-me do olhar de despedida da minha mãe e percebo, ao mesmo tempo, que a oportunidade de seu colo se torna cada vez mais distante.

— Moço, onde fica o banco?

Lá vou eu, caminhando em direção à agência. Os rastros que deixo nas calçadas se assemelham a garatujas — mas já não sou mais criança. Nesta caminhada solitária, desenho movimentos com cheiros diferentes, cores desconformes e gestos deslocados do lugar de onde venho. Ainda bem que as coisas se movem; se permanecessem paradas, que histórias haveria para contar?

Chego ao destino em menos de cinco minutos, mas cada passo me custou pelo menos o dobro do que parecia. O prédio, bonito e imponente, ergue-se diante de uma praça redonda que o separa da prefeitura municipal. Passo por uma calçada larga, sentindo a irregularidade de cada pedra, e subo os degraus que parecem reclamar sob meus pés.

O ambiente interno é pesado, quase opressor — assim como a mala que carrego, cujo peso me arrasta e me faz tropeçar. Levo comigo, além de roupas e objetos, todas as lutas da vida, as expectativas, os medos e as lembranças da morada que deixei.

A primeira pessoa a quem me dirijo — o subgerente — não tem dentes na arcada superior. Ele me encaminha a um funcionário magrinho, de camisa branca e calça azul-escura, sentado à mesa talvez destinada ao atendimento imediato dos clientes.

Ao comando do superior, ele deixa seu trabalho e me conduz até a pensão onde mora, a poucos metros dali. Seguimos caminhando pela avenida principal, com todos os sons ao redor se emaranhando nos meus pensamentos inquietos. Lá na frente, dobramos à direita e chegamos.

Instalo-me, e Dona D. já diz como será:

— Vocês têm de dormir no mesmo quarto!

Volto à agência com o novo colega, sentindo o prenúncio de uma rotina que, por ora, ainda não é minha. No restante da manhã, trabalho; e, no intervalo, almoçamos juntos na pensão.

— O que é que você não come?

— Fígado, panelada e...

— Minina, estrala um ovo aí pra ele...

Que falta de sorte a minha! Nem tive tempo de dizer-lhe sobre meu desgosto por ovos. Mas, faminto, engulo o primeiro recado forte da cidade: acostume-se.

Depois da refeição, retornamos à agência, seguindo pela avenida central. De ambos os lados da via, lares silenciosos nos observam. Cruzamos mais três esquinas e chegamos à praça em frente ao banco. Os jardins ao redor do prédio são bonitos, com flores coloridas, mas parecem não pertencer ao meu mundo.

Infelizmente, algo desse sentimento foi registrado num papel que assinei em branco — nada estava escrito, e eu confiei no colega que o colocou em minhas mãos.

Durante o expediente, inventaram uma farra no clube ligado ao banco, marcada para depois do trabalho. Lá estávamos todos, e eu, meio apavorado com tantos contatos e rostos diferentes, tentava me manter discreto. De repente, houve a leitura de uma carta que, segundo o leitor, teria sido escrita por mim naquele papel assinado.

O conteúdo foi lido em voz alta, num clima solene:

— Peço demissão do emprego, pois não gostei das cores do prédio, que não tem florezinhas na calçada; muito menos gostei do subgerente, que não tem dentes na boca.

Os minutos seguintes foram de silêncio absoluto; fiquei apavorado, perguntando-me como pude ter escrito aquilo.

O riso contido e os olhares fixos me fizeram perceber que, ali, tudo podia se transformar em espetáculo. Tinha caído no golpe da assinatura do jornal de circulação interna — gratuito; portanto, sem necessidade de assinatura pelos funcionários e muito menos de colocar rubrica em papel em branco. Percebi que também havia sido vítima de outros dois

troles: a máquina de procurar diferenças e o curso de caixa em Brasília. Não havia máquina alguma, e jamais teria conseguido um curso com apenas um dia de trabalho.

Quanta ingenuidade...

Após a farra — paga por mim — segui para a pensão. Jantei em silêncio, cada garfada lembrando-me da minha vulnerabilidade e do quanto havia para eu decifrar.

Assisti a um pouco de tevê na sala — a parte em nível mais baixo que o restante da pensão. O piso rebaixado me trouxe à memória a cozinha da casa dos meus pais, quando eu era menino, e senti uma pontada de nostalgia misturada a estranhamento.

O cansaço me venceu; o dia tinha sido longo e cheio de tensão.

Fui para o quarto dormir.

As paredes abrigavam duas redes, e, em uma delas, estiquei-me. Antes de adormecer, uma pergunta surgiu na minha mente:

— A espingarda do papai ficará na sala por muito tempo?

O pensamento me fez estremecer, e percebi que meu passado ainda podia me prender por algum tempo ao ambiente da minha casa, como um lembrete do que deixara.

Antes de dormir, mantive os olhos fixos no teto do quarto.

O burburinho de vozes — alguém passando na calçada da pensão? — entrava pelas frestas da janela, esfriando o quarto, e me chegava como uma canção de acalento, suave e envolvente, como um carinho na cabeça.

Então vi dois olhinhos me sorrindo, pequenos faróis de ternura no escuro.

— Boa noite, meu filho!

Fiquei aquecido. O mundo desapareceu, restando apenas a presença dela, silenciosa e firme, a lembrar-me de que, mesmo longe, ainda havia um lar para mim.

Plic, plic. Ploc, ploc.

Cristiane Titoneli

Há uns três anos, entre mil quinquilharias de uma loja chinesa em Copacabana, achei um tesouro guardado: um guarda-chuva de um amarelo único. Um fragmento de sol capaz de me colocar a salvo das mais intensas intempéries.

Desde então, meu guarda-chuva vive elegantemente pousado no mancebo, junto à porta de serviços. Dali, encolhido e recatado, ele me espreita e chega a me excomungar por tê-lo exilado naquele canto solitário da casa.

Quem o vê assim, fechado, pudico e sisudo, nem imagina se tratar de um exibicionista, que aguarda um pequeno sinal para deslizar suas afiadas garras e descortinar-se em um berrante amarelo-ovo.

Automático, pneumático, com hastes telescópicas, tecido impermeável e estrutura de carbono, meu guarda-chuva, definitivamente, tem todos os motivos para se sentir único quando o pego pelo braço e o seguro forte em minhas mãos para caminharmos sozinhos na chuva, que saltita melodiosa sobre a minha abóboda dourada. Plic, plic.

A solitária mulher da esquina, tragicamente vestida de branco, busca atordoadada um refúgio e não disfarça a inveja ao me ver hermeticamente guardada, aninhada nos doces braços do meu guarda-chuva amarelo.

Até mesmo os carros reduzem a marcha e, como que hipnotizados, mantêm atenção para esperar a travessia do meu guarda-chuva amarelo.

Ele gira, abraça o vento e, sob a regência da chuva, me conduz em uma suave valsa. Plic, plic. A calçada é nossa. Deslizamos pelo passeio encharcado e o sinto ouriçar quando os pingos de chuva o acariciam quase libidinosamente. Ele é meu escudo. Meu companheiro. Somos um só.

A chuva tintila o seu plic, plic e caminha caprichosa pelas vitrines envidraçadas. Inclino meu guarda-chuva e o repouso sobre o ombro enquanto procuro desesperadamente por algo na bolsa. De repente, bem do outro lado da rua, a chuva lava com força a fachada de uma boutique. O pequeno jacaré decalcado no capacho de entrada quase se esmaece sob o jato d'água. Era a loja preferida do meu pai.

O boné preto e a camisa listrada, encomendados meses atrás, ainda enfeitam o resignado manequim. Ninguém apareceu para pegá-los. Já havia lembranças demais.

Meu guarda-chuva permanece estático. Sabe que, apesar de fenomenal, não é capaz de me proteger de tudo. Não me põe à salvo da saudade e tampouco é capaz de aliviar a minha dor. Sem meu refúgio dourado, me inundo com o suave choro da chuva, plic, plic, e meus olhos transbordam, ploc, ploc.

Rapunzel

Gabriela Pimenta Martins

Eu costumava acordar com frases na cabeça. Agora eu acordo com notificações.

Hoje, por exemplo, acordei com a ideia perfeita para um conto sobre Rapunzel. Não aquela da torre, mas uma outra, presa não por bruxas, mas por tarefas. Uma mulher que deixa o cabelo crescer porque não tem tempo nem de marcar salão, sabe? Uma Rapunzel que não quer ser salva — quer só trinta minutos de silêncio.

A ideia veio inteira enquanto eu procurava a outra meia do uniforme. As meias e calcinhas também somem na casa de vocês?

Sou loira, de olhos escuros, e tenho olheiras que parecem sublinhar tudo o que eu não fiz. Eu devia ter feito uma escova no cabelo, ele é meu ponto principal no quesito beleza e está todo amassado. Entro no carro já atrasada, as crianças discutindo sobre quem pegou o estojo de quem. Ligo o motor, respiro fundo, e me jogo no trânsito caótico de São Paulo como quem entra numa guerra cotidiana.

Eu tenho medo de ser assaltada no carro. Sempre. Principalmente quando paro no farol da esquina da padaria. Olho pelos retrovisores como se fossem olhos extras. Aqui os níveis de cortisol devem se equivaler aos de um cervo fugindo de uma leoa. Penso na bolsa no banco do passageiro. Penso que devia ter deixado no porta-malas. Penso que devia ter escolhido morar em outro lugar. Penso que ainda não paguei o boleto da escola. Vence hoje? Ou era ontem? Meu Deus, será que era ontem?

Dobro a esquina e um motoqueiro surge do nada, raspando no meu retrovisor.

— Filho de uma puta! — eu grito, já com o coração disparado.

— Mãe! — minha filha me repreende do banco de trás. — Que feio!

Respiro fundo. Peço desculpa para ela. Não para o motoqueiro. Para ela. Meu Deus, que mãe horrível.

No rádio, quase inaudível, ecoa “APT.”, da Rosé com o Bruno Mars. A música entra e sai como se estivesse debaixo d’água, misturada ao barulho das buzinas. “Don’t you know...” — eu não sei. Eu realmente não sei de nada às oito da manhã. Bel cantarola a música, já que tem aulas de inglês na escola. O inglês dela já já será melhor que o meu. Espero que a escola sirva ao menos para isso.

Meu filho resolve abrir a lancheira antes da hora. Eu vejo pelo retrovisor o momento exato em que o pote vira.

Os morangos cortados em formato de coração caem no banco. Eu acordei mais cedo para cortar aqueles morangos em forma de coração.

Sinto o choro subir como refluxo. Não é pelos morangos. É pelo gesto de delicadeza inútil.

A Rapunzel moderna dirigia também. Sim, ela dirigia. Ela não estava numa torre — estava num carro financiado em 48 vezes. Ela olhava o retrovisor como se esperasse que alguém a chamasse pelo nome verdadeiro. Qual era o nome dela mesmo? Não era Rapunzel. Era...

“Preciso comprar papel higiênico.”

“Tem reunião às 14h.”

“Responder aquela editora.”

“Minha mãe mandou aquela mensagem estranha ontem... ‘Depois precisamos conversar sobre aquilo.’ Aquilo o quê? O que é aquilo? Será que aconteceu alguma coisa? Será que é sobre a herança da tia? Ou eu fiz alguma coisa errada? Eu sempre faço alguma coisa errada.”

O farol fecha. Eu penso na Rapunzel. Ela tinha medo também. Não da bruxa. Do silêncio depois que as crianças dormiam. Do eco dos próprios pensamentos. Ela sonhava em escrever sua própria história, mas sempre havia uma torre para limpar, uma trança para desembaraçar, um boleto para pagar.

Atrás de mim, uma buzina longa.

Eu avanço.

Minha filha fala sobre uma prova de matemática. Meu filho pergunta se pode levar o *slime* hoje. Eu digo não. Eu digo talvez. Eu digo depois a gente vê. Odeio *slime*, quem inventou isso?

A música sobe de novo, a voz da Rosé misturada ao timbre do Bruno Mars, e por um segundo eu quase lembro o final do conto. A Rapunzel moderna não jogava os cabelos pela janela.

Ela jogava—

Eu estaciono em frente à escola. As portas se abrem. Mochilas, beijos rápidos, “tchau mãe”, “te amo”, “pega os morangos que caíram”, “já vou”.

O sinal toca.

Eu fico sozinha no carro.

Silêncio.

Qual era mesmo a história?

Eu sei que tinha uma torre. Eu sei que tinha cabelo. Eu sei que tinha uma mulher que queria escrever.

Mas agora só consigo pensar que preciso passar no mercado.

Stregone, o adivinhador.

Edmar Salles

O sorridente Zio Pasquale era uma espécie de showman da família. Encanador de profissão, tinha um dom incomum difícil de descrever. Visionário, profeta, cabalista, astrólogo, não sei dizer o que era. Digamos que era um adivinhador.

Fazia um único tipo de previsão mas nunca, jamais errou um resultado.

Para os parentes era o zio stregone, o bruxo.

Não havia ultrassom naqueles tempos e o sexo da criança só era conhecido depois de parida. Não para quem consultasse o Zio Stregone. Não cobrava pelo trabalho.

Pedia apenas uma dose antecipada de caninha.

Chegava vaidoso de seus dotes, tirava o paletó, ajeitava os suspensórios e virava o copinho de um gole só para iniciar o trabalho. Tirava um caderninho preto do bolso da camisa e fazia uns dez minutos de cálculos.

Somava as letras do nome do pai com as letras do nome da mãe, diminuía o tempo de gravidez, mais isso, menos aquilo, dividia por tanto, multiplicava por não sei quanto, contava as luas, somava os astros, dividia tudo por treze e, convicto, dava o veredito final.

- É maschio. - É femmina.

Não errava uma. Guardava no caderninho cálculos datados de cada previsão para esfregar na cara de quem ousasse de duvidar dele. Estavam todos lá, décadas de acertos. Nunca revelou a ninguém o segredo da sua habilidade, nem onde e com quem aprendeu.

Corria na família um boato, nunca confirmado, que ele tinha um caso com uma cigana da Mooca.

Quando eu nasci ele já tinha calculado com precisão o sexo de todos os sobrinhos, netos e bisnetos, inclusive o meu, dos meus irmãos e de uma centena de vizinhos. Acertou todos na mosca.

Antonella, a sobrinha bisneta predileta do Zio Pasquá engravidou. Missão honrosa para o stregone.

Orgulhoso dos seus poderes mágicos caprichou nos cálculos. Fez e refez cem vezes antes de se pronunciar e, assumindo ares de sacerdote celta, vaticinou seguro:

- É donna, femmina, una bambina.

Alguns meses a criança nasceu.

Maschio, uomo, bambino.

A mãe ficou feliz assim mesmo mas o zio enlouqueceu.

Voltou ao caderninho e refez os cálculos.

Dez, vinte, cinquenta, mil vezes. Dava sempre menina.

Pasquale pirou.

Teria a velhice afetado sua habilidade? Seria efeito da inofensiva cachacinha? Para onde iria sua reputação agora? Antonella tentou confortar o tio bisavô.

- Vai se chamar Pasquale em sua homenagem, zio.

Nada o consolou. Pasquá ateu-se aos cálculos até a loucura. Morreu humilhado um ano depois, segurando o caderninho preto ao lado de uma montanha de números esotéricos.

O menino cresceu forte, alto, bonito, cabelos negros e longos. Diferenciado, refinado, encantava as mocinhas, tinha algo que os outros rapazes não tinham.

No dia em que completou 17 anos resolveu fazer uma surpresa para a família. Retirou-se da festa e voltou 40 minutos depois. Montado.

Vestia um longo branco bordado em paetês e aberto nas coxas, brincos luzidios que tocavam os ombros, um colar de pérolas com várias voltas que chegavam ao umbigo visível no decote ousado, sapatos vermelhos salto agulha, echarpe de plumas vermelho rubi envolvendo o pescoço, longos cílios negros, sombra cintilante nos olhos e na boca o vermelho exuberante, que décadas depois seria descoberto pela Paloma Picasso.

Um blues de boate de terceira envolvia o desfile.

Movendo-se sensualmente, dirigiu-se aos pais, avôs e tios reunidos na sala e anunciou.

- Signore e signori, vi comunico che Pasquale è morto.

Al suo posto è nata una stella, Pasqualina.

Foi um choque. A família nunca suspeitou de nada.

O pai enfartou. Agonizando os braços da patroa, pronunciou suas últimas palavras.

- Porca puttana, lo stregone aveva ragione.

Trajetória

Luiz Antonio Guimarães Cancellato

Houve um tempo em que eu acreditava com firmeza na transformação do mundo e na sabedoria dos homens. Buscava o conhecimento com paixão, lendo as mais variadas matérias que pudessem ampliar meu repertório de informações e teorias. Tinha a ambição de chegar a algum ponto em que vislumbresse a totalidade. Pensava até que esse clímax poderia se dar no último momento da vida. Se, um segundo antes de morrer, eu chegasse à Grande Compreensão, a vida teria valido a pena.

Os anos foram passando e, quanto mais eu sabia, mais fui percebendo que tinha coisas demais a aprender. Os livros, as conversas com quem eu reputava sábio, só me faziam perceber o quanto teria de percorrer para chegar a um parco entendimento de apenas uma parte da realidade.

Um dia fui atropelado pela pós-modernidade, definida como "a falência das grandes teorias". Percebi então a falibilidade de explicações abrangentes, a imprevisibilidade dos acontecimentos históricos, o papel do acaso na ordem das coisas, a minha indignação frente aos fatos, a perplexidade com o futuro.

Fui me dando conta da impossibilidade de abarcar o todo, talvez até da inexistência desse tal de "todo", renunciando àquela ilusão da juventude, ainda inebriada pela ambição de abarcar o saber humano, querendo bebê-lo com avidez, sem jamais se saciar.

Comecei a achar tudo muito confuso. Pessoas inteligentes e preparadas brigavam até o fim por suas opiniões divergentes frente a um mesmo fato ou processo histórico, principalmente político. Um dia eu soube que há um sem-número de lógicas, não mais aquela dos silogismos que aprendemos nas antigas aulas de Filosofia. Ah, sim, um estudo concluiu que há 23 maneiras de se viver a sexualidade, que já não sei distinguir de gênero ou orientação. Tropecei numa tal teoria das cordas, que talvez conteste o Big Bang. E recentemente li que nosso corpo é constituído principalmente de bactérias, temos um tal de bacterioma, somos muitos em um. Filósofos já falaram na impossibilidade do indivíduo.

Tudo piorou quando estudei os rudimentos das Ciências Cognitivas. Quanto mais se investiga a Razão, um dos pilares em que me apoiei tantos anos, mais se constata que a racionalidade é falha, tem serventia para nos justificar e nos agregar e não para atingir a verdade, seja lá o que isso for.

O grande plano de atingir o todo orgânico ruiu aos poucos, o tempo moderou o projeto megalomaniaco, vislumbrei toda a restrição do meu repertório cognitivo. Fui diminuindo a abrangência dos projetos, tomei consciência da minha pequenez, até me sentir um micro-organismo. Ou diversos micro-organismos, a crer na moderna Biologia.

Durante muito tempo procurei encontrar algo sólido, o monolito de 2001 - Uma Odisseia no Espaço, o meteoro Bendegó, que sobreviveu ao Incêndio do Museu Nacional, um dado criptografado na nuvem cibernética e imune a vírus. Um dia acreditei nessa possibilidade, mas tudo o que é sólido desmanchou-se no ar. Talvez a verdade seja etérea.

Já mudei de ideia mais de uma vez, talvez ainda ache outro jeito de chegar a um ponto culminante da existência. Pode ser, também, que a pretensão de atingir esse clímax seja uma grande bobagem. Pensando bem, é o mais provável. Mas alguma indagação sempre se impõe. Percebo hoje que a busca da transcendência é um vício, uma vez instalado é difícil de se erradicar, mas tentei com fervor.

A velhice me fez assumir a insignificância com naturalidade, como se sempre tivesse sido assim. O problema é que custei a percebê-la. Ainda busco, aqui e ali, algum fragmento de saber, para dar conta de dúvidas pontuais, meros espasmos. Frente a tudo isso, mudei radicalmente meu objetivo transcendental. Agora quero atingir a sensação de completa ignorância. Deve ser libertador dar-se conta de que tudo é uma grande ilusão. Contemplar o Caos será a glória suprema. Se, um momento antes de morrer, eu puder dizer, gostosamente e com convicção, “Não entendo porra nenhuma”, a vida também terá valido a pena. No mínimo, foi divertida.

Urucuia

Fabiola Terra

Da ponte, eu vi. Ele vinha sucurizando, água abaixo, cheio, enchevarado, avermelhado. Era da cor do urucum, do barro que se levantava revirado e tingia a corredeira. Desci do carro, porque, mais do que ver, queria sentir. Estar naquele lugar era como ser cúmplice e personagem, não de uma história, mas de um acontecido de tempo passado. A estrada vazia. O silêncio, quase inteiro. Só um ou outro som barulhava o céu. O beiral da ponte me separava da vontade de entrar no frescor da correnteza. Ela não parava de passar, e eu não cessava de pensar. Aquele monte de água estava inteiro ali, pertinho de mim, e materializava, turvado, tudo o que eu havia imaginado desde que o conheci, viajando pelas páginas do livro. Naquele momento, quando falei em voz alta para confirmar o real, o nome soou mais bonito, mais forte, mais rio.

Tímido no começo, raro de caudal, vinha córrego, nascido nos chapadões. Até chegar naquelas bandas, tinha cruzado fronteiras, alargado seus barrancos, se ajuntado de outros como ele. O destino era infindo e jurado, sem nunca ser mudado. O velho Chico o esperava todos os dias, todas as horas. E ele ia, ia, ia. Ia água, ia lama, ia peixe, ia gente.

Passei um tempo no encanto, vendo todas as canoas que já haviam levado e trazido almas de um lugar para o outro. Elas continuavam lá, abaixo, acima, de travessia. Não era todo mundo que via, só quem tinha olhos de ver, como eu. Eram jagunços, vaqueiros, mulheres e crianças. Seguiam rumando vida, canoando sonhos, procurando veredas e buritizais para fincarem morada.

De tão enrioizante que era, o povo de suas margens era chamado de “urucuianos”. Não eram apenas ribeirinhos, tinham nacionalidade própria. Viviam com ele, na seca e nas cheias. Acompanhavam suas mudanças, seguiam sua fluência pelas sombras dos buritis, nos sumidouros, na Pedra do Escorregador. As cidades que o recebiam bem no meio delas sentiam orgulho de serem donas.

Nas beiras, abraçando tudo, no longe, as gerais corriam perpétuas. A do Cipó era a mais valente. Alta, coberta de verde, vez ou outra mostrava o vermelho do chão. De um lado e do outro, cuidava do curso d'água. O cerrado crescia depois das chuvas e cobria a imensidão. Nas macegas, no chão ensombrado do pequizeiro e nos pés de fruta-de-lobo, o sertão renascia.

Engrandecida de ideia, de torrente e de infinito, cruzei a ponte para a volta da minha vivência, mas a vontade era seguir a serra, subir o chapadão, escurecer na noite do cerrado e ouvir o uivo do guará. Depois, virar rio e, com o Urucuia, desaguar eterna.

Varal de lambaris

Paulo Krauss

Tive a maior aventura de minha vida aos cinco anos de idade. Logo após o almoço, percebi meu irmão Carlos, quatro anos mais velho, saindo de fininho rua acima. Com mais uns sete amigos, levavam varas de pescar e algumas sacolas. Assim que passaram da esquina, fui atrás.

Era a primeira vez que eu saía sozinho de casa. Minha mãe estava trabalhando na banca de jornais onde era funcionária. A tia Rosi, que cuidava da gente, lavava a louça na cozinha.

Meu irmão e os amigos iam animados sem olhar para trás. Eu os seguia a cerca de 100 metros, me escondendo em árvores, postes, arbustos e uns poucos carros naquele bairro Uberaba, da Curitiba dos anos 1970.

Me era estranho aquele caminho, que eles pareciam conhecer bem. Por uns 30 minutos, fui descobrindo minha vizinhança. Casas de madeira, muitos cachorros, árvores com frutas. Um bar, dois armazéns, nenhum mercado nem farmácia. Estrada de terra, à espera do asfalto prometido.

Os meninos deixaram a rua e entraram por meio de uma vegetação baixa, até sumirem. Logo descobri a causa. Um tanque de água, varas, sacolas, roupas largadas na beira. Gritavam de alegria enquanto mergulhavam. Soube mais tarde, ali eram as temíveis cavas do rio Iguaçu, areal da região. A cada verão, meia dúzia de adolescentes morriam afogados. Dez anos depois, meu primo Mauro seria um deles.

Cheguei e já ia tirando a camisa quando fui denunciado. Meu irmão saiu da água furioso gritando: “Nem pensar, vamos voltar pra casa agora, piá”.

Desafiei: “Vou contar pra mãe onde você tá”.

Carlos pensou bem e não quis correr o risco. Me colocou num cantinho raso e ameaçou: “Se sair daqui, volta pra casa”.

Que maravilha, minha primeira aventura na infância, atravessando o Uberaba sozinho até chegar ao rio. Depois do banho, hora da minhoca no anzol. Mais de uma hora fisingando quase quarenta lambaris.

O que eu não sabia é que o melhor estaria na volta. Paramos no campinho de futebol perto de casa. Uns guris começaram a acender uma fogueira enquanto outros sacavam canivetes para limpar os peixes. Recebi uma missão de meu irmão: “Diz pra tia Rosi que

estamos brincando no campinho. Traz meia xícara de sal, um prato e uma garrafa de limonada que deixei na geladeira”. Que emoção, eu agora fazia parte do grupo. Com tarefa importante e tudo mais. Tia Rosi nem deu bola quando passei em casa, na verdade 50 metros quadrados de madeira, chuveiro de latão, água de poço e sem banheiro. Fazíamos nossas necessidades na “casinha” construída por meu pai no fundo do quintal: um buraco de dois metros cavado no chão e cercado por tábuas.

Quando voltei, o fogo estava alto. Sobre as chamas, um varal de lambaris: uma dúzia de galhos fincados ao redor do fogo. Arames amarrados de lado a outro, todos carregados de peixes pendurados. Lambaris na brasa com limonada foram o ápice do dia.

Aos 18 anos, fui voluntário no Exército, de onde saí tenente. Morei ilegalmente no estrangeiro por cinco anos, fui repórter em Tóquio por treze meses. Surfei com os nativos em Bali, esquiei com os bacanas em Aspen, corri a 100ª São Silvestre. Escalei o Monte Fuji no Japão, subi a Muralha da China.

Mas a maior aventura de minha vida foi aos cinco anos de idade na periferia de Curitiba, sul do Brasil. Eu era um nada, mas tinha em mim todos os sonhos do mundo.

Finalistas

Centro

Henrique Alves

Dissipada a poeira pensamentosa nas escadas do Central. Correio... mensagens e destinos. Sorvem-se os cheiros do carrinho de pipocas e outras guloseimas. São provenientes das mãos que também prepararam a terra para o plantio das hortaliças vendidas nos dias de feira, mesma terra preexistente abaixo daquela cidade, quando o asfalto ainda não existia debaixo das solas dos sapatos, sandálias e plantas dos pés caminhanes e, ainda, a mesma terra que um dia cobriria o corpo do morto, seguindo o desejo do vivo. Nem se sonhava com internet, tablets e redes sociais, mas a vida já era acelerada, estonteantemente urbana e veloz, em simbiose com o tempo e em contraponto com os astros. Talvez algo divino semeasse dom de vento naquelas mãos artesãs, produtoras do perfume que adentrava os narizes desenfreados acima das pernas andantes — embora desconexas, eram parte integrante de um todo onde havia tudo, menos calma. Cheirinho de açúcar no fogo. Cheirinho bão demais.

“Quanto é?”, “Cinco”, “Me vê um!”. Perplexos andam e apressados correm andando. O sinal fechou.

Uma senhora levemente arredondada, vestida em vermelho vivo, de cabelos esvoaçantes em tons de cobre, vem abrupta, pelas faixas brancas e pretas. Parecia nervosa. Tropeça na calçada descalçada, olha para o chão e para trás. Um moço sentado no último degrau da escada acompanha a estranha paisagem com vontade de rir, mas sua atenção é desviada para a correria dos estudantes universitários que passam cantando Tim Maia em direção ao boteco da sinuca.

Algumas mulheres seguram seus pertences mais firmemente e dois meninos vêm sorrindo descalços numa velocidade maior que a do som “pega ladrão!”. Cruzam a avenida enfurecida no meio dos carros ferozes e desaparecem. Quase trombam no cego que tateia a cidade com sua bengala improvisada. Sorte um rapazinho estar segurando-lhe o braço.

Mais adiante, a orquestra trágica e melancólica de buzinas parece entoar funebremente os cânticos dos acidentados espatifados no chão, que impedem a passagem dos veículos.

Um senhor magro e forte, de nariz e orelhas proeminentes corre em longas passadas... em vão. O motorista do ônibus já havia dado a partida no motor.

Enquanto isso, a dona de vermelho, vestida de indignada senhora, aproxima-se do fazedor de aromas:

É uma vergonha aquilo dali! — e levantando a voz ao mesmo tempo em que pendula o indicador para cima e para baixo, como se fosse sua mãe, — Alguém tem que dar um jeito naquilo, como está não pode ficar!

O pipoqueiro traja um avental branco por cima do resto da roupa e não move nem meia pupila para a mulher. Está concentrado, em seu ritual diário, ba- lançando a panela em movimentos circulares para não queimar o açúcar. Nesse ínterim, enquanto um carteiro passa correndo entre um policial militar e uma vira-latas adoentada e de costelas à mostra, um ônibus encosta o máximo que pode para resgatar passageiros, um moço bigodudo escarra no chão e um menino chupa picolé, ele, o mestre das pipocas, amendoins e cocos, nada diz. Finalmente, com um pano, segura a alça da panela, abre a porta do carrinho e ali guarda a caçarola com o manjar cotidiano dos deuses. Põe as mãos lentamente no bolso do avental e levanta os olhos em direção à inquieta mulher, como quem diz “hã”, voltando do transe do fogo. Ela, por sua vez, alterada por puro automatismo, aumenta o volume:

— Não tem condições! Cadê os guardas? Você que está aqui todos os dias, não conhece nenhum? Tem que dar um jeito naquilo, entendeu? É absurdo! Vê se pode?! — e os dedinhos inchados da senhora rubra apontavam um mendigo sentado no chão, entre os automóveis, no meio da via.

Aquele morador de rua apresentava um corpo sofrido e contornado pela paralisia infantil, suas pernas eram atrofiadas, seus braços eram caniços de osso e pele. Prostrava-se em frente a uma caixa de papelão junto ao meio-fio. Somente sua carteira de identidade ficava em pé, presa entre as fendas da caixa onde tilintavam agora mais dez centavos. Tinha o rosto gasto e manchado feito limão no sol. Muito magro, sujo, suado e olhos cansados. Olhos cansados.

— Alguém precisa tirar ele dali! — continuava, irada. Ela agora já gritava, certa de que o pipoqueiro deveria resolver a situação ou fosse responsável por ela... Só não dava para saber se ela estava preocupada com o fato de o mendigo estar se aventurando em esmolar em áreas perigosas ou se estava incomodada com o que parecia considerar uma visão nauseante de um ser que destoava do resto das pessoas. Provavelmente a segunda opção, na verdade, não parecia ligar a mínima para o pedinte, como se a condição de saúde fosse culpa dele e a miséria fosse escolha própria... enfim, pode ser que fosse até mesmo a mistura dos cheiros do coco com o do mendigo que a estivesse incomodando. De qualquer forma, independente de não se sentir parte daquele problema social, abaixo dos cabelos ruivos, o

pensamento da senhorinha escarlate era de que a pobreza é problema dos outros e fim de papo, ela sentia que tinha que fazer alguma coisa, qualquer coisa, então berrou com o pipoqueiro e libertou-se do fardo que cismou de carregar.

Passam as formiguinhas com suas vassouras rápidas e mágicas, levantando e revolvendo o pó sujo e arremessando mais para adiante o palito do picolé do menino que acabava de se lambuzar, satisfeito.

“Quanto é o coco?”, “Cinco, mas ainda vai sair”, “E o amendoim?”, “Cinco, também”, “Vou querer um. Obrigado”.

Bem alaranjadas, as garis empunham suas varas de condão e em poucos segundos também desaparecem, não sem antes deixar um olhar de cara feia repreendendo o moleque recém-açucarado.

Gritam de um lado: “É o giz, é o giz! É o giz chinês: mata barata, mata formiga, é o giz! É o giz chinês”.

Do outro: “Vai dar cobra, vai dar cobra! É o cartão premiado! É o último e vai cinqueeeecenta milhão”!!! E no fundo: “Bala halls é um real”, “Pilha duracell, três real”, “Cola super bonder, um real”, “Isqueiro, envelope, pendrive, brinquedo voador!!!”, “Três par de meia, dez real”, “Limpa e desentope o seu fo- gão a gás: é um, é dois, é três! Vai levar, freguês?”

Os anúncios gritados pelos camelôs e ambulantes ressignificavam o singular e o plural das sentenças dos vendedores, que entoavam com intensidade seus mantras, aquelas melodias que ficam na cabeça da gente, com toda a licença poética que a recorrente e costumeira vida comercial das cidades nos proporciona.

Alguns passos param: “Me empresta o fogo?” — com o cigarro na boca. Shhhhh, com o fósforo aceso na mão, chupando fumaça para dentro. Um bêbado passa cambaleante e para em frente as mulheres seminuas nas capas das revistas da banca de jornal.

O pipoqueiro deixa à mostra um meio sorriso indiferente, começa a cortar o coco maduro em pequenos pedaços que se misturam ao açúcar da panela. Em contrapartida, a dona vermelho sente que sua função foi cumprida à risca e pega um táxi estacionado em local proibido, sem se dar conta que as estratégias quase secretas do mundo podem ativar, a todo e qualquer momento, as ressonâncias de algo que se poderia chamar mimetismo do destino. Mais um encontro espiritual e um possível aprendizado são desperdiçados.

Salamaleques de um louco que fala sozinho encontram a reciprocidade da multidão desesperada, enquanto duas amigas que há muito não se encontravam se dão três beijinhos e seguem sentidos semi-contrários. Uma vovozinha daquelas que dá vontade de apertar, a

passos lentos e de olfato aguçado, pergunta: “quanto é?” e recebe “cinco” no troco da resposta. “Me dá dois, quentinhos”. “Pra senhora faço por oito os dois”. Abre um saquinho que vai comendo no meio do caminho e o outro guarda na bolsa de moda antiga, surpresa para a netinha.

O pipoqueiro guarda o dinheiro e o cheiro amistoso de seu trabalho orgânico se espalha pelo cotidiano sem ciclos. Na ardente matiz da existência, uma pessoa talvez tenha querido saber das horas... E o aroma, em seu sublime ápice, insuportavelmente bom, coloria sem saber e sem querer o caminho acelerado daqueles pés do centro da cidade e o sofrimento tedioso dos que não têm pressa ou esperança de caminhos.

E não se poderia dizer que a vida tinha voltado ao normal, porque não havia saído dele.

“Quanto?” — “Cinco!”.

O sinal abriu, mas antes disso, piscou três vezes.

Transição de carreira ou craca de tartaruga

Raquel Castro de Souza

Por volta das 12h45 de hoje, perdi a cara de turista em Ouro Preto. Desde 2017, quando comecei a trabalhar na cidade, até o início desta tarde, eu preservava o ar de gente que passeia, meio perdida, olhando as coisas pela primeira vez. Mas pouco antes das 13h, passei a andar com ar cansado, franzindo a testa, incomodada com o sol e com as pedras escorregadias na descida do morro. Não precisei esperar nenhuma confirmação: alguém se aproximar pedindo informação como se eu fosse moradora ou os guias turísticos locais deixarem de me oferecer passeios de jardineira pelo centro histórico. Eu simplesmente soube que era o fim da minha fase flâneuse.

Às 13h30 estava na sala de aula, mas os alunos só começaram a chegar às 14h alegando que a fila do restaurante universitário estava enorme. Sempre está. Muitos nem apareceram e mandaram notícias de que estavam cansados por causa de uma excursão para o museu do Inhotim no dia anterior. Entre os que compareceram, apenas dois afirmaram ter lido o texto para a aula. Um deles teve uma crise de ansiedade e precisou sair da sala e o outro se enganou, tinha lido o texto de outra disciplina.

Às 17h encerrei a aula e decidi pegar o ônibus dos professores que sai do campus às 17h15 com destino a Belo Horizonte. Não gosto do ônibus dos professores, apesar da comodidade de não precisar me deslocar para a rodoviária e esperar o sempre atrasado ônibus da companhia Pássaro Verde.

Na primeira vez que peguei o ônibus dos professores senti um mal-estar. Todas as cortinas estavam fechadas. A escuridão não era total por causa de algumas luzes de celulares, tablets e computadores abertos em planilhas do excel ou e-mails institucionais cheios de “prezados”, “segue em anexo”, “grato pela atenção” e “cordialmente”. Os outros cochilavam. Esperei um tempo e reparei que mesmo os acordados não abriam as cortinas. Pensei que deveria haver um acordo sobre isso. Para preservar o sono dos cochiladores, ou por algum outro motivo que eu desconhecia, parecia ser proibido olhar para fora e deixar a luz entrar.

Mas eu enjoou. Tenho um arsenal de técnicas e estratégias para enfrentar minhas viagens semanais entre casa e trabalho, que ficam a cerca de 100 km de distância, e uma delas é olhar o horizonte ao longe pela janela. Além disso, naquela época eu ainda era apaixonada pela paisagem que, apesar de corroída pela mineração, ficava especialmente bonita no final

da tarde. O sol mal se punha e a lua já aparecia. Ia brotando, brilhando e brincando de se esconder entre as curvas perigosíssimas da Serra da Santa na altura de Itabirito.

No escuro, sem sol nem lua, não demorou muito para eu começar a suar frio e a ficar claustrofóbica. Ainda no distrito de Cachoeira de Campo (não tenho certeza disso porque fiquei com vergonha de olhar pela fresta da cortina para conferir) veio a vontade de vomitar e tive que ficar bem quieta, respirando devagar para controlar a náusea. Quando não aguentei mais, tomei coragem e abri uma gretinha da minha cortina. A luz entrou cegando meus olhos e eu respirei fundo uma rajada de vento totalmente imaginária porque o vidro era completamente vedado. Praticamente não existem mais janelas nos ônibus de viagem hoje em dia.

Nesta tarde, no entanto, eu estava mais preparada. Depois de muito evitar voltar ao ônibus dos professores e de algumas viagens inevitáveis e bastante desagradáveis, embora sem enjoo pelo efeito da ondansetrona que eu detesto ter que tomar, decidi tomar outra coisa: uma atitude. O ônibus parou no ponto de sempre, em frente à Escola de Minas, entrei determinada, dei boa tarde ao motorista com a voz um pouco menos aguda do que de costume, sentei numa poltrona bem no meio do ônibus e sem hesitação abri as minhas cortinas como quem puxa depressa o band-aid de uma ferida. Não deixei de ficar um pouco envergonhada porque o velcro que prendia as duas partes do tecido fez um barulhão. Mas o constrangimento não impediu meu grito interno de liberdade e rebeldia: Estou viva! Por que vocês não vivem também? Olhem para fora, para as montanhas que ainda restam! Apreciem o pôr-do-sol! Vejam a lua de sorrisinho! Vocês vão perder? Seus obtusos!

Perderam. Pareciam meio mortos. Apesar do meu breve gesto vital, também pareço, afinal estou no mesmo barco (ônibus, eu sei) partindo do mesmo lugar e indo para o mesmo destino.

Cheguei em Belo Horizonte às 20h35 depois de um engarrafamento terrível na saída de Nova Lima. Fui encontrar uns colegas da natação num bar. O acompanhante que um colega levou disse que costuma puxar assunto com as pessoas que não conhece com a pergunta: Qual seria o seu trabalho se todos os empregos pagassem o mesmo salário? Dez mil dólares por mês. Uma colega que começou a natação recentemente, uma moça linda, que é a cara da Rory Gilmore da série Gilmore Girls - o que me confunde porque ela deveria estar em Grey's Anatomy, já que é médica - respondeu que se pudesse escolher qualquer trabalho, trabalharia no Hospital do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

Ela trabalha no Hospital do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

- Poxa, você gosta mesmo do Hospital do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - nosso colega comentou.

- E você? – o rapaz seguia o sentido horário na roda dos sentados à mesa e eu era a próxima.

Respondi que remover craca de tartaruga era meu trabalho dos sonhos.

Percebi o disparate, mas depois lembrei que sou meio dispatada desde pequena. Quando era criança, se me perguntavam o que eu queria ser quando crescer, eu respondia com minha voz angelical (que preservo até hoje): Puta em Paris. Esse desejo de futuro persistiu na adolescência, junto à vontade de fazer biologia marinha, mas na vida adulta não pensei mais nisso (pelo menos conscientemente).

Muitos anos depois, quando meus amigos do ensino médio ficaram sabendo que eu estava morando em Paris, pensaram que eu tinha finalmente realizado meu sonho e me escreveram dando os parabéns. Mas não. Eu fui fazer uma parte do meu doutorado chatíssimo na Sorbonne, com bolsa do governo brasileiro. Puta desilusão. O bom é que eu morava no 19º arrondissement, um bairro de imigrantes, perto do Boulevard Belleville, que ficava lotado de putas chinesas. Eu passava por ali todos os dias e ficava encantada. Aprendi com elas a usar meia-calça grossa de inverno com efeito de transparência. Compro até hoje no site da Shein.

Sobre o sonho de remover craca de tartaruga, tudo começou quando pesquisei no google “como trabalhar embarcada”. Apesar de morar numa cidade sem mar, a cerca de 600 km do litoral, meus olhos com diagnóstico de blefarite e olho seco evaporador agravado pelo excesso de telas sempre buscaram o oceano. Eu queria chorar um mar inteiro e não conseguia. Pensava na possibilidade de mudar de carreira e não ver mais ninguém em terra firme, principalmente entre as montanhas de Minas Gerais. Isso foi no final da pandemia de coronavírus e eu estava exausta. As pesquisas na internet por “profissões no mar para quem não sabe nadar” associadas ao hábito compulsivo de comprar tranqueiras no site da Shein levaram o algoritmo a entender que eu gostaria de ver vídeos de pessoas removendo cracas de tartarugas marinhas e de baleias em alto mar.

Na wikipédia descobri que cracas são crustáceos marinhos com exoesqueleto duro, conhecidos por se fixarem permanentemente em superfícies como rochas, cascos de navios, baleias e tartarugas marinhas, filtrando alimento da água. Vi um vídeo no youtube em que um cara dizia que retirar as cracas não ajuda as baleias, só prejudica as cracas. O que não

importa muito porque a maioria dos vídeos de pessoas removendo cracas são feitos por inteligência artificial, o que, por sua vez, também não importa porque a maioria das pessoas nos comentários dos vídeos acredita na veracidade e na bondade daqueles que se dedicam à nobre tarefa de salvar tartarugas e baleias das cracas cretinas.

As cracas são hermafroditas e têm um pênis enorme. É, relativamente, o maior órgão reprodutor do reino animal.

Essa informação não me levou a lugar nenhum e com o passar do tempo minha decisão de mudar de carreira arrefeceu. Ainda recebo divulgação de vagas de pós-doc para observar baleias em Arraial do Cabo, mas eu não tenho os pré-requisitos necessários, especialmente a graduação em oceanologia ou biologia marinha.

Um amigo neurocientista, sabendo do meu interesse em animais aquáticos, me convidou para visitar o laboratório em que uma colega observa o comportamento de peixes. Perguntei se, tendo formação em teatro, eu poderia conduzir alguma pesquisa em psicodrama e ele prometeu que uma hora dessas vamos escrever um projeto juntos.

Na mesa do bar, por volta da meia-noite, o assunto tinha mudado de trabalho dos sonhos para o tema das relações não-monogâmicas na terapia. Não faço terapia e não tenho relações, então me despedi dos colegas e pedi um uber.

Cheguei em casa às 00h25, fui direto para a cozinha, destampeei o aquário e tirei de lá a Catarina. Segurando com uma mão a barriguinha, enquanto ela mexia aflita as patinhas e a cabecinha, comecei a tirar com a outra mão as craquinhas do casco, uma a uma, até deixar tudo bem limpinho. Devolvi a Catarina para o aquário e chamei a Clarice, que veio nadando rápido, ansiosa por se livrar das cracas também. Repeti o ato cuidadoso de arrancar com as unhas todas aquelas coisinhas grudadas. Coloquei Clarice na água e procurei a Cláudia. Estava escondida atrás do barquinho. Tirei ela de lá e coloquei na mesa da cozinha. Abri o armário, peguei uma pistola de cola quente e um potinho com pedras, contas, miçangas e pequenos objetos coloridos. Colei cuidadosamente todas aquelas coisas no casco gasto da Cláudia. Deixei secar por alguns minutos, admirei a composição de formas e cores neon e a levei de volta para o aquário.

Amanhã, por volta das 8h, antes de sair para o trabalho, vou salvar a Cláudia de suas cracas e ela vai ficar agradecida.

Primeiros Colocados

3º Lugar

Escrever é um acerto de contas

Stella Florence

Os escolhidos, nos filmes, sempre cumprem seu destino: Frodo leva o anel até Mordor, Neo ganha uma moratória para Zion e reinventa Matrix. Mas você não é Neo nem Frodo: você era o meu escolhido e me abandonou. Você é como Anakin, aquele que se corrompe e termina por se esconder atrás do ridículo escafandro de Darth Vader. Você é um engano respirando com a ajuda de aparelhos. E como Obi Wan grita em seu desespero e frustração, eu grito também:

– Você era o escolhido!

Você me ligou e desligou como um sabre de luz num dia de pouca luta. E agora? Agora eu morro? Sim, você espera que eu siga o script até a última página. Saída discreta pela esquerda, quase uma personagem incidental. Só tem um problema: eu me recuso. Até aqui você ditou as regras, agora mando eu.

Compreenda quem eu sou: eu sou uma escritora. Compreenda o que escritores fazem: escritores escrevem. Compreenda como escritores escrevem: através da ficção, nós acertamos as contas com a realidade. É isso que nós fazemos. E, apesar de você não ter me dado quase nada, desse quase nada eu posso fazer uma crônica, um livro, uma saga ou um poema num guardanapo de papel. Eu posso fazer de você qualquer coisa que eu quiser.

Você não me amou, certo? Certo. Nada além de um incômodo para você e uma ferida para mim, tão igual a milhares de outros incômodos e feridas que infestam o mundo. Mas quando eu escrevo que você não me amou eu dou a essa ocorrência precária uma beleza que será só dela, eu permito que esse pouco e insuficiente amor saboreie alguma eternidade, ganhe um corpo, uma razão de ser, uma vida que valha a pena.

Mesmo que eu escreva dezenas de versões sobre a mesma ocorrência precária, ainda outras dezenas diferentes poderiam ser escritas. E, no instante seguinte, outras mil. Conter a vida é impossível. Conter a imaginação ainda mais. Escrever, portanto, não é conter ou limitar: é ampliar, é inscrever algo no eterno.

Se a realidade me favoreceu ou não, pouco importa ao meu ofício: quando eu escrevo, eu engravado de significados o que deveria ter sido e não foi. E a literatura é tão generosa

que não pede credenciais e provas de bravura, ela a tudo aceita. Ela aceita, veja só, até o seu pouco amor por mim.

Por isso, onde eu deveria morrer, eu vivo. Onde eu deveria me calar, eu falo. Onde eu deveria seguir em frente, eu estanco. Onde eu deveria esquecer, eu lembro. Porque aqui, na ponta dos meus dedos em que dançam essas giletes, ao menos aqui nestas páginas, meu precário amor, você não tem nenhum poder sobre mim.

2º Lugar

Santiago se levanta

Luís Henrique Santos de Oliveira

Em preto e branco, o menino está ali. Cabelo penteado pro lado, cachecol enrolado no pescoço, suas sobrancelhas estão franzidas quase em protesto. Chego mais perto. As pálpebras caídas deixam seus olhos tristes e confusos. A formalidade da roupa parece pesar naqueles ombros finos, é como se ele tivesse sido empurrado para dentro daquele paletó. Chego ainda mais perto. Tudo ali é estranho e doentio, a estética típica dos registros policiais. Mais perto: a imagem se embaça e tudo se desfaz em pequenos pontinhos agrupados que formavam o rosto dele. E a boca entreaberta, os dentes da frente à mostra, como se ele tivesse alguma coisa muito importante pra falar. Não falou nada. Dou meia-volta.

Eram dez horas da manhã em Santiago e eu queria chegar no hotel até às onze. Encontrei a foto desse menino no caminho, emoldurada e pregada num muro bem em frente à feira.

— Um mistério — disse um dos vendedores quando eu perguntei. — Dizem que a família colocou essa foto quando ele desapareceu, usando uniforme da escola e tudo. Anos 70.

Época horrível, ele ia dizendo. Mas, segundo ele, obviamente não teria como eu saber, a não ser que eu fosse trinta anos mais velho.

— Ou trinta anos mais chileno — completou a senhora que vendia verduras. Essa era mais cínica, e simpatizei com ela por causa disso. Ela me passou mais informações, peguei o que eu consegui do seu espanhol atropelado: o menino tinha catorze anos quando desapareceu, era outubro de 73, ele tinha acabado de voltar da escola e simplesmente evaporou. É incrível como alguns jovens latinos costumavam evaporar misteriosamente com o calor. Ela que disse.

O resto foi uma troca de sarcasmos sobre o clima, num espanhol que eu não entendi direito. Tentei rir com eles, com um constrangimento de não saber exatamente o que sentir. Em momentos assim as pessoas costumam rir, balançar a cabeça para o vazio, olhar em volta, talvez pegar o celular para disfarçar o mal-estar de não saber o que fazer com as mãos. Esperam um momento de silêncio e então já podem dizer: que loucura. E a vida segue.

Dez e quinze da manhã. Sigo meu caminho pro hotel, com a luz do sol na cara. Tem alguma coisa no ar que seca minhas lentes de contato. Aperto minha vista. A imagem do menino ainda queima na minha retina, aparece e desaparece conforme eu pisco os olhos: Cabelo penteado. Cachecol no pescoço. Sobrancelha franzida. Olhos caídos. Boca entreaberta.

Nem sei explicar por que aquilo me grudou na cabeça. Senti de repente uma pena por aquele menino da foto. Evaporou aos catorze. Penso naquele seu paletó, foi comprado pela sua mãe, imagino. Ou melhor: herdado de seu irmão mais velho, por isso ficou largo nos ombros. O uniforme da escola todo preto, como num luto adiantado por si próprio. Te imagino, menino, correndo nos intervalos das aulas pela Calle Agustinas, numa Santiago desenhada por Neruda. Eu te vejo com os seus 1,60 de altura e 50 quilos, o mundo ainda tinha as cores desbotadas e o granulado dos anos 70, o sinal toca, você volta pra escola.

Mas de que adianta tudo isso? Uma foto colada no concreto não te faz menos morto. E do que adianta eu gastar uma manhã de férias pensando em você, se continua enterrado a sete palmos de algum chão muito distante? Eu não te conheço, menino. Inventei sua altura e seu peso, mas nem mesmo me dei ao trabalho de pesquisar o seu nome. De que nos serve esse olhar passageiro, quase turístico, sobre o trauma alheio? Me diz, garoto, de que adianta? Vamos pensar em outra coisa.

Olha só, lá na esquina alguém começa a tocar um violão: *mi paso retrocedido*, cuando el de ustedes avanza... Atrás do músico, na parede, existem mais rostos. Uma fileira de fotos coladas na pedra, em preto e branco.

Eram, todos, desaparecidos de Santiago. Voltam até mim registrados nesses pontos não-turísticos — fotos coladas em muros, placas que indicam antigos centros de tortura, calçadas com nomes e idades inscritos no concreto, ou nem isso: números, apenas números empilhados como coisas em boletins estatísticos. Foram doze desaparecidos num imóvel em Santa Lucía, setenta e seis em La Legua, noventa e oito na rua Londres, algumas dezenas na Villa Grimaldi, mil quatrocentos e sessenta e oito no país inteiro. Ali, virando a Marathón, está o Estádio Nacional, dizem que os interrogatórios aconteciam no velódromo, onde verdades históricas eram forjadas em correntes de 110 volts.

Podemos ignorar esses lugares, se quisermos. Podemos passear por aí como sonsos em direção ao Cerro San Cristóbal, tomar um sorvete em Lastarria, talvez um vinho à tarde. O que eu tenho a ver com os desaparecidos de Santiago?

Então para que os fins de semana continuem brilhantes, para que os hotéis não desabem, precisamos ser sonsos, sonsos por instinto e dever cívico. Jovens obedientes são

patrioticamente sonsos, andam na linha, cabeça baixa, da escola pra casa e vice-versa, com a satisfação canina de que tudo está em ordem, como convém quando não se quer terminar como uma foto colada no concreto. Não pisar em falso. Respeitar os mais velhos. Honrar pai e mãe. Não ler certos livros. Podemos andar de teleférico e ver a cidade longe o bastante para não enxergar esses restos do passado. De cima, Santiago é quase perfeita. E eu, como um bom sonso, sigo meu caminho pro hotel, tiro minhas lentes de contato, finjo estar a salvo. Durmo e sonho com São Paulo. Me vejo na cidade-natal, com os monumentos, as ruas com nomes de coronéis, aqueles colonizadores banhados em bronze. Quantas vezes eu cruzei a Avenida Tiradentes sem saber que ali torturaram gente. Hoje uma agência de banco funciona no lugar, mas não existe nenhuma placa. Nada. Em São Paulo, a maioria dos fantasmas passa batido.

Mas Santiago é fiel. De noite, saio pra jantar e volto a ver os desaparecidos em suas fotos. Quero olhar mais de perto. Qualquer rosto se encaixaria ali. O bilheteiro do cinema, a caixa do supermercado, quase pensei ter visto minha vizinha Miriam no meio deles, e um cara que encontrei mais cedo no metrô. A idade de alguns me assusta. Muito jovens. E aí já é inútil ser sonso: o trauma tá cravado nas esquinas. Eles se prostram ali, todos em preto e branco, todos rígidos, aos pedaços, mas completamente inevitáveis. Não são para os mortos que se exibem essas fotos na rua, mas para nós, os vivos, que desfilamos por aí esbanjando cabelo, pescoço, olhos, boca, nome, endereço. Nós, que respiramos por aí como se viver fosse de graça.

E minha cabeça volta pro menino daquela foto o tempo todo. Aquele ali não me larga. Decorei as feições dele, aqueles pontinhos todos juntos. A câmera-policia que disparou aquela foto com a mesma vontade de quem puxa um gatilho.

Puxando pela memória, começo a reconstruir seus traços. Muitas pessoas estão no rosto dele. Eu o reconheço por aí. Se primeiro eu encarei aquele menino como um desconhecido, agora percebo o cabelo penteado em estranhos que vejo na rua. O cachecol em colegas de trabalho. A boca entreaberta nos meus amigos de infância. As sobrancelhas franzidas na minha mãe, enquanto ela dorme. Os olhos caídos são os meus, aos catorze, com um medo selvagem de não caber numa foto de família. Enfim viramos a mesma pessoa, menino. Aos poucos fui encontrando o que tem de mim em você.

Há em nós uma cumplicidade impossível.

Em outra existência, sou eu que estou preso numa foto e é você que escreve sobre mim. E você aproveita que o mundo virou do avesso e volta. Volta, garoto, e atrapalha o trânsito com toda a revolução dos seus catorze anos. Volta e gargalha nas esquinas, os

policiais vão suar frio. Entra num cinema e assiste a um filme qualquer, um daqueles proibidos. Volta e me diz o que fazer daqui pra frente, ou daqui pra trás, sai de dentro dessa fotografia, tira seus disfarces de adulto e vem.

Já é de manhã. Apoiada em seus traços, menino, Santiago se levanta com dificuldade e, com os seus 50 quilos a menos, volta a respirar devagar.

1º Lugar

Etiqueta para jantar sozinho enquanto a civilização desmorona

Theresa Cristina de Miranda Viduani Secundo

Existe uma diferença fundamental, quase ontológica, entre estar sozinho e ser um solitário. O primeiro é um estado civil, o segundo é uma conquista estética. No prelúdio do fim dos tempos, onde a manada humana corre desesperada em busca de abrigo ou de um último sinal de Wi-Fi, sentar-se à mesa desacompanhado de qualquer coisa que não seja o próprio pensamento é o ato mais subversivo que se pode praticar.

Jantar sozinho é, em última análise, a prova final de que você suporta a única companhia que realmente importa e que, provavelmente, é a mais difícil de agradar: você.

A etiqueta para o banquete solitário começa muito antes do primeiro talher ser erguido. Começa na escolha do local. Esqueça as praças de alimentação, esses purgatórios de fórmica onde o ruído mastigatório da humanidade se funde ao choro de crianças que já intuem o futuro sombrio que as espera.

O verdadeiro jantar do fim do mundo exige um certo isolamento solene. Uma mesa de canto, de preferência com uma toalha de tecido que já viu dias melhores, sob uma luz que não seja tão brilhante a ponto de expor todas as nossas rugas, nem tão escura que nos impeça de ler as entrelinhas do menu.

A primeira gafe que o amador comete ao jantar sozinho é o uso do escudo digital. O celular sobre a mesa é o atestado de óbito da elegância. Quem janta olhando para uma tela não está jantando, está apenas realizando uma manutenção biológica enquanto consome o lixo processado do feed alheio.

A etiqueta exige que você encare o vazio. Que você olhe para a cadeira vazia à sua frente não com a tristeza de quem foi abandonado, mas com o alívio de quem não precisa ouvir as opiniões irrelevantes de mais ninguém sobre a política externa ou o último reality show.

Peça o vinho. E peça a garrafa. Servir-se apenas de uma taça é um sinal de hesitação, e não há espaço para hesitações quando o horizonte está em chamas. Há algo de profundamente cerimonial no som da rolha sendo extraída no silêncio de uma mesa solitária. É um disparo de canhão em miniatura, uma saudação ao nada.

Observe a cor do líquido. Deixe que ele respire, como se ele também estivesse tentando processar as últimas notícias. O vinho, nesse contexto, não é uma bebida, é um interlocutor que nunca nos interrompe e que, após a segunda taça, passa a concordar com todas as nossas conclusões mais cínicas.

O prato deve ser escolhido com o rigor de um condenado. Nada de saladas insossas que sugerem um desejo fútil de longevidade. Se o mundo está por um fio, a última coisa que você deve fazer é contar calorias.

Para o prato principal peça algo que exija tempo, algo que tenha sido cozido lentamente, como a nossa própria decadência. Um confit de pato, talvez, ou um risoto que demande a atenção precisa do chef (e a sua).

A pressa é a inimiga da etiqueta. Comer rápido é para quem tem compromissos. Jantar devagar é para quem já entendeu que o tempo é uma ilusão que só nos serve para organizar os nossos arrependimentos.

No meio da refeição, ocorrerá o momento crítico: o silêncio se tornará pesado. É aqui que os fracos sucumbem e pegam o telefone para conferir se alguém, em algum lugar do mundo, ainda se lembra de que eles existem. Resista. Esse peso é só a consciência de si mesmo.

É nesse hiato entre o garfo e a boca que a civilização realmente se desmancha. Enquanto lá fora as massas gritam por ordem, progresso ou salvação, você está ocupado notando a textura da manteiga sobre o pão. Essa atenção ao detalhe inútil é o que nos separa dos bárbaros. Os bárbaros destroem templos, os civilizados reclamam da temperatura do molho béarnaise enquanto o templo cai.

É provável que os outros clientes olhem para você com aquela piedade mal disfarçada, imaginando qual tragédia pessoal o levou àquela mesa sem par. Sorria internamente. A tragédia é deles, que precisam de um espelho humano constante para confirmar a própria existência. Você, por outro lado, é um sistema fechado. Você é o anfitrião e o convidado de honra de um evento que não precisa de testemunhas para ser épico.

Quando o banquete chegar ao fim e restar apenas o rastro de gordura no prato e as manchas de vinho no cristal, peça o café. Forte, denso, curto e amargo, como a verdade. Não peça a conta com ansiedade. Deixe que o garçom perceba que você não tem para onde ir, porque, honestamente, ninguém tem.

O mundo lá fora pode estar colapsando, as bolsas podem estar caindo e os profetas podem estar gritando nas esquinas, mas você cumpriu o protocolo. Você jantou. Você manteve a postura. Você não se fundiu ao pânico coletivo.

Ao levantar-se, faça-o com a calma de quem sabe que a saída é apenas o início de outra cena. Se, ao sair do restaurante, você encontrar o céu tingido de um azul escuro e radioativo e as pessoas correndo em direções opostas, não corra. Apenas ajuste o colarinho, sinta o frescor da noite, lembre-se que este foi o seu último ato de resistência, e caminhe em direção ao abismo com o passo de quem acaba de saborear um excelente jantar.

Afinal, se é para a história terminar hoje, que o historiador que encontrar os nossos restos possa dizer: “Não sabemos quem era, mas, pelos registros, tinha um gosto impecável para vinhos e uma paciência invejável para o caos”.